

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Renato Souza de Almeida

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO
Novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**São Paulo
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RENATO SOUZA DE ALMEIDA

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO

Novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Silvia Helena Simões Borelli.

São Paulo

2009

Banca Examinadora

Dedico este trabalho ao meu pai, Argemiro, que se foi e me deixou de herança o gosto pela festa; e à minha filha, Luanda, que chegou e encheu de festa minha vida! Exemplos da intensa experiência de vida e morte que me acompanhou durante o longo, sofrido, “molhado”, teimoso e prazeroso trajeto desta pesquisa...

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, pela bolsa e aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC, sobretudo aos que me deram preciosas aulas. Às professoras Rita de Cássia Oliveira e Rose de Melo Rocha, pelas leituras atentas e importantes contribuições na banca de qualificação.

À Silvinha Borelli, minha querida orientadora, pelos bons “puxões de orelha” e pelo carinho com que se dedicou a esta pesquisa. Pelas valiosas contribuições, metodológicas e teóricas, é, sem dúvida, coautora deste texto comigo! (As falhas ficam por minha conta...)

Aos integrantes do Cine-Campinho, especialmente a Renildo, Pedrinho, Ivan e Mariquinha, pela entrevista e por aguentarem minha “encheção de saco” nestes últimos dois anos com a pesquisa. A todos os “maloqueiros/as” da tribo cultural dos Guaianás. Um “salve” especial ao povo do “Honório Arce”, ao “movimento Bota” e à moçada do “Hip-hop, praça e vídeo clip” do Buraco do Sapo: vocês estão deixando Guaianases bem mais gostoso de se viver!

À Helena (Abramo), Magi (Maria Virgínia) e Regina (Novaes), por me “abrirem as portas” dos caminhos teóricos sobre juventude: vocês são importantes referências neste trabalho.

À Harika, pelos bons papos sobre os limites e potências do VAI. À Raquel e à Raq, pelo impressionante apoio na recuperação da minha vida após a enchente. A todos da Ação Educativa e de outros cantos que me apoiaram neste momento “brabo”.

Ao Josué, mestre e irmão de luta, pelo apoio não só na escrita do projeto desta pesquisa, mas em tudo o que representa na minha vida intelectual e militante. À Ju, pelas conversas, indicações e pelo axé enviado desde Ilhéus. Ao Carlão (Strabeli), pela sempre embriagada inspiração e energia vital. Ao Jung, por me deixar mais “afiado” para o mundo acadêmico e me fazer acreditar na possibilidade do mestrado.

À Kelita, Vandeí, Pedrinho (novamente), Dalmo e Nilza, por segurarem o “rojão”, nos momentos em que mais precisei, neste último ano, no trabalho com o Programa Jovens Urbanos. Aos outros compadres e comadres do IPJ – Instituto Paulista de Juventude: Márcio, Magali, Marcos, Marcelão, Camilinha, Raimundo, Vander, Jorge, Julieta, Fernando, Gerson, Dudu, Corró, Moni, Rogério, Débora, Fabião, Michelle, Rafa, Ireldo, Nati, Paty, Ana, Amandinha, Gisele, Flávia e todas e todos que têm chegado para integrar os gt's. Esse time foi de grande inspiração para esta pesquisa!

A todo o povo da CAJU, de Goiânia, por me possibilitar ótimas experiências com a pós-graduação em juventude e pelo compromisso inspirador. A todo o povo da PJ (Pastoral da Juventude), “celeiro de militantes” de onde eu vim. A todos que conheci através do Programa Jovens Urbanos: aos “ex” e aos atuais profissionais do Cenpec; aos educadores e organizações do Lajeado e Grajaú; aos jovens participantes. Muito do que aqui está escrito deve-se a esta rica experiência.

À minha mãe, Sebastiana, que, mesmo afirmando que “faculdade não é coisa pra pobre”, após a triste notícia do valor da matrícula, ainda na graduação, sempre apoiou, incondicionalmente,

minha vida acadêmica. Aos meus irmãos Rica, Cláudio, Nice, Cida e Sônia, pela cumplicidade na festa e na dor: a gente se gosta muito!

A toda minha família “ampliada”: Lili, Sr. Luiz, Fabinho, Natália, Paulo, Renan, Tia Maria, Silvia. Vocês foram o meu abrigo seguro, quando a enchente invadiu minha vida e o apoio fundamental para que eu conseguisse terminar esta empreitada!

À minha amada, Renata, por encarar a aventura de partilhar a vida comigo, pelo valioso apoio em tudo, pela gostosura de mulher que é, e por ter nos dado nossa Luanda, Lua nova e crescente, que encheu as nossas vidas: TE AMO, muito, muito, muito!!!

*Eu chamei a vida e ela veio com tudo:
Veio renascida, cheia de amor
Com a lua ainda minguante
Veio sem pai, com saudade e dor
Com a perda do violão
E a casa por arrumar
A enchente levou a história
E os amigos foram buscar
De presente trouxeram poesia
E uma casa de cultura
Reescreveram a utopia
Com a arte de periferia
No meio da minha rua
E olha que a vida, meu compadre,
só foi é começar!*

Renato

Resumo

O presente trabalho trata da temática das novas formas de participação juvenil, analisando os canais produzidos pelo recente debate sobre políticas públicas para a juventude no país e a relação que estabelecem com as experiências e coletivos juvenis, de atuação cultural, organizados nesta primeira década do milênio. O enfoque da pesquisa está voltado para a ação não institucionalizada de coletivos culturais da periferia da cidade de São Paulo e suas vinculações com algumas das ações do poder público municipal voltadas para os jovens.

Para além das formas tradicionais de participação, através dos partidos políticos e do movimento estudantil, outras formas de atuação juvenil têm despontado, nos últimos anos, com uma ação não institucionalizada que se organiza em torno de questões culturais, ecológicas, e outras. Por outro lado, desde o início do milênio, um debate que vem tomando volume no país é o das políticas públicas voltadas para a juventude, o que gerou a criação de novos canais de diálogo com o poder público, tais como fóruns, conselhos e conferências.

Utilizando-se de recentes pesquisas sobre a participação da juventude e tendo como eixo, para o referencial teórico, os estudos culturais latino-americanos, o trabalho aponta para a necessidade de se compreender a cultura como prática cotidiana e a política como *poderes oblíquos* que operam de forma horizontal nesse cotidiano, produzindo novos sentidos, novos rearranjos e novas possibilidades de emancipação.

Para tanto, é analisada a experiência de participação de um coletivo juvenil da zona leste da cidade de São Paulo, inserida em uma mobilização mais ampla de cultura de periferia que tem se espalhado pela região metropolitana nos últimos anos. Essa mobilização de arte periférica tem produzido *novas institucionalidades* com o poder público municipal, sobretudo, através de uma política de cultura voltada para os coletivos juvenis, criada a partir do recente debate sobre juventude na agenda pública da cidade.

Palavras-Chave: Juventude. Participação. Coletivos Culturais. Cidade.

Abstract

This work addresses the new forms of youth participation thematic, analyzing the channels produced by the recent debate on youth public policies in Brasil and the established relationship to cultural collective's and juveniles' experiences organized in this first millennium's decade. The research focus is the action of non institutionalized cultural collectives on the São Paulo's periphery and its linkages with some of the public municipal authorities' actions for young people.

Apart from traditional forms of participation, through political parties and student activism, other forms of youth action have successfully appeared in recent years with a not institutionalized militancy, which is organized around cultural, ecological issues and others. Furthermore, since the beginning of the millennium, is growing a debate in the country about the youth public policies, that generated the creation of new dialogue channels with public authorities, such as forums, councils and conferences.

Using recent researches on participation of youth and, for the theoretical frame, latin-american cultural studies, this work indicates that is necessary to understand the culture as a daily practice and policy as *slanted powers* operating across in these practices, producing new senses, new rearrangements and new emancipation opportunities.

For that, is analyzed the experience of participation in a youth collective from eastern city zone of São Paulo, inserted into a broader mobilization of peripheral culture that has been spread by metropolitan region in recent years. This peripheral art mobilization has produced *new institutionalities* with public municipal authorities, over all, through a public culture policy toward the youth collectives, created from the recent debate on youth in the public city agenda.

Keywords: Youth. Participation. Cultural Collectives. City.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 - Participação juvenil: grupos, sociedade civil e poder público	18
1.1. Movimento estudantil e partidos políticos	20
1.2. Grupos de estilo ou culturas juvenis	23
1.3. A participação dos jovens nas lutas <i>antiglobalização</i>	27
1.4. A vocação política dos <i>políticos sem vocação</i>	29
1.5. Novos canais de participação no Brasil contemporâneo	33
Capítulo 2 - Condição juvenil contemporânea: cultura, comunicação e cidade	44
2.1. Condição juvenil: juventude como categoria social	45
2.2. Juventude, cultura e comunicação	53
2.3. Os jovens e a cidade: apropriações e lugares	62
2.3.1. A circulação pela cidade	62
2.3.2. Intervenções juvenis	66
2.3.3. Lugares da cidade: o bairro	70
2.3.4. Apropriações do espaço urbano	73
Capítulo 3 - Novas experiências de participação juvenil na cidade de São Paulo	77
3.1. A experiência do Cine-Campinho em Guaianases	80
3.2. Juventude na pauta do poder público municipal	89
3.3. Quando <i>jovens</i> personagens entram em cena: o Programa VAI	93
3.4. Cultura e arte de (e na) periferia	99
3.5. Do <i>campo</i> à cidade: Cine-Campinho como nova prática de participação em São Paulo	106
Considerações finais	114
Referências bibliográficas	119
Referências videográficas	128
Páginas e <i>blogs</i> pesquisados	129

Introdução

Em estudos mais recentes, o tema da participação juvenil na sociedade brasileira passou a ser avaliado, por alguns pesquisadores, a partir de um olhar diferenciado do modelo de participação das gerações dos anos 60 e 70. Nestas reflexões, geralmente são apontadas novas formas de participação que incorporam desde aspectos culturais até a atuação de organizações não governamentais diversas ou mesmo grupos ecológicos.

Estas reflexões revelam um desdobramento importante dessa temática e apontam para a urgência na atualização das categorias de análise sobre o que seria participação política no mundo contemporâneo. Há uma série de pesquisas recentes, em países da América Latina, que buscam analisar novas práticas culturais, sociais e políticas juvenis, procurando deslocar o conceito de participação para formas de atuação, até então, pouco identificadas como tal.

A partir de 2007 a investigação passou a vincular-se ao grupo de trabalho sobre juventude da CLACSO “Juventud y nuevas prácticas políticas en America Latina” com o objetivo de analisar novas práticas políticas juvenis no Brasil. [...] Foram construídas cartografias capazes de responder pela questão fundamental que conecta esta proposta ao grupo de investigadores da CLACSO: quais são as práticas políticas – novas e originais – de jovens e coletivos juvenis na América Latina? (Borelli, Rocha, Oliveira, 2008:233)¹.

No Brasil, constata-se que surgem no cenário social, sobretudo na década de 90, formas não-convencionais de participação juvenil.

[...] Trata-se de compreender os efeitos políticos dessas formas de fazer política que não se caracterizam por um discurso político articulado como o das gerações passadas. Porém, é preciso reconhecer, elas colocam em cena novos protagonistas locais que até então eram apenas coadjuvantes ou ‘aprendizes’ da linguagem política ilustrada [...]. (Novaes, 2000: 54).

Esta *linguagem política ilustrada*, carregada de discurso articulado, é muito presente no que, nesta pesquisa, denomina-se ações políticas convencionais ou tradicionais, tais como o movimento estudantil, sindicatos e partidos políticos. Essas formas de participação ainda são classificadas, de um modo geral, como as *únicas* formas de atuar. Por não encontrarem

¹ Esta investigação citada refere-se ao trabalho do grupo de pesquisa “Jovens Urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas”, coordenado pela Profa. Dra. Silvia Helena Simões Borelli, através do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e Departamento de Antropologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

maior adesão dos jovens nestes espaços, conclui-se que esta geração juvenil não desenvolve quaisquer práticas de participação sócio-política. Assim, não são poucos os rótulos de *despolitizados* e *alienados* que os jovens desta geração de fim e início de milênio ainda têm recebido, seja por parte da grande mídia ou por preconceitos do senso comum. A revista *Istoé*, de 05/05/04, referindo-se a alguns dados da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, publicou, em sua matéria de capa, que os jovens do Brasil são conservadores, caretas e despolitizados. Essa última afirmação baseou-se em dados de que apenas 1% dos jovens militava em partidos políticos, sindicatos ou associações estudantis. Assim também, outros dados mostravam que apenas 16% seriam politicamente de esquerda e 55% teriam afirmado não ter influência sobre a política.

Constatações como estas da revista *Istoé* são sustentadas em análises localizadas ainda em um paradigma tradicional de participação política em que a atuação militante é encontrada apenas nestes espaços convencionais. Há que se considerar outros aspectos muito relevantes também apontados nesta mesma pesquisa onde,

[...] se por um lado o associativismo juvenil a entidades mais tradicionais segue o padrão adulto de baixa adesão, por outro, quando perguntados sobre a participação em grupos que realizam atividades em seu bairro ou comunidade, 15% dos jovens brasileiros (cerca de 5 milhões) dizem fazer parte de algum tipo de grupo. E [...] uma maioria tênue (53%) optou pela democracia como sendo sempre a melhor forma de governo [...] (Venturi e Bokani, 2005:357-358).

A pesquisa também aponta que 57% afirmaram que os jovens podiam mudar significativamente o mundo e 27% disseram poder mudar apenas *um pouco*. Dados como esses permitem uma série de questionamentos com variados desdobramentos. Se mais de 80% afirmam que é possível a mudança do mundo, como rotular esses jovens de *conservadores*? Pode-se deduzir que há, por parte dos jovens, uma visão negativa de algumas formas de atuação política? E haveria certa ideia de que as mudanças sociais não passam pelas instituições político-partidárias?

Os estudos recentes, citados acima, vão problematizar afirmações como as apontadas pela revista *Istoé*. Um jovem, que hoje atua em um partido ou sindicato, tem uma participação mais efetiva que um jovem que trabalha em uma ONG ou em algum coletivo cultural? A atuação de um grupo cultural pode ser entendida como participação política? Como estas formas de atuação não-convencionais se relacionam com as esferas mais institucionalizadas de poder?

Da mesma forma, um debate recente no país, que tem ganhado a agenda governamental, aborda o tema das políticas públicas voltadas para a juventude. Partindo de um movimento que já se iniciava em alguns municípios do país desde a *virada do milênio*, a partir de 2003, a discussão passa a ganhar uma dimensão nacional. Esse debate produziu novos canais de diálogo entre diferentes grupos, organizações juvenis e o poder público, seja através de fóruns, conselhos, conferências ou da criação de setores do próprio governo para tratar da temática. Na cidade de São Paulo, esse movimento iniciou-se no ano de 2001 e seguiu por esta primeira década do milênio, possibilitando algumas ações do poder público municipal voltadas para a juventude da cidade.

O presente trabalho trata da temática das novas formas de participação juvenil, analisando os canais produzidos por este recente debate sobre políticas públicas para a juventude e investigando qual relação estabelecem com as experiências e coletivos juvenis de atuação cultural organizados nesta primeira década do milênio. O enfoque da pesquisa está voltado para a ação não institucionalizada de coletivos culturais da periferia da cidade de São Paulo e suas relações com algumas das ações do poder público municipal voltadas para os jovens.

Para tanto, realizou-se pesquisa etnográfica com um coletivo juvenil da periferia da zona leste da cidade de São Paulo, articulado em torno de um projeto intitulado *Cine-Campinho*. No delineamento da pesquisa, optou-se por desenvolver, no período de dois anos, entre julho de 2007 a junho de 2009, uma observação participante das ações dos jovens que organizam o projeto e também uma entrevista em grupo, ao final do processo de observação sistemática.

Na observação participante aconteceu conversa menos estruturada que caracteriza o trabalho etnográfico (Bauer e Gaskell, 2002:64), mas optou-se, ao final dos dois anos de observação, realizar uma entrevista em grupo com alguns dos integrantes do coletivo. A entrevista foi feita em grupo, como forma de tentar compreender qual o olhar que os jovens lançam sobre suas ações, para além da prática cotidiana, tentando-se extrair um sentido mais coletivo dessas atuações.

Nesta pesquisa, foram acompanhadas cinco exposições de vídeo e duas outras atividades culturais promovidas no *campinho* pelo coletivo, conhecidas como *Hip-hop no Campinho*. Acompanharam-se, também, seis reuniões do Movimento Cultural de Guaianases, organizado pelo coletivo do Cine-Campinho e que congrega diversos coletivos culturais e

juvenis da região em que atua. Foram analisados o projeto que o grupo enviou à Secretaria de Municipal de Cultura; o relatório de desenvolvimento das ações; e, um vídeo, produzido pelo grupo, que trata da experiência no ano de 2007 e que tem como título *Além dos jogos – uma mudança a partir do Cine-Campinho*.

Além disso, analisou-se também uma série de registros de outros coletivos culturais da periferia de São Paulo através de vídeos, *blogs*, páginas na internet, artigos e outras etnografias desenvolvidas no percurso desta pesquisa.

O projeto *Cine-Campinho* acontece no *fundão* de Guaianases, um bairro do extremo leste da cidade de São Paulo. Recebeu recursos provenientes do Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da Secretaria Municipal de Cultura, durante os anos de 2007 e 2008 e tornou-se uma das principais referências do Programa na cidade, despertando interesse pessoal do secretário de cultura da atual gestão, Carlos Augusto Calil. O Programa VAI é considerado uma política pública para a juventude na cidade de São Paulo e tem possibilitado a diversos coletivos culturais juvenis recursos para desenvolverem seus projetos e intervenções.

O grupo de aproximadamente quinze jovens, que surgiu de forma espontânea e sem qualquer vínculo institucional, organizou-se para realizar um projeto de exibição de filmes em um campo de futebol na comunidade à qual pertence. Uma ação que, numa observação mais distante, seria considerada como uma mera atividade de lazer e recreação. No entanto, observando mais atentamente, é possível verificar que este projeto apresenta algo a mais, além da atividade lúdica que proporciona². Além da realização do projeto *Cine-Campinho* nos anos de 2007 e 2008 (e a partir do projeto), os jovens desenvolveram uma série de ações de interlocução com o poder público e com outros grupos de jovens organizados em torno de ações culturais no bairro e na cidade. Essa mobilização, protagonizada pelos *meninos do Campinho*, desdobrou-se, em 2009, na organização de um movimento cultural em Guaianases que reúne uma série de coletivos juvenis da região.

Fala-se aqui apenas em cultura e não em política? Seria possível encontrar as características da ação política em projetos de ação cultural? Uma atividade como esta pode ser considerada uma forma de participação política? Que tipo de relações a juventude tem

² Tratar apenas do lazer já seria algo bem relevante, como já analisado por Magnani (2003) em seu importante estudo sobre o lazer na cidade. Mesmo que o interesse maior desta pesquisa seja analisar as formas de participação, será apresentado no decorrer do trabalho como o lazer é também um componente importante nas novas formas de atuação juvenil.

estabelecido com o poder público municipal capaz de caracterizar novas formas de atuação na cidade? Esta é uma ação *isolada* na cidade de São Paulo ou está inserida em algo mais amplo?

Esses são os questionamentos que foram problematizados, tomando por base alguns referenciais teóricos e a metodologia proposta. Dois marcos teóricos dão o suporte para o direcionamento de todo este trabalho. Uma linha teórica que embasa as análises desenvolvidas nesta pesquisa é aquela que orienta os estudos culturais latino-americanos, sobretudo, a partir do pensamento de Jesus Martín-Barbero e Nestor Garcia Canclini, no que se refere aos processos de hibridação, às mediações culturais e aos poderes oblíquos. O *estatuto contemporâneo da cultura* (Mattelart e Neveu, 2004:13) é aqui evocado como uma possibilidade de deslocamento da compreensão tradicional do político, apontando que a cultura no cotidiano pode produzir resistências e alternativas no espaço público ou na produção de identidades.

[...] Considera-se o cotidiano e as experiências vividas como indicadores privilegiados na compreensão da política e dos conflitos sociais, econômicos e políticos, dentro do campo cultural. Assume-se, com Antonio Gramsci (1986) e Raymond Williams (1992; 1997), uma concepção de cultura como forma particular de vida e de conflito, como práticas simbólicas de resistência e contestação, presentes em todos os aspectos da vida cotidiana [...] (Borelli, Oliveira, Rocha, 2008:249).

Outro pilar teórico desta pesquisa é o que fundamenta o pensamento de Antonio Negri e Michael Hardt, de inspiração foucaultiana, sobre o *lócus* (ou o não-lugar) do poder, compreendendo-o como uma relação, uma produção. As *micropolíticas* e *microrresistências* são chaves para interpretar as práticas de participação dos jovens. O cotidiano e o espaço público são compreendidos, aqui, como lugares privilegiados de práticas de emancipação e reapropriação.

O primeiro capítulo está dedicado à reflexão da participação dos grupos juvenis nas últimas décadas, com destaque às práticas ocorridas no Brasil. Três grandes pesquisas são utilizadas como base para o desenvolvimento deste capítulo: a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*³, realizada pelo Projeto Juventude, do Instituto Cidadania (2003); a pesquisa *Juventude brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas*⁴, do Ibase/ Instituto Polis (2005); bem como, a reflexão produzida pelo grupo CLACSO *Juventud y*

³ <http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4RNTNpt-BRBR331BR331&q=Perfil+da+Juventude+Brasileira> .

⁴ http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=238.

nuevas prácticas políticas en América Latina, a partir de pesquisas no Brasil e em outros países latino-americanos. Foram analisados alguns aspectos das formas convencionais de atuação do movimento estudantil e dos partidos políticos, estabelecendo conexões entre estas práticas institucionalizadas e os resultados das pesquisas acima mencionadas.

Os *grupos de estilo*, movimentos culturais ou culturas juvenis (assim conhecidos por conta de suas indumentárias, símbolos, etc.) serão analisados como formas de atuação não convencionais, emergentes nos anos 80 e 90; eles compreendem e estabelecem, de forma diversa, outras relações com o poder, por vezes, pela negação quase total das vias institucionais de participação. É apresentado, aqui, um panorama geral das diferentes abordagens realizadas com esses grupos juvenis, a partir de conceitos clássicos sobre cultura juvenil, tribos, etc, dialogando com produções acadêmicas de pesquisadores brasileiros que se dedicam a analisar estes grupos. Aqui, as abordagens que buscam focar a cultura como *locus* central da análise configuram-se como base de sustentação para a interpretação.

A participação dos jovens nas lutas *anti-globalização* é também analisada como um dos componentes desta nova forma de resistência ao poder, a partir das experiências dos Acampamentos Mundiais da Juventude. As relações de poder foram analisadas baseadas na hipótese de que os canais de participação, criados neste período histórico de início de milênio, pelos jovens e pelo próprio Estado brasileiro, estão gerando *novas institucionalidades* e novas compreensões sobre o poder. Parece que a *tomada de poder* não orientaria mais as práticas juvenis, como no caso dos movimentos estudantis – em particular nos anos 60 – ou partidos, mas é possível notar que, mesmo em grupos não convencionais, em que a produção das subjetividades orienta suas práticas, há interesses em interferir no direcionamento do poder institucional. O pensamento de Weber sobre a vocação política é, aqui, posto em diálogo com estas que são consideradas novas formas de participação política. Para demonstrar tal hipótese, aciona-se uma reflexão sobre os recentes canais de participação juvenis, como conselhos, conferências e fóruns de juventude. O pensamento de Antonio Negri e de Michael Hardt (2005) orientou o entendimento destas formas de relacionamento com o poder na atualidade.

As reflexões deste capítulo estabeleceram, ainda, diálogos com as pesquisas desenvolvidas pelo grupo CLACSO *Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina* e apresentadas no Dossiê *Juventudes: prácticas político-culturais e alinhamentos*

metodológicos, publicado no volume 4 da revista Ponto e Vírgula (2008)⁵. Esse conjunto de textos trata de diferentes abordagens sobre novas práticas políticas e culturais dos jovens em alguns países da América Latina e muito auxiliou na compreensão do objeto de estudo desta pesquisa.

No segundo capítulo, de início foi apresentado um panorama das questões referentes ao *surgimento* da juventude como uma categoria social na sociedade contemporânea. Diversas abordagens clássicas sobre o tema são apresentadas como forma de situar o debate sobre a condição juvenil, traçando paralelo com os estudos realizados no Brasil. Em seguida, tratou-se da íntima relação que existe entre os aspectos do mundo contemporâneo e a condição juvenil na virada deste milênio, sobretudo, quanto às questões ligadas à cultura, à indústria cultural e à comunicação. Analisaram-se as compreensões atuais sobre a cultura e a vida ordinária, cotidiana, e a relação entre indústria cultural e juventude. O pensamento de Morin (1984) serviu de base para se discutir esta relação dos jovens com este *espírito do tempo*. Assim também, as reflexões sobre as mediações de Martin-Barbero (2008) e o conceito de *hibridismo*, como proposto por Canclini (1990), auxiliaram as análises da relação entre juventude e mídia e as *re-significações* das novas tecnologias.

No encerramento do segundo capítulo, foram abordados os processos de apropriação da cidade pelos jovens. A cidade foi analisada como o *lócus* juvenil por excelência e foi apresentada a forma pela qual os grupos juvenis se relacionam com o espaço urbano, através da circulação, das diferentes intervenções, dos espaços habitados e das diferentes apropriações. Os resultados já publicados (Borelli e Ramos, 1985; Borelli e Rocha, 2004; Borelli, Rocha, Oliveira, 2008 e 2009) do referido projeto “Jovens Urbanos...”, da PUCSP⁶, assim como os conceitos de *pedaço*, *mancha* e *circuito*, de Magnani (2007) dão o suporte a esta parte da dissertação.

O terceiro capítulo trata especificamente da relação entre a experiência do *Cine-Campinho*, objeto desta pesquisa, com as políticas públicas destinadas à juventude por parte do poder público municipal da cidade de São Paulo, nos últimos dez anos, e a mobilização realizada pela chamada *cultura de periferia* nos diferentes espaços da cidade. De início, foi apresentada a trajetória metodológica da pesquisa etnográfica realizada com o coletivo e relatos da experiência do projeto e ações desenvolvidas pelos jovens.

⁵ <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>.

⁶ <http://www.pucsp.br/projetojovensurbanos>.

Em seguida, apresentou-se um breve histórico de algumas ações ocorridas na cidade, nos últimos dez anos, que se consideram importantes para que o tema da juventude ganhasse a agenda pública municipal nesse período, assim como as possíveis relações da experiência do *Cine-Campinho*, surgida em 2007, com todas essas questões relacionadas aos jovens e à juventude, desde, aproximadamente, 2001. Aqui, uma série de documentos informais⁷ foi pesquisada para se fazer esse levantamento histórico, mas contou-se também com a observação participante do autor. Inserida neste histórico, mas com um destaque para a análise, está a política pública voltada para a juventude, da Secretaria Municipal de Cultura, Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI). Optou-se por analisá-la de forma mais aprofundada por se tratar, simultaneamente, de uma política pública de cultura e juventude e que tem possibilitado uma série de atuações juvenis culturais, estabelecendo uma nova relação do poder público com os grupos juvenis dispersos pelo município. Analisou-se também a singularidade da mobilização de arte, nas periferias da cidade, que tem sido chamadas de *cultura de periferia* e que tem reunido uma série de grupos juvenis das mais diferentes linguagens.

Por fim, a experiência do *Cine-Campinho* é apresentada como uma nova forma de atuação juvenil na cidade, pertencendo, ao mesmo tempo, a este atual movimento de cultura de periferia e ao processo de políticas públicas voltadas para os jovens no município. Foram destacadas algumas questões/problemas analíticos: o diálogo que esta prática estabelece com a *ambiência contemporânea* das novas tecnologias; a relação com as formas de lazer; a relação *hereditária* que possuem com outras práticas políticas das periferias de São Paulo, já apontadas por Sader (1995); as implicações políticas no cotidiano através de ações culturais; a produção de *novas institucionalidades* estabelecidas na relação com o poder público. Esta experiência será avaliada a partir do conceito de *poderes oblíquos* formulado por Canclini (2008), em que diferentes forças atuam e se entrecruzam na relação dos jovens consigo mesmos, com a periferia, com a cidade, com o poder público, produzindo novas tramas e novos sentidos.

Esta pesquisa exigiu uma abordagem interdisciplinar das ciências sociais em que política, cultura e sociedade mantêm estreita relação tanto na compreensão da condição juvenil contemporânea como na identificação das novas formas de atuação da juventude.

⁷ Tais como *folders*, revistas de diferentes coletivos juvenis, relatórios, atas, dentre outros.

Capítulo I

1 Participação juvenil: grupos, sociedade civil e poder público

A geração juvenil da década de 90 e do início deste milênio recebeu o título de alienada e apática: uma juventude que não está preocupada com transformação social e que não exerce nenhuma forma de resistência ao poder. Enquanto o senso comum e a grande mídia⁸ atribuem a essa juventude essa rotulação, algumas pesquisas e reflexões sobre participação juvenil apontam que há um novo jeito de se fazer política que não é o das gerações anteriores.

Hoje a participação política dos jovens não chama a atenção como no passado. Falando-se dos jovens de 1968 ou de 1984, a primeira imagem que virá (ou que vinha) ao espírito é a das passeatas na rua; a maior parte deles podia ter outros sonhos, mas a imagem é essa – que não é a que se tem dos jovens atuais, quando a ênfase parece estar em outras relações, mais grupais, menos totalizáveis, de vínculos que vão e vêm, de experiências. [...] (Ribeiro, 2004:32).

Paulo J. Krischke (2005:342), em seu artigo *Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática*, alerta para a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre a realidade brasileira no que se refere à atuação dos grupos juvenis, sobretudo com caráter não-convencional de participação, tal como o fez a pesquisadora Pippa Norris, da Universidade de Harvard, que analisou a participação juvenil em uma série de países da Europa.

A tendência hegemônica nos estudos brasileiros sobre o tema da participação e do associativismo juvenil destinava-se à pesquisa de ideologias políticas e formas de organização de movimentos como o estudantil ou sobre a formação de quadros jovens nos partidos. As formas convencionais ou tradicionais de atuação política de jovens, seja através do movimento estudantil ou por meio das juventudes partidárias, eram classificadas, muitas vezes, como as *únicas* formas possíveis de participação da juventude com *sérios conteúdos políticos*.

⁸ Revista *Isto é*, edição 1804, de 05.05.04; Jornal *O Globo*, 02.05.04, p. 16-17; Revista *Veja*, edição 1388, de 19.04.95; Jornal *Folha de São Paulo*, caderno especial, 27.07.08.

Em estudos bem recentes, as formas não-convencionais de atuação têm recebido maior atenção das investigações acadêmicas, sobretudo a partir do que tem sido revelado, como tendência, por algumas pesquisas quantitativas de certa relevância. Segundo dados do Mapa da Juventude (2003:39), realizado pela Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de São Paulo, em 2003, o que leva os jovens a se organizarem na cidade são, em primeiro lugar, as manifestações artísticas (35,8%) e, em segundo lugar, as manifestações religiosas (14,4%). Muitas dessas manifestações acabam por exercer um papel político muito importante na vida da cidade. Nesse sentido, o desafio seria o de buscar critérios capazes de definir o sentido do político e da política nas ações consideradas *apenas culturais*.

A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, realizada pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo, também revela que entre os 15% dos jovens que têm algum tipo de participação, 4% vinculam-se a grupos religiosos, 3%, à música, 2%, à dança, 2%, ao teatro.

[...] É significativo o fato de que quase metade dos que dizem participar de algum grupo está inserida em grupos culturais, o que aponta para a força mobilizadora das ações organizadas em torno da produção de sentidos simbólicos e identidades coletivas, em torno seja de estilos culturais específicos, seja de atitudes sociais compartilhadas de distintas ordens. [...] (Brenner; Dayrell; Carrano, 2005:208).

Uma série de produções do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (grupo CLACSO), *Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina* (2007-2010)⁹, também vai apontar para a necessidade de se repensar as categorias analíticas da participação dos jovens nos últimos anos.

Isso parece revelar um aspecto muito presente nesta geração juvenil e apresenta uma série de questões no âmbito da participação. Muitos destes grupos encontram-se desvinculados de atuações institucionalmente políticas; é possível detectar, entretanto, em alguns deles, um desejo de interferir nos rumos do poder. Isso pode gerar a seguinte indagação: seriam estas formas de organização juvenis *reinvenções* da ação política das novas gerações?

⁹ Vide: <http://www.clacso.org.ar/clacso/areas-de-trabajo/area-academica/grupos-de-trabajo/grupos/listado-de-grupos-de-trabajo> e <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm> (BORELLI, S. H. S. Dossiê Juventudes: práticas político-culturais e alinhamentos metodológicos. In: *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 2008).

1.1 Movimento estudantil e partidos políticos

Aqueles que atribuem à juventude o rótulo de alienada ou apolítica sempre fazem referência às outras gerações como *modelos*, sobretudo, àquelas dos anos 60 e 70. No entanto, muitas dessas referências vêm carregadas de nostalgia de uma experiência muito mais individual do que necessariamente geracional.

A carência de pesquisas quantitativas mais abrangentes informando porcentagens e outros indicadores sobre a atuação política daquelas gerações juvenis não possibilita que sejam realizadas comparações mais profundas com a geração juvenil atual no que se refere à participação. E mesmo, quando se observa o número de jovens que participavam das passeatas ou que tiveram algum tipo de atuação política, parece ser possível apontar que apenas uma minoria, muito corajosa, por sinal, é que possuía esse envolvimento. (Venturi; Bokany, 2004). Além de que o contexto sócio-político era completamente diferente do qual se vivencia agora.

É inegável a expressiva atuação do movimento estudantil nas referidas décadas e sua grande contribuição para a consolidação da democracia, não só no Brasil, como em diversos países. Ainda hoje, o movimento estudantil consegue reunir uma parcela significativa da juventude e muitos militantes iniciam sua atuação política nas escolas, em agremiações estudantis. Em 2003, a chamada *revolta do buzu*, realizada por estudantes secundaristas, em Salvador, Bahia, contra o aumento da tarifa do ônibus, chegou a “[...] manter cerca de 20 mil estudantes mobilizados, por cerca de 20 dias, em assembleias e manifestações públicas [...]” (Ibase, 2008:12).

A chamada *crise* do movimento estudantil não está somente vinculada aos seus problemas de organização ou seu poder de *atração* e envolvimento dos jovens, mas está muito vinculada também a certa *invisibilidade social* que o movimento sofre atualmente. As passeatas, que ainda hoje são organizadas pelo movimento, já não chamam mais a atenção como antes, pois, além de não despertar interesse por parte dos meios de comunicação, o movimento estudantil tem que partilhar sua visibilidade com outros movimentos sociais que emergem, sobretudo, no período da *abertura* política do início dos anos 80. (Sader, 1995; Paoli, 1985; Abramo, 1994:76)

O movimento estudantil organizado, em certa medida, acaba se apresentando para muitos jovens como *porta de entrada* para a filiação em determinados partidos políticos. Diversas lideranças estudantis da União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, mantêm forte vínculo com partidos políticos de esquerda ou de direita. Na maioria das vezes, o posicionamento, em algum congresso, que determinados grupos de estudantes têm em relação a essa ou àquela proposta é *fechado* anteriormente em seu partido e ajusta-se ao regimento e orientações ideológicas.

Desde o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao mais *novo* Democratas (DEM), dentre outros, as chamadas *juventudes partidárias* formam um grupo expressivo dentro da organização de cada um desses agrupamentos.

Estas formas de atuação juvenil, sejam o movimento estudantil ou as juventudes partidárias, são, aqui, denominadas *tradicionais* ou *convencionais*, pois tratam da matéria política diretamente em suas articulações, discursos e organizações. Estão intimamente vinculadas a personagens políticos e movimentam-se de acordo com os cenários estabelecidos pela correlação de forças partidárias.

É importante destacar que, de qualquer forma, é possível também encontrar, em experiências pontuais das mobilizações estudantis, uma não filiação partidária e uma tentativa de ensaiar formas diferenciadas de atuação¹⁰. Faz parte desse rol de experiências, por exemplo, a longa *ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP)*, de maio de 2007, em que grupos independentes conduziram o processo inicial e o movimento despertou o interesse da mídia. Outras experiências desse tipo também se fazem presentes em manifestações pelo *passé livre* que eclodiram em diversas capitais do país na primeira metade desta década. Porém, no geral, o movimento estudantil organizado ainda traz uma característica muito marcada pela ação parlamentar/partidária.

A ação institucionalizada que os movimentos estudantis e as juventudes dos partidos empregam é guiada e marcada por uma ideia muito forte de *tomada do poder*. Seja o poder *interno* do movimento ou do próprio partido; seja o poder *externo* do

¹⁰ Não se quer, com estas reflexões, menosprezar a atuação político partidária, pois isso seria negar a própria trajetória de vida de cada um. No entanto, apenas se pretende mostrar que outras possibilidades de confronto com o poder (ou poderes) devem ser levadas em consideração, sobretudo nos dias atuais. Vale ressaltar que é feito o contraponto, justamente porque o foco desta pesquisa são as novas experiências de participação juvenil.

governo, do Estado. Estratégias, conchavos, alianças e oposições são algumas das diversas formas de relacionamento com esse poder imaginado e construído por esses grupos. Mesmo a atuação dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE, nos anos 60, que pretendia levar *consciência* para as classes populares por meio da intervenção artística engajada (Brandão; Duarte, 1990:61), também se orientava por essa ideia de poder *central*.

Partilhando deste mesmo entendimento do poder como algo a ser *tomado*, *ocupado*, trabalhos acadêmicos atribuíram à juventude estudantil a tarefa de ser a *vanguarda revolucionária* (Ianni, 1968; Foracchi, 1964, 1971). De certa forma, esta percepção da juventude como *estudante e militante partidário* configurou-se como uma espécie de modelo para se *julgar* a atuação das gerações posteriores aos anos 60 e 70. E esse *modelo* contrastou-se diretamente com a experiência de outros grupos juvenis que entraram em cena com seus estilos espetaculares durante os anos 80 e 90, através de suas vestimentas, músicas, práticas de sociabilidade e lazer (Abramo, 1994).

Em meados dos anos 80, alguns pesquisadores já apontavam para novas alternativas de participação juvenil, que foram gradativamente sendo incorporadas ao campo da produção acadêmica sobre juventude:

Em registro singular de referências destaca-se a temática da consciência crítica, em investigações como a de Paoli (1985), que atribui à decadência dos movimentos estudantis uma recusa às formas tradicionais de representação e de participação política. Nota-se aqui uma abordagem precursora da emergência de novas práticas políticas, coletivas ou não; na perspectiva de Paoli, a ação juvenil deslocava-se do ambiente universitário para as experiências cotidianas e a vida cotidiana inseria-se no debate acadêmico como lugar da ação política e como alternativa de transformação social. No mesmo sentido, Motta (1986) analisa a hipótese de que o desinteresse da juventude pelo sistema possa ser reputado como ação consciente e política, como crítica social e não como manifestação de alienação juvenil; considera, ainda, o deslocamento da ação política em direção às intervenções próximas a suas vidas cotidianas, uma forma de expressão (Borelli, Rocha, Oliveira, 2009:4).

Aliás, esse movimento de reconhecimento da emergência de novos atores e novas práticas políticas no Brasil se dá de forma mais ampla no campo das ciências sociais com trabalhos, por exemplo, como o de Sader (1995) que teve primeira edição em 1988.

1.2 Grupos de estilo ou culturas juvenis

É praticamente impossível falar da geração juvenil dos anos 80 no Brasil (e tampouco dos anos 90) sem citar o *aparecimento* dos chamados grupos de estilo ou culturas juvenis com suas expressões juvenis marcadas por um jeito próprio de se vestir, de praticar atividades de lazer e consumo, geralmente ligadas a um estilo musical e muito impregnadas de certa ambiência urbana.

Segundo Márcia Regina da Costa, os grupos juvenis, inicialmente embalados pelo som do rock,

[...] ao se expandirem e se tornarem mais complexos nas décadas seguintes, tiveram como desdobramento uma longa trajetória, que vai dar nos *punks*, *carecas*, *skinheads*, *darks*, *metaleiros*, *rappers*, *funkeiros*, entre outros. E ainda na emergência daquilo que gradativamente passou a ser chamado de culturas juvenis (Costa, 2006:17).

Esses grupos que, no Brasil, surgiram com mais força, sobretudo nos anos 80, suscitaram antigos preconceitos muito presentes na sociedade americana dos anos 50, da *juventude transviada* ou dos *rebeldes sem causa*. Além de sua caracterização, muito frequente, como *problemáticos*, há uma forte associação desses grupos à ausência de posicionamento político e a uma *distopia* em relação aos projetos de sociedade.

Na reflexão sobre grupo juvenis urbanos, destaca-se, ainda, o conceito de *tribo*, proposto por Michel Maffesoli (2006)¹¹, gerador de uma série de outros estudos e críticas posteriores. Invertendo uma tendência comum dos estudos sobre a contemporaneidade, que apontam o individualismo como sintoma deste momento histórico, Maffesoli procura demonstrar *a paixão comunitária* como característica cultural da *pós-modernidade*.

O que é certo é que não é mais a partir de um indivíduo, poderoso e solitário, fundamento do contrato social, da cidadania desejada ou da democracia representativa que se defende como tal, que se faz a vida em sociedade. Esta é, antes de tudo, emocional, fusional, gregária (Maffesoli, 2006:14).

¹¹ Destaca-se, para uma melhor compreensão da análise, que o livro de Maffesoli, *O tempo das tribos...*, foi publicado no Brasil em 1987.

O *tribalismo* de Maffesoli serviu como chave interpretativa para o estudo sobre o surgimento de pequenos grupos de música, esportes, etc., como expressão da sociedade contemporânea em que o individualismo não teria mais lugar. E essas características se fazem presentes principalmente nos grupos juvenis (Margulis; Urresti, 1998:20). No entanto, um dos problemas que o uso dessa concepção provocou é a associação preconceituosa, por parte da mídia, entre as brigas de gangues e os conflitos tribais indígenas; assim como, este conceito se contrasta com o sentido os estudos etnológicos atribuem à “tribo” que apontam para grupos bem delimitados, regras e territórios definidos. (Magnani, 2005).

No Brasil, a partir dos anos 90, alguns estudos vêm procurando compreender essas manifestações juvenis a partir de seu universo simbólico, tentando se desvencilhar das taxações geralmente realizadas pelos meios de comunicação. A maioria dessas pesquisas está ancorada nos estudos do *Center for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham:

[...] Na compilação de ensaios denominada *Resistance Through Rituals* (1976) é problematizada a noção de uma cultura juvenil genérica: os autores argumentam que tais grupos tinham uma clara origem de classe, e propõem, portanto, que sejam interpretados como subculturas juvenis referidas à cultura da classe da qual os grupos são originários. [...] Por isso são subculturas: porque são filiadas, estão referidas a uma determinada cultura de classe; isto é, lidam com um problema que é comum ao conjunto da classe e, ao mesmo tempo, com problemas que lhes são peculiares, dados pela sua posição etária e geracional. Nesse sentido, estão inseridas na luta pela hegemonia cultural em uma dada situação histórica (Abramo, 1994:35).

Assim, haveria certo posicionamento político desses grupos que não se verifica em seus discursos ou ação organizada, mas a partir de sua indumentária, das letras de suas músicas, de sua forma de agir. A noção de *subcultura* utilizada pelos pesquisadores dos Estudos Culturais procura conceber esses grupos juvenis como um movimento *underground* contrário à cultura dominante e hegemônica e produtor de uma subcultura ou *contracultura*, porém, dentro da cultura de classe de origem.

O conceito de *subcultura* dos estudos culturais ingleses se contrapunham a uma concepção mais global de uma *cultura juvenil* universal, como a formulada por Morin (1984), em que o *rock* seria uma linguagem internacional dentre os jovens do planeta. Abramo, no entanto, afirma em relação aos *punks*:

No Brasil, é a primeira vez que o tom central, a inspiração básica do universo cultural juvenil, é dado por jovens das classes trabalhadoras. [...] Com isso, os jovens trabalhadores passam a partilhar da história da “cultura juvenil” internacional, nos termos que Morin a define. Nesse sentido, penso que é mais interessante considerar que, no Brasil, os *punks* constituem uma “subcultura” derivada da cultura juvenil internacional, que assumiu contornos da classe operária, ao contrário de serem uma “subcultura da classe operária” [...] (Abramo, 1994:84)

Com o tempo o uso da expressão *culturas juvenis* passou a ser mais utilizado para designar esses grupos. Assim como o fez Abramo, de certa forma, *juntando* os conceitos para compreender a especificidade no Brasil, o antropólogo espanhol Carles Feixa (1996:81) apontou os limites conceituais que tanto o termo *subcultura* como *cultura juvenil* possuem. O conceito de *culturas juvenis* seria o ponto de intersecção entre as condições de geração, gênero, etnia, classe e território e das imagens culturais que elaboram um estilo dentre os grupos juvenis. O *estilo* seria a manifestação simbólica das *culturas juvenis* através de seus traços identitários.

Para Helena Abramo (1994:100), no estilo, no visual *negativo* ou *estranho* adotado pelos *punks* expressa-se sua resistência: "sim, somos pobres, feios, sem chances, perigosos" A condição de jovem e pobre, quase que simultaneamente associada pela sociedade ao *perigoso* e *sujo*, é incorporada literalmente pelos *punks* em suas músicas e em suas vestimentas como uma espécie de espelho por onde a sociedade vê a si mesma. E por se perceber *podre*, tenta desviar seu olhar ou repugnar sua própria imagem.

Outro grupo ou cultura juvenil que também tem sua origem nas camadas populares e procura, através do seu estilo cultural, apresentar seus rostos periféricos é o movimento *hip-hop*. Esse movimento surgiu nos Estados Unidos¹² a partir da fusão de quatro elementos de expressão juvenil: a dança do *break*, as batidas do *disquei jóquei* - DJ, as letras dos *rap's* cantadas pelos mestres de cerimônias (MCs) e o Grafite que sai dos *sprays* para os muros das metrópoles.

A partir da década de 90, os Estados Unidos deixam de ser o único reduto da cultura hip-hop. Na Alemanha, é cultuado com mais vigor pelos jovens de origem turca; na França, pelos filhos de argelinos; em Portugal, pelos angolanos. Há

¹² Uma série de estudos sobre a origem do *rap* aponta o seu surgimento na Jamaica. No entanto, há que se diferenciar o *rap* do *Hip-Hop*. Este é a junção de quatro expressões, das quais o *rap* é parte integrante. No início dos anos 70, o DJ Afrika Bambaataa reúne estas expressões em um só movimento, como uma proposta às gangues de Nova York de expressarem suas brigas através da dança, da música e do grafite.

registros de sua influência até no Japão. No Brasil é mais cultuado pelos jovens pobres da periferia e dos subúrbios das cidades. (Carmo, 2003:180)

Esse estilo está claramente definido pela cor da pele e classe social. O movimento *hip-hop* vem cada vez mais se afirmando como uma cultura juvenil global, internacional, mas é sobretudo dentre as classes populares que o movimento vai encontrar abrigo. No entanto, é importante lembrar que esse caráter global faz com que o movimento ultrapasse algumas fronteiras de classe e se torne referência também para jovens de classe média e alta (ver Kehl, 2004). Do mesmo modo, atualmente, o movimento é encontrado não apenas nas metrópoles, mas inclusive entre jovens ribeirinhos da Amazônia como o mais novo *Hip Hop* da Floresta.

Tamanha é a força e o poder de comunicação entre os jovens do movimento *hip-hop* que alguns partidos políticos vêm procurando estabelecer uma relação cada vez mais íntima com ele. É o caso da União da Juventude Socialista (UJS), vinculada ao PC do B, que, além de apoiar uma série de produções e eventos de *rap*, já teve, como candidato a deputado federal, um famoso *rapper* paulista, Aliado G, do grupo Face da Morte. Outro caso interessante é o do *rapper* carioca MvBill, com um projeto de criar um partido político só de negros.

De uma forma geral, porém, os simpatizantes da cultura *hip-hop* comungam com outros grupos de estilo (tais como os *punks*, roqueiros, etc.) nos quais a ação político-partidária não teria mais força do que o poder de suas músicas. De fato, a letra de uma música de *rap* que apresenta um conteúdo de protesto parece conseguir um alcance muito maior entre os jovens do que um manifesto político de algum partido, por exemplo. No entanto, há que se considerar a atual incorporação dos estilos e das músicas destes grupos (entre as quais o *rap*) pela indústria cultural (Herschmann; Galvão, 2008:196). O movimento acaba por utilizar, como principal ferramenta de difusão de suas mensagens, uma de suas maiores *inimigas*, que aparece tão criticada em suas letras: a mídia:

Enfim, existe uma zona marginal e uma zona central da indústria cultural. Os autores podem expressar-se em filmes marginais, feitos com um mínimo de despesas nos programas periféricos do rádio e de televisão, nos jornais de público limitado. Inversamente, a padronização restringe a parte da invenção (levando-se em conta algumas grandes exceções) no setor fechado da indústria cultural, o setor ultraconcentrado, o setor onde funciona a tendência ao consumo máximo. (Morin, 1984:34)

Morin procura chamar a atenção para esse movimento constante de *produzir e ser produzido*, *pautar* a indústria cultural e *ser pautado* por ela. Essa é uma das características destas culturas juvenis das últimas décadas e isso acaba por provocar, por parte dos jovens inseridos nestes grupos, um entendimento das relações de poder também diferenciado daquele que orienta as juventudes partidárias e a maior parte do movimento estudantil. Não há negação das novas tecnologias como *instrumentos ideológicos do capitalismo* para tais grupos. Não há resignação em se utilizar a mídia para difusão de suas ideias. Há, sim, por parte dos coletivos juvenis, uma *re-apropriação* daquilo que lhes é oferecido pela indústria cultural e uma *re-significação* dos valores por meio dos quais esses jovens se identificam. Esta parece ser uma das *estratégias políticas* desses grupos juvenis, aparentemente sem nenhuma vocação para a ação política.

1.3 A participação dos jovens nas lutas *anti-globalização*

As chamadas lutas *anti-globalização*, que marcaram a segunda metade da década de 90 e o início dos anos 2000, configuram-se não necessariamente como uma luta *anti* ou *contrária* à globalização. São lutas que propõem uma *nova globalização* que não seja de orientação capitalista, pois a própria denominação *ação global* tem caracterizado as atividades que compõem essas lutas.

Suas primeiras expressões, ainda na metade dos anos 90, ocorrem com as ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, no México. O grupo do subcomandante Marcos é um dos pioneiros na utilização da internet como forma de articulação de um movimento global contra o neoliberalismo. Baseadas nas ações internacionalizantes dos Zapatistas, muitas outras manifestações com características globais aconteceram no final da década até desembocarem na realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, já no início deste milênio:

O fenômeno das manifestações-bloqueio em encontros dos gestores do capitalismo internacional, ou mais genericamente os Dias de Ação Global, que têm impedido e perturbado as reuniões de instituições reguladoras do capitalismo global nos países da Europa e da América do Norte, gerando verdadeiras batalhas nas ruas, tem sido

um fator importante de deslegitimação, se não das instituições capitalistas como um todo, ao menos do pensamento econômico neoclássico que tem pautado de forma absolutista as políticas ditadas pelo BM, FMI, OMC, BID (Ludd, 2002:09).

Em todas essas atividades, a participação da juventude sempre deu o tom. Desde Seattle, Quebec até Gênova os grupos juvenis fizeram-se presentes e chegavam preparados para *incomodar* a tranquilidade daqueles que haviam anunciado, no início dos anos 90, o *fim da História*:

A inserção da juventude na luta dá ao movimento global boa parte do seu dinamismo e, em diversos países, capacidade de catalisar antigos setores militantes e parcelas dos movimentos sociais. A radicalização da juventude quase sempre prenunciou mudanças mais profundas: ela não carrega nas costas o peso das derrotas sofridas pelas gerações anteriores e se coloca em movimento a partir de sua própria experiência (Leite, 2005:339).

Com o fim do socialismo *real* no leste europeu, era cada vez mais comum encontrar, nos discursos em favor do capitalismo, a premissa de que não há alternativas a esse sistema. Nas lutas que ficaram conhecidas como *anti-globalização* não havia uma bandeira comum que unificava as ideologias presentes. Não era mais a luta pelo socialismo que motivava a maioria daqueles manifestantes. Aliás, era frequente a presença de *anarco-punks* em todas as manifestações. Mais do que uma luta anarquista, socialista ou de qualquer outra denominação, tratava-se de uma luta *anti-capitalista*, em torno da qual diversos jovens de uma geração muito rotulada como alienada e apática reuniram-se para dizer que não queriam mais o sistema capitalista e que um "outro mundo é possível". Esse foi o lema das primeiras reuniões do Fórum Social Mundial (FSM) que congregou diversas organizações sociais do mundo todo: ambientalistas, mulheres, negros, gays, operários, índios, quilombolas e vários outros grupos sociais. Reuniram-se na cidade gaúcha de Porto Alegre para, em coro e em bom tom, afirmar que outro mundo não só era possível, mas urgente e necessário.

A massiva participação da juventude no FSM tem se dado, sobretudo, através dos famosos *Acampamentos Mundiais da Juventude*. Expressões artísticas diversas, danças circulares, debates envolvendo vários temas, festas, rituais religiosos, tudo isso compõe o grande *caldeirão* de grupos juvenis que se fazem presentes nos Acampamentos. Por mais diversificada que seja a presença desses grupos juvenis, o

sentimento de cumplicidade mundial geralmente prevalece durante as atividades do Fórum.

No entanto, muitos críticos ao Acampamento da Juventude afirmam tratar-se de atuações culturais de caráter muito mais recreativo e lúdico do que necessariamente político. Para se compreender, porém, as características políticas do Acampamento é importante perceber o que há de novidade na proposta do próprio Fórum Social Mundial:

O Fórum Social Mundial (FSM) é um fenômeno social e político novo. O facto de ter antecedentes não diminui a sua novidade, antes pelo contrário. O FSM não é um evento. Nem é uma mera sucessão de eventos, embora procure dramatizar reuniões formais que promove. Não é uma conferência acadêmica, embora para ele convirjam os contributos de muitos investigadores. Não é um partido ou uma internacional de partidos, apesar de nele participarem militantes e activistas de muitos partidos do mundo [...] Finalmente, o FSM não está estruturado de acordo com qualquer dos modelos de organização política moderna, seja ele o do centralismo democrático, o da democracia representativa ou o da democracia participativa. Ninguém o representa ou está autorizado a falar e, muito menos, a tomar decisões em seu nome, ainda que ele seja concebido como um fórum que facilita as decisões dos movimentos e das organizações que nele participam. (Santos, 2005:11)

Segundo Boaventura de Sousa Santos, o Fórum sofre diversas críticas externas e debates internos sobre o seu caráter político. Há diferentes entendimentos sobre a possibilidade de ele ser um espaço mais aberto e livre ou um movimento que congregue uma série de outros movimentos e possa encaminhar ações, pautando os diversos grupos. A ideia de um espaço que reúna diferentes grupos e concentre sua força na possibilidade do encontro e não na tomada do poder parece ser um desafio para repensar as clássicas teorias políticas. Porém, através das práticas dos jovens, é possível notar que esse *entendimento* já está acontecendo.

1.4 A vocação política dos *políticos sem vocação*

Ao apontar a necessidade de revisão de algumas categorias analíticas das práticas políticas, este trabalho vai estabelecer um breve diálogo com uma das

principais referências clássicas da sociologia, Weber, a partir de seu texto sobre *A Política como Vocação* (1982) e adicionar alguns elementos da participação juvenil.

Apesar de não escrever diretamente sobre a participação da juventude, ao tratar da política como vocação, Weber proporciona um leque de indagações interessantes quando se deseja transportar esta reflexão para a questão juvenil no Brasil atual. Por exemplo, é possível falar em vocação política para esta geração juvenil do início de milênio? A juventude ou alguns grupos juvenis podem ser compreendidos como *políticos profissionais*? A vocação política de compreensão weberiana é impossível de ser interpretada no universo juvenil? Indagações como essas são de tal importância que ajudam a refletir sobre o próprio conceito de política nos dias atuais e no futuro próximo.

Já foi dito que há, no senso comum e mesmo entre diversos teóricos, a suposição de que esta geração juvenil do início do milênio não se interessa por questões de ordem política e tampouco desenvolve atividades que possam redundar em participação política. Estudos recentes vão alertar para os equívocos dessa leitura, afirmando que a existência de um desinteresse da juventude pelas instituições não acarretaria necessariamente sua exclusão da prática política. Aparece aqui um primeiro problema na utilização dos instrumentos weberianos de análise política, pois a reflexão de Weber dirige-se diretamente às instituições. Uma parada aqui levaria apenas à concordância com o senso comum e tudo estaria resolvido. De qualquer forma, apenas seria deixada de lado, mas não resolvida, uma questão crucial que é a de como se dá o surgimento de novas práticas políticas juvenis neste cenário.

Logo no início de *A Política como Vocação*, Weber expõe o significado, ao qual irá se referir, da palavra *política*. E afirma que política é “[...] a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (Weber, 1982:56). Com isso, outra questão entre as que se apresentam como críticas, nesta reflexão, é a de como se configuram as relações de poder na sociedade contemporânea e como os jovens *entendem* essas configurações ou *resistem* a elas.

Para Weber, a *vocação política* deve ser compreendida a partir do tipo de dominação exercida por meio de uma liderança *carismática*. O mágico e profeta, o senhor da guerra eleito, o *demagogo* e o *líder partidário* são exemplos, para Weber, de políticos de *vocação* (*Ibidem*:57). Essa vocação diferencia-se da vocação do cientista,

por exemplo, no que se refere à sua prática. Enquanto ao cientista cabe a compreensão dos fenômenos livre de valores, o político é aquele a quem compete a ação concreta, a tomada de decisão, o julgamento. E a ação política consequente requer algumas qualidades do político por vocação das quais Weber aponta três: a paixão, o senso de responsabilidade e o senso de proporções (*Ibidem*:80).

Além dessas características, Weber afirma que é a ética da responsabilidade que deve guiar a ação política. Uma ética dos *fins últimos* seria contrária a uma ética da responsabilidade, pois os fins nunca justificam os meios. Uma ética da responsabilidade é aquela que assume as consequências da ação e não atribui essas consequências a Deus ou a alguma ideologia.

A psicologia e mesmo a sociologia produziram uma série de estudos sobre a juventude que, em certa medida, contribuíram para reforçar estereótipos que a consideravam sinônimo de *problema*. Se tais estereótipos fossem tomados como orientação, evidentemente o destino seria afirmar que a juventude nunca poderia ter uma ação política consequente, pois nunca se guiaria por um senso de responsabilidade ou de proporção, deixando que a paixão *desenfreada* sufocasse essas duas dimensões.

Por outro lado, na relação da juventude com o poder político, afirma-se também que a ela cabe a pressão maior do poder para forjar o nascimento de uma nova sociedade, mas esta geração juvenil estaria se negando a cumprir o seu *papel histórico*. Na elaboração desse pensamento, há claramente um aspecto comparativo entre esta geração e a geração dos anos 60.

[...] se produziu uma espécie de ‘fixação’ do modelo ideal do comportamento juvenil nos movimentos da década de 60, quando as manifestações estudantis e juvenis parecem ter atingido o grau máximo de utopia e de capacidade de interferência nos acontecimentos sociais. A fixação, assim, acabou por cristalizar uma ‘essência’ da condição juvenil como portadora de utopias e de projetos de transformação. (Abramo, 1994:XIII)

A atuação dos movimentos de juventude, sobretudo na década de 60, chamou a atenção de diversos sociólogos e demais pesquisadores. Ao se tratar de juventude, o movimento desse período que mais se tornou emblemático, com certeza, foi o movimento estudantil, já citado acima. Esse movimento possui características muito claras no que se refere à “disputa de grupos para influir na direção do poder”, como apontou Weber. Isso torna-se evidente quando se observa que muitas lideranças juvenis

das décadas de 60 e 70 tornaram-se notáveis líderes políticos nos anos de 80 e 90, não só no Brasil como em diversos países.

No Brasil, após algum tempo de estagnação, os estudantes voltaram a ocupar as ruas no início da década de 90 com o movimento dos *caras pintadas* em favor do *impeachment* do Presidente Collor. Mas,

[...] apesar da evocação da memória de 68, há fortes diferenças entre os dois episódios de mobilização juvenil. Enquanto as mobilizações anteriores foram conduzidas num campo político polarizado entre o Estado militar e a oposição estudantil, os caras pintadas foram atores privilegiados em uma ampla mobilização da sociedade civil e política contra o governo Collor. [...] (Mische, 1997:136)

No entanto, mesmo com significativas diferenças em termos do contexto histórico e das ideologias que conduziram essas diversas gerações, o movimento permaneceu ainda sendo um dos principais produtores de quadros políticos para atuarem no jogo do poder. O presidente da UNE, nesse período, era o jovem Lindberg Farias. Atualmente, é prefeito da cidade de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro. Desde quando se despontou como líder estudantil, a *máquina* partidária transformou-o em uma espécie de *político profissional*, no termo cunhado por Weber, pois passou a viver *da* política, a integrar a burocracia partidária e disputar espaços de poder dentro ou fora do partido.

O movimento estudantil, historicamente, formou agentes políticos para atuarem em burocracias partidárias ou no parlamento. Sobretudo, com o público jovem que compõe a maioria dos estudantes. Ou seja, a *vocação política* de novos líderes é a todo tempo impulsionada ou *ensinada* nesses espaços de atuação. Porém, como já foi apontado acima, pesquisas recentes revelam que tanto o movimento estudantil, como as *juventudes partidárias* não têm atraído grande parcela dos jovens em suas agremiações. É cada vez mais *minguado* o número de jovens que se sentem atraídos por ações institucionalizadas como essas. Talvez a maior contribuição que o movimento estudantil e os demais movimentos juvenis dos anos 60 pra cá deram à sociedade brasileira foi a afirmação da juventude como categoria social.

Segundo o relatório da pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas* dos Institutos Ibase e Pólis,

[...] ao mesmo tempo em que há pouca participação juvenil em espaços políticos formais, nota-se a presença de jovens em outros tipos de ações coletivas que contribuem para a constituição de espaços públicos *juvenilizados* em torno de diferentes experiências sociais participativas. (Ibase/ Pólis, 2005:9)

Diferentes formas de expressão política do universo juvenil têm aparecido no cenário público como importantes interlocutores do poder institucional. Essas novas expressões juvenis também pretendem influir na direção do poder de um determinado Governo, de um Estado, assim como conceituou Weber. E não são ações *espontaneístas* ou *voluntaristas* que vão de nenhum lugar para canto algum... Esses rótulos não ajudam em nada a compreender de fato os rumos que essa geração está tomando. Há um desgaste cada vez maior em torno da palavra *política* que vem sendo associada a algo perverso, maligno. Uma geração que se desenvolve em meio a essa visão da política dificilmente terá gosto por uma *vocação política*.

Se se quer compreender como a juventude trata sua *vocação política* é necessário perceber que dificilmente ela se dará por meios convencionais como os citados acima. No que se refere à realidade brasileira nos últimos anos, “[...] é bastante animador perceber o surgimento de diferentes fóruns de participação não controlados por atores políticos tradicionais, no âmbito das cidades e também no plano nacional [...]” (Carrano, 2006:41).

A própria vontade de intervir na distribuição do poder tem se dado de forma alternativa, pois, por meio de fóruns ou conselhos, diversos grupos juvenis com identidades variadas (religiosas, culturais, étnicas...) têm exercido uma nova *vocação política* em que nem mais a estrutura partidária, nem uma burocracia governamental tornam-se o resultado final da prática política. Tornar-se um *político profissional* não é o desejo destes indivíduos que passam a ter contato com as instâncias de poder, mas o objetivo acaba por apontar para a criação de espaços coletivos de participação e interferência.

1.5 Novos canais de participação no Brasil contemporâneo

No Brasil, desde o processo de redemocratização nos anos 80, uma das reivindicações da sociedade civil é a de garantir a participação direta nos rumos políticos do país, para além do processo eleitoral. Diversas formas de participação e acompanhamento das ações governamentais são garantidas pela Carta Magna. A realização de conferências para os diferentes setores e segmentos sociais e a criação dos diversos conselhos de direito são alguns dos instrumentos de participação direta, garantidos pela democracia brasileira:

Os conselhos constituem-se novidade no campo de gestão das políticas sociais claramente embasadas em uma concepção de democracia participativa. Sua institucionalização permite um novo tipo de participação da sociedade civil, que não se esgota no processo eleitoral. São instrumentos para deliberar, controlar e fiscalizar as políticas desenvolvidas nas três esferas de governo, firmando bases empiricamente viáveis para a construção de uma nova cultura política democrática. (Martins, 2004:190)

Além desses canais de participação que contam, sobretudo, com a ação dos diferentes governos e, obviamente, são impulsionados ou rechaçados de acordo com a instrução partidária de cada gestão pública, há também novas formas de articulação da sociedade civil através dos diversos fóruns. Estes procuram congregar diferentes atores em torno de uma determinada luta específica como é o caso dos fóruns pelos direitos da criança e adolescente, da educação, da saúde, e outros.

No caso da juventude, estas novas formas de atuação são mais *novas* ainda. No entanto, apresentam uma singularidade interessante referente aos outros segmentos e temas trabalhados até então. As formas de participação juvenil, até aproximadamente meados dos anos 90, eram caracterizadas por uma forte *guetização* dos movimentos e grupos jovens, pois cada movimento juvenil possuía (e possui) uma característica muito própria e defendia uma determinada bandeira de luta isoladamente. Muitos movimentos, inclusive, condenavam a atuação de outros, e uma possível união de alguns movimentos juvenis era praticamente impensável. As demandas do movimento estudantil eram compreendidas como totalmente diferentes das demandas do movimento *punk*, que, por sua vez, se considerava diferente dos jovens do *hip-hop* ou dos jovens ribeirinhos. De fato, há uma série de características que são muito específicas de cada região ou grupo juvenil determinado, e essas diferenças eram colocadas como impedimento a uma ação coletiva desses movimentos.

Uma das primeiras experiências de organização coletiva dos movimentos juvenis ocorreu em 1998, em Brasília, num *Festival Nacional de Juventude*, por iniciativa da Organização não governamental (ONG) Ação Educativa. É evidente que não foram todas as organizações juvenis que se fizeram presentes nesse evento; a experiência, porém, possibilitou uma troca de repertório muito grande entre os grupos que ali se encontraram. “A Plenária foi riquíssima. Pela primeira vez reuniu-se tal diversidade de organizações juvenis” (Freitas, 2002:114). Essa experiência é considerada como um dos embriões da discussão que hoje envolve várias entidades e grupos juvenis sobre a criação de um Fórum Nacional de Organizações Juvenis.

Estas experiências de participação através de fóruns estão muito associadas à ideia de *redes*, muito difundida atualmente. Têm por característica uma organização horizontal e plural que congregaria diferentes agrupamentos em torno de uma proposta mais ampla e coletiva. “Estas redes emergem somente de modo esporádico em resposta a problemas específicos. Trata-se de uma mudança morfológica que nos força a redefinir as categorias analíticas de atores coletivos” (Melucci, 1997:12).

A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*, dos Institutos Ibase e Pólis, confirmou aspectos da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, do Instituto Cidadania; constatou-se que esta geração juvenil não se caracteriza como apolítica, mas sim que não se identificava com ações políticas institucionalizadas. Exemplo disso são as experimentações de organização em rede citadas acima. No entanto, nestes últimos cinco ou seis anos, tem se desenhado um tipo de ação política entre os grupos juvenis no Brasil que, ao mesmo tempo em que dialoga com a experiência de rede, organizados de forma mais espontânea, também se configura como desejo de intervenção institucional junto ao Estado.

Com a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, da Câmara dos Deputados, no primeiro semestre de 2003, a discussão sobre o tema das políticas públicas passou a fazer parte da agenda governamental do país. No segundo semestre deste mesmo ano, aconteceu a Semana Jovem que reuniu lideranças de várias organizações juvenis. A partir de então, a discussão sobre a elaboração de um Plano Nacional de Juventude ganhou força e espalhou-se pelo país através das conferências estaduais de juventude. Estas conferências foram uma espécie de preparação para uma grande Conferência Nacional de Juventude, convocada pela Comissão Especial da Câmara, que aconteceu em junho de 2004.

Vale ressaltar que um movimento anterior à constituição da referida Comissão Especial dos deputados deu-se através da atuação de diferentes atores e organizações sociais já na segunda metade da década de 90: “[...] Pela ação dos próprios jovens, assim como de ONGs e outros segmentos, um amplo processo de afirmação da necessidade de reconhecê-los enquanto sujeitos de direitos começa a ganhar força e legitimidade” (Freitas; Papa, 2003:7).

Mesmo com uma série de problemas estruturais que ocorreram nas conferências estaduais e nacional em 2004, é importante indagar sobre qual é o significado dessas conferências para o universo juvenil, no que se refere ao tema participação. A princípio, a ideia das conferências convida cada grupo juvenil a sair do seu *habitat*. Cada grupo, por mais diferente que seja, deve dialogar com outro grupo sobre os mais variados temas da condição juvenil contemporânea. Assim, é comum observar, nas conferências, jovens homossexuais discutindo com jovens de inserções religiosas sobre o uso ou não de preservativos, bem como, jovens do PT disputando com jovens do PSDB determinadas propostas. O que se pretendem, aqui, é chamar a atenção para a riqueza do exercício democrático que se ensaia nestas conferências. Não se quer, com isso, afirmar que a conferência elimina as diferenças e que todos saem do evento de *mãos de dadas como bons amigos*. Muito pelo contrário. O diferente e o conflito estão presentes a todo momento e são parte integrante da construção coletiva. A difícil tarefa da tolerância é exercitada a todo instante, pois os conflitos vêm à tona em cada oficina, palestra ou discussão. Aliás, foi extremamente conflituoso o encerramento da citada conferência nacional¹³.

Esta constatação segue na contramão de estudos recentes, como o de Regina Magalhães de Sousa (2006), em que as novas formas de participação são pautadas pela busca do consenso. É complicado afirmar que há uma matriz comum no discurso das *novas formas de participação*, seja ele vindo dos organismos multilaterais, de ONG's, do poder público, de movimentos, ou outras origens, sem fazer qualquer distinção entre a ação destes grupos. Dessas conferências de juventude, por exemplo, participam vários atores juvenis, pautados por *velhos* ou *novos* paradigmas políticos. O que pode sair dessa configuração só a sua realização pode responder.

¹³ Muitas ações ocorridas durante este processo contaram com a observação participante (e militante) do autor desta dissertação.

Cada conferência juvenil representa uma espécie de *microcosmo* dos principais atores sociais do país. E esse talvez seja o grande diferencial que uma articulação deste tipo pode produzir, pois se fazem presentes jovens ligados ao movimento *Sem Terra*, movimento de mulheres, movimento operário, movimento negro, movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e outros. Os segmentos jovens desses movimentos (ao contrário do que fazem estas organizações, normalmente, em que cada uma segue seu caminho) estão juntos partilhando suas demandas específicas e somando forças. Com isso, a luta pelo fim da homofobia deixa de ser uma bandeira somente do movimento gay e passa a ser uma bandeira da juventude, assim como a luta contra o racismo deixa de ser somente dos negros e passa a ser de todos os jovens que querem um país diferente. Com isso, percebe-se que, ao se colocar o tema da juventude em pauta nos movimentos sociais e na agenda governamental, não se está *setorizando* ou fragmentando a luta política, mas ampliando sua frente de ação. “[...] O convívio entre diferentes lógicas e práticas de participação tem sido saudável para todos os sujeitos participantes e para as próprias esferas de participação.” (Carrano, 2006:41)

Outro aspecto importante referente às conferências é a garantia da presença massiva de jovens, seja conduzindo oficinas, seja expondo ideias e propostas. Estes jovens não precisam necessariamente estar filiados a algum movimento ou grupo; todos que se interessam podem contribuir para a realização das conferências. Também destaca-se a presença de adultos comprometidos com as questões juvenis, tanto no âmbito da formação e pesquisa, como também da fomentação de debates referentes à elaboração de políticas públicas, para os quais, por vezes, os jovens ainda não haviam despertado.

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), criado em 2005, e outras experiências de conselhos municipais ou estaduais também estão se constituindo, cada vez mais, como espaços de mobilização e articulação coletiva desse segmento da Sociedade Civil, mesmo com toda a fragilidade institucional que os acompanha.

Tributário dos avanços recentes na ampliação da democracia no Brasil, podendo ser classificado como uma esfera de democracia participativa ou deliberativa, a experiência do Conjuve pode ser mais bem compreendida como um exercício social e político. Trata-se de um esforço criativo rumo ao reconhecimento dos direitos das juventudes e a consequente construção de políticas públicas que os garantam. A criação do Conselho Nacional de Juventude parte desses princípios e sua ação é orientada por eles (Novaes et al., 2006:07).

Há uma *institucionalidade* evidente na atuação dos conselhos e conferências de juventude, mas que se configura não mais como uma tomada do poder ou, pelo menos, não mais a partir da compreensão do poder como uma *coisa* adquirida após um processo eleitoral, por exemplo.

Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa [...]. Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. [...]. (Machado, 2004:XIV)

Percebe-se que diversos grupos juvenis desta geração, com atuação política convencional ou não, possuem um desejo de interferir nos rumos e direção deste poder, segundo o entendimento político de Weber. Têm vontade de interferir no seu exercício e na sua prática, entendendo que a ação política institucionalizada não dá conta de responder aos seus projetos de sociedade, mas que não é de todo descartada.

Exemplo disso é a massiva participação na 1ª Conferência Nacional de Juventude¹⁴ que ocorreu em 2007 e 2008. Segundo o site da Secretaria Nacional de Juventude¹⁵, a etapa nacional da conferência, em Brasília, contou com a presença de 2500 jovens. Até chegar nesta etapa ocorreram 840 conferências municipais e regionais, onde se decidiam propostas e elegiam delegados/as. Todos os estados e o Distrito Federal organizaram conferências. Além dessas, também ocorreram mais de 600 conferências livres com temas diversos. Estas conferências emergiram de forma espontânea em diferentes grupos, em diversos formatos e tiveram por objetivo levantar propostas para a etapa nacional; mas não elegiam delegados. A expressiva participação dos jovens nestas conferências é algo que chamou a atenção de todos os que acompanharam o processo da conferência.

A Conferência teve como lema *Levante sua bandeira* e, na etapa nacional, foram aprovadas 22 prioridades. De fato, parece que cada grupo jovem levantou sua bandeira e essas prioridades expressam bem a diversidade de questões que atravessam as várias demandas dos jovens. Não há, na verdade, uma proposta concreta de política pública a

¹⁴ Mesmo já tendo ocorrido uma conferência de juventude em 2004, esta conferência foi chamada de *Primeira* por se tratar da primeira conferência organizada pela Secretaria Nacional de Juventude criada, em 2005, pelo Governo Federal.

¹⁵ www.juventude.gov.br/conferencia

ser implementada a partir dessas prioridades, mas há um conjunto de questões que dão visibilidade aos diversos atores juvenis que se envolveram no processo da conferência e, historicamente, não são considerados pela sociedade como sujeitos de direito. É o caso dos negros, homossexuais, indígenas, mulheres...

O Estado aparece aí como aquele que pode garantir o *meu* reconhecimento enquanto portador de direitos. A via institucional não é descartada, mas a forma como *eu* participo deste embate se dá a partir de outras perspectivas diversas daquelas que visavam a *tomada de poder* ou a *queda da Bastilha*, pois a luta por reconhecimento é um dos aspectos fundamentais desta geração juvenil. A prática política destes *políticos sem vocação* convoca a repensar o próprio conceito de política ou de poder.

Antonio Negri e Michael Hardt, a partir de inspiração foucaultiana, tratam o poder não como um ponto específico da estrutura social, mas como um emaranhado de relações. O *Império*, como os autores denominam a nova ordem política mundial, não tem um lugar fixo, um território. É um poder que se constitui como rede:

[...] Nenhuma fronteira territorial confina o seu reinado. [...] Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto de seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder (Negri; Hardt, 2005a:14-15).

A própria idéia de poder, não como uma instituição, um governo, mas uma rede de mecanismos e dispositivos, pode estar intuitivamente expressa nestas novas formas de atuação política que têm surgido nos últimos anos entre os jovens, pois,

[...] As forças criadoras da multidão que sustenta o Império são capazes também de construir, independentemente, um Contra-império, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. Os esforços para contestar e subverter o Império, e para construir uma alternativa real, terão lugar no próprio terreno imperial – na realidade, essa nova luta já começou. Mediante tais esforços, e muitos outros da mesma natureza, a multidão terá de inventar novas formas democráticas e novos poderes constituintes que um dia nos conduzirão através e além do Império. (Ibidem)

Essa é uma chave de leitura fundamental para que se compreendam as formas de resistência e de participação política na contemporaneidade. As malhas do poder também produzem malhas de resistência. E é possível entender que essa resistência passa pelo enfrentamento à exclusão sócio-econômica, mas vai além desse aspecto. Essa

resistência também se refere ao não aceitação do sujeito que é produzido pelo poder, tão bem denunciado pelos chamados *novos movimentos sociais*.

Cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade. (Hall, 2006:44)

Ao se referir aos movimentos que estão associados a 1968, como os de juventude, contraculturais, raciais, feministas, ecologistas, Stuart Hall aponta que o reconhecimento social de suas identidades passa a ser um fator fundamental para estes grupos. O feminismo “politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação”(Ibidem: 45). A participação política pode se configurar como esta resistência ao sujeito produzido pelo poder e parece que esta geração juvenil percebe o Estado como um dos diversos pontos da malha do poder; um ponto que não é maior nem menor que os outros, mas que também tem considerável importância. Parece que, diferentemente do que alguns *autores pós-modernos* afirmam, não há uma negação total das vias institucionalizadas, mas há um entendimento de que a resistência passa por outros aspectos que só a tomada de poder não daria conta.

Desta vez, tratando da resistência ao Império, Negri e Hardt apontam o Exército Zapatista e as lutas *anti-globalização* como expressões dessas práticas políticas contemporâneas:

[...] O paradoxal lema zapatista ‘comandar obedecendo’, por exemplo, objetiva inverter as relações tradicionais de hierarquia dentro da organização. As posições de liderança são rotativas, e parece haver um vazio de autoridade no centro. Marcos, o porta-voz principal e ícone quase mítico dos zapatistas, tem a patente de subcomandante para enfatizar sua relativa subordinação. Além disso, o objetivo do movimento nunca foi derrotar o Estado e invocar autoridade soberana, e sim mudar o mundo sem tomar o poder. Em outras palavras, os zapatistas adotam todos os elementos da estrutura tradicional e os transformam, demonstrando da maneira mais clara possível a natureza e direção da transição pós-moderna das formas organizacionais (Negri; Hardt, 2005b:126).

Segundo os autores, essas novas formas organizacionais de resistência, movimentos que atualmente se articulam em rede, conseguem, ao mesmo tempo, reunir eficácia histórica e comunicação com o sistema econômico vigente e ser guiados pelos princípios da democracia e da liberdade. Em vários outros momentos da história, esses

aspectos apresentam-se de forma contraditória e, para os autores, esta composição é um fato inédito. Talvez seja por isso que os críticos às formas não-convencionais de atuação juvenil têm dificuldade de compreender os novos *rearranjos* que esta geração juvenil tem criado como forma de resistência ao poder e possibilidades de emancipação.

Na Argentina, até fins dos anos 80, a juventude era o grupo social que mais estava inserido em partidos. Segundo Bonvillani et al. (2008), esse fato deve-se ao contexto histórico de redemocratização do país ocorrido nessa década. Os partidos são vistos aí como ferramentas importantes na construção dos processos democráticos. No entanto, a década de 90, *la larga década del neoliberalismo*, é caracterizada pela descrença dos jovens por uma ação institucionalizada dos partidos, sindicatos e do movimento estudantil. Parece haver forte descrença nestas formas de atuar, mas não na democracia, reforçando o que apontou Negri e Hardt na citação acima, porém, numa perspectiva um pouco diferenciada. Nos novos agrupamentos juvenis,

Se buscaron formas de funcionamiento interno básicamente asamblearias, a partir de las cuales se intentaba anular la construcción de jerarquías internas y promover el ejercicio de la democracia directa, promoviendo la participación del colectivo en el proceso de toma de decisiones y rechazando las formas delegativas y representativas de la política. En relación con esto, se pretendía fortalecer la formación política de sus integrantes a partir de la reflexión sobre la práctica concreta que estaban desarrollando y de la constitución de grupos o comunidades de pertenencia basados en el despliegue de vínculos y de afectos; práctica política que se superponía, deliberadamente, con la vida cotidiana de sus miembros (Bonvillani, et al., 2008:146).

A experiência democrática não é mais reivindicada como a garantia de um processo eleitoral de escolha de representantes, mas é elemento da vida cotidiana. Muitas vezes, o descrédito que os jovens têm em relação às instituições advém das práticas contraditórias entre o que se quer e o que se pratica: as instituições desejam uma sociedade mais democrática e livre, mas, por vezes, suas ações e formas de se organizar não se orientam pelo respeito à horizontalidade e autonomia.

A participação, no espaço público, por meio das intervenções culturais é orientada por uma ação mais horizontal e autônoma, pois os grupos que se organizam em torno de práticas culturais parecem tratar da trama e da mobilidade do cotidiano com mais habilidade do que outros grupos que se orientam pela adesão a uma ideologia e estatuto pré-estabelecidos. “[...] En este sentido, su fuerza de constitución se produce por adhesión a sí mismos [...]” (Cubides; Guerrero, 2008:188) A atuação se dá,

sobretudo, pelo gosto de *fazer*, pela apropriação e *re-significação* da cidade e pela experiência da sociabilidade, constituindo um entendimento mais *micro* do espaço público. Ou seja, o espaço público é experimentado como um território de possibilidades.

Por isso, para tratar da participação dos jovens neste início de milênio, não basta *isolar* a juventude para compreendê-la a partir de suas angústias, medos ou potencialidades, mas entender que os processos culturais nos quais a juventude está inserida e a forma como ela se movimenta nessa inserção são fundamentais:

[...] En el campo de lo juvenil es necesario hacer una formulación de lo político que tome en cuenta aquello que nos permite ver los procesos. [...] Política e jóvenes se define en procesos complejos de constitución también local (Ramirez; Sánchez, 2008:159).

Importantes estudos têm apontado para as práticas culturais como elementos possíveis de *informar* o político na contemporaneidade e como chave fundamental para compreensão da participação dos jovens:

A próxima etapa de trabalho (2009-2010) tem o objetivo de analisar ações culturais de jovens urbanos, considerando-as como *locus* privilegiado de ação política e de cidadania na contemporaneidade; privilegia-se a dimensão cultural para a compreensão da política; que as práticas políticas juvenis encontram-se, hoje, mais no cotidiano que nas instituições (Borelli, Rocha, Oliveira, 2008: 249).

A partir do estudo de práticas coletivas dos jovens na Colômbia, por exemplo, pesquisas recentes vão demonstrar a importância que tem a dimensão simbólica e a formação de identidades em torno das produções culturais dos jovens:

En consecuencia una de las consideraciones a tener presente en el análisis de las expresiones colectivas de los jóvenes es que el replanteamiento de sus formas de organización y movilización, es una cuestión que tiene ver a menudo con las luchas por los significados y representaciones presentes en la pugna por los marcos interpretativos; desde los cuales se debaten y se ponen en juego concepciones diferentes de ciudadanía, identidad y democracia. Lo anterior supone, que la acción colectiva de los nuevos movimientos sociales y de los “novísimos movimientos sociales concepto acuñado por Feixa, Saura y Costa (2002) para comprender los movimientos juveniles, conlleva la definición de una “política simbólica”, o en palabras de Escobar, Álvarez, Dagnino (2001) de una “política cultural”, para referirse a las luchas por el poder interpretativo que se desatan cuando entran en

conflicto distintos universos simbólicos sobre lo político, y las ciudadanías (Delgado et al., 2008: 208).

Em síntese, procurou-se apresentar, neste capítulo, os limites que a ação política convencional tem enfrentado quanto à adesão desta geração juvenil e as outras possibilidades de atuação que se têm configurado. Isso se dá ao mesmo tempo em que a relação com o Estado encontra-se num viés diferenciado de outros momentos históricos, proporcionando *novas institucionalidades* e novos canais de interlocução com o poder público. As formas de atuação originárias do campo da cultura parecem compreender melhor este *novo rumo político* e tem se apresentado a essa geração juvenil como espaços mais interessantes de participação. É nessa perspectiva que se pretende analisar o objeto deste estudo.

Capítulo II

2 Condição juvenil contemporânea: cultura, comunicação e cidade

Um tema que somente há poucos anos tem despertado a atenção de alguns pesquisadores no Brasil é o da condição juvenil. Muitos textos têm feito referência à juventude em diferentes abordagens, mas poucos têm tratado da questão da *condição* ou da vivência do *ser jovem* na sociedade. Com isso, mesmo atualmente, ainda há certa dificuldade em conceituar o *juvenil* ou a *juventude* em suas dimensões mais teóricas.

A maioria dos trabalhos que trataram do tema no Brasil até os anos 80 apresentava certa ideia de juventude, que, até hoje, ainda é muito presente, associada a uma noção de *essência* do jovem. O trabalho de Helena Abramo, *Cenas Juvenis* (1994), é um dos primeiros textos no país a reconhecer que, ao contrário de uma *essência* do ser jovem, haveria uma condição juvenil demarcada por seu contexto histórico-social.

Incomodada com essa fixação e com as interpretações dela resultantes, considerei necessário ressaltar as dimensões sociais e históricas das condições e das expressões juvenis, a fim de tornar perceptíveis as peculiaridades das manifestações atuais, não como confirmação ou desvio de um conteúdo essencial e universal da juventude, mas como respostas vinculadas ao contexto social em que se realizam (Abramo, 1994:XIII).

A própria ideia, muito incorporada por alguns por conta da geração dos anos 60, da juventude como *naturalmente* revolucionária faz parte deste referencial de uma essência ou universalidade desta etapa do ciclo da vida, como já se apontou no primeiro capítulo.

A fragmentação temática e conceitual da produção acadêmica sobre juventude instaurada a partir dos anos oitenta, pode ser resumida pela busca obsessiva de uma resposta sobre a participação política dos jovens, ou melhor dizendo, sobre as razões de sua ausência (Borelli, Rocha, Oliveira, 2009:03).

São vários os rótulos, títulos e adjetivos que as gerações juvenis das duas últimas décadas têm recebido. Seja através dos meios de comunicação ou por práticas do senso comum, seja por nostalgias de um passado militante e um futuro frustrado ou por receio

desta *classe perigosa* (ver Zaluar, 2003), a juventude sempre se faz presente no imaginário social das últimas décadas, sobretudo a partir do *pós-guerra*, quando começa a ser compreendida como uma categoria social.

No geral, estes preconceitos professados às variadas expressões juvenis são marcados por um caráter comparativo entre gerações. Porém, estas comparações são sempre fragmentadas, referindo-se a este ou aquele desejo das juventudes passadas, mas dificilmente se desenvolve uma análise comparativa mais ampla, incluindo o conjunto do contexto histórico dessas gerações e da atual.

A condição juvenil vivida nestas últimas décadas, muitas vezes, funciona como um *depósito* de tudo o que a sociedade deseja ou repugna, mas que é marca do contemporâneo. Por vezes, a própria juventude ou a imagem que se cria dela acabam por se apresentar como uma *chave* de compreensão do *espírito do tempo* (Morin, 1984) e das características mais inerentes às questões atuais. Se forem apontadas, por exemplo, como características próprias do Brasil contemporâneo, questões como a violência, o desemprego e as novas tecnologias, ver-se-á que os jovens se inserem num segmento social que mais é atravessado por estas práticas e usos (Novaes, 2007). A realidade juvenil pode ser compreendida como uma espécie de *retrato* da sociedade da qual ela faz parte. Neste sentido, para além de analisar esta ou aquela prática juvenil de forma isolada, torna-se necessário analisar alguns marcos geracionais que expressam aspectos singulares, entre a enorme diversidade das *juventudes*, e ajudam a compreender as respostas que os jovens têm formulado para o contexto sócio-histórico em que vivem.

Devido ao crescimento da indústria cultural e em consequência das novas tecnologias, duas áreas tornaram-se fundamentais ao se abordar esta geração juvenil atual: a cultura e a comunicação. Assim sendo, a relação que a juventude estabelece com a cidade e as formas de experimentação e apropriação do espaço urbano são conteúdos quase que obrigatórios para os estudos sobre jovens e o mundo contemporâneo.

2.1 Condição juvenil: juventude como categoria social

Por muito tempo, estudos com influência maior da psicologia costumavam criar uma série de estereótipos sobre a juventude, classificando-a como um período patológico da vida humana, assim como apontavam os estudos de Stanley Hall (Flitner, 1968:45) ainda nos primeiros anos do século XX. Não havia diferenciação alguma deste período com a adolescência e a perspectiva estava muito associada às mudanças biológicas dos indivíduos. Isso marcou bastante a ideia da juventude como uma etapa de transição.

Em diversos estudos realizados sobre o conceito da condição juvenil ou outras reflexões ligadas à temática da juventude, um termo que aparece recorrente é o de *moratória*. O que geralmente se escreve em referência ao conceito é que ele trata de um período de *espera* na qual a juventude estaria relacionada. O jovem, por estar em um momento de *transição* entre a infância e a fase adulta, deve esperar até estar *pronto* para se tornar adulto.

No entanto, com uma leitura mais atenciosa de Eric Erikson (1972), que formulou o conceito, percebe-se que se trata de algo mais complexo do que uma simples *espera*. O livro *Identidade – Juventude e Crise* é voltado para a reflexão dos estudos psicanalíticos sobre identidade. O conceito de *moratória psicossocial* deve ser compreendido nesta perspectiva, pois, ao tratar este conceito, Erikson está preocupado em refletir sobre a formação da identidade no jovem.

Diferentemente do curso padronizado da psicanálise que atribuía um caráter patológico à juventude por ser um período da vida comum a esta crise, Erikson observa que a juventude dos anos 60 colocou *em xeque* uma série de formulações sobre formação de identidade, tais como inconsciência da crise ou a diferenciação entre crise positiva e negativa. Esta geração juvenil, para Erikson, teria uma singularidade muito especial, pois teria uma *consciência de identidade* e consciência inclusive da crise. O *conflito de identidade* vivenciado por estes jovens não teria um conteúdo patológico, mas assumido como uma recusa aos valores herdados por seus pais. E será nesta preparação que o adolescente *buscará sua identidade*, pois, para Erikson, a identidade começa quando a identificação não é mais necessária. No entanto, esse momento de preparação não acontece apenas com a adolescência pós-período de latência, mas também na *adolescência prolongada* ou juventude.

[...] Esse período pode ser considerado uma *moratória psicossocial* durante a qual o jovem adulto, através da livre experimentação de papel, poderá encontrar um nicho em alguma seção da sociedade, um nicho que é firmemente definido e, entretanto, parece ser exclusivamente feito para ele (Erikson, 1972:156).

Assim, para Erikson, o conceito de moratória psicossocial funde-se com a formação da identidade na juventude, pois é das experimentações que a moratória proporciona que o jovem pode adquirir a identidade do ego. A moratória é uma *espera*, uma *preparação*, mas não somente. “[...] É um período que se caracteriza por uma tolerância seletiva por parte da sociedade e uma atividade lúdica por parte do jovem [...]” (Ibidem:157). Não é apenas a sociedade que estabelece como será esse período de moratória, mas, mesmo em escala menor, os jovens também determinam como pode ser.

Erikson atribui algumas *virtudes vitais* a determinados ciclos da vida de um indivíduo. Fidelidade e amor são as virtudes que considera acompanhar a adolescência e a juventude. Por isso, a autenticidade seria algo que atrai os jovens e é fundamental na formação da identidade. Assim, em uma sociedade em que os valores que a regem não são autênticos, os jovens aproximar-se-iam de uma rebeldia e negatividade de tais valores.

É evidente que, quando Erikson elabora o conceito, os estudos sobre juventude ainda estão muito incipientes. A própria diferença entre adolescência e juventude não é muito clara em sua obra. Porém, esse conceito de moratória (e suas variações teóricas) foi referência para uma série de estudos sobre os jovens. Há, no conceito de moratória, a compreensão da juventude como um período transitório ou de um *vir-a-ser*. Juventude não é entendida como um momento em si, mas uma preparação para outra coisa.

Em outra direção, Margulis e Urresti afirmam que o conceito de moratória social faz referência apenas aos setores economicamente privilegiados, com condições de *suspender* a vida social para um período de preparação para o futuro.

Desde esta perspectiva, solo podrían ser jóvenes los pertenecientes a sectores sociales relativamente acomodados. Los otros carecerían de juventud. La moratoria social propone tiempo libre socialmente legitimado, un estadio de la vida en que se postergan las demandas, un estado de gracia durante el cual la sociedad no exige. En la etapa actual en que se propaga el desempleo y cunde la exclusión, la moratoria social, que pretende abarcar a toda la juventud, enfrenta nuevos desafíos (Margulis e Urresti, 1998:6).

Os autores propõem uma nova categoria que chamam de *moratória vital* (*Ibidem*:10) que distinguiria os jovens dos não-jovens para além de suas diferenças de gênero ou classe social; uma experiência subjetiva de vivência de um capital temporal que o jovem pode usufruir.

O relatório final dos grupos focais da Pesquisa *Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional*, do Ibase e Instituto Pólis (2009:10), constatou que o conceito de moratória, atualmente, parece estar muito mais associado à possibilidade de experimentação do que necessariamente à de uma suspensão da vida:

Um elemento que parece muitas vezes se aproximar da idéia da moratória: a de que a juventude é um tempo em que “há permissão para errar”, para reavaliar e corrigir os rumos tomados. Essa idéia completa aquela citada acima, de que é um momento marcado por processos de definição, de fazer escolhas ainda sem as amarras do definitivo. [...] Neste sentido, parece que a moratória indica menos a suspensão da cobrança e do julgamento, que a chance de experimentar, trocar, reavaliar, recomeçar. [...] Um jovem de um dos grupos culturais da periferia resume dizendo que “*ser jovem é fazer muitas coisas ao mesmo tempo*”. Esse é um outro elemento que marca o afastamento da noção clássica da moratória: não tem consistência entre esses jovens a ideia de que a juventude se define como um tempo de suspensão da vida densa da produção, com uma dedicação a uma atividade específica relacionada à formação e preparação para o futuro.

Na sociologia, os primeiros estudos sobre juventude remetem à Escola de Chicago que, grosso modo, considerava essa etapa da vida como sinônimo de *problema*, tratando de questões como delinquência juvenil e o desvio. Os estudos sobre as gangues nos Estados Unidos, realizados por esta corrente funcionalista, permitiram que a violência fosse diretamente associada à condição juvenil, gerando, com isso, um conjunto de estigmas por vezes presente, ainda hoje, em muitas pesquisas sobre a condição juvenil ou sobre a segurança pública. A ideia da juventude como *problema em potencial* para a ordem social é ainda hoje recorrente, sobretudo no que se refere à elaboração de políticas públicas voltadas para os jovens:

O que espanta é a constatação de que as teorias de que se valeram os sociólogos e antropólogos para explicar a existência de gangues nas cidades estadunidenses [...] são usadas como se não houvesse descontinuidade entre organizações juvenis nos Estados Unidos e as quadrilhas, galeras, bandas, turmas ou bandos esparsos encontrados em outros países (Zaluar, 2003:22).

Mesmo que um tanto inconformada, a pesquisadora Alba Zaluar chama a atenção para a grande influência que até hoje têm os estudos da Escola de Chicago.

Seja como patologia, transição ou problema, o entendimento e os estudos sobre a juventude sempre foram marcados por uma carga de preconceitos muito grande. Isso revela não apenas os limites das pesquisas sobre os grupos juvenis, mas também a forma como a sociedade lidava (e lida!) com esse segmento social. Conceber juventude é tarefa complexa, pois sempre que se tenta delimitar um conjunto de questões, uma série de outras variantes aparece:

[...] Muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra. Há muitos ângulos pelos quais se pode abordar o tema; cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte e, dentro delas, diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir (Abramo, 2005:38).

A noção mais geral que se tem do termo *juventude* é a de um período da vida que se localiza entre a infância e a fase adulta. Muitas instituições ou organizações sociais procuram estabelecer um limite etário desse período. No entanto, não há consenso geral e os argumentos que sustentam esses limites são relativos, pois esta delimitação é sempre arbitrária. No Brasil, o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude, criados em 2005, estabeleceram que a faixa etária dos jovens vai de 15 a 29 anos, como forma de orientar as políticas destinadas a esse público (Novaes et al., 2006:5). Nos trabalhos mais recentes sobre juventude não há muitas referências sobre a questão etária, o que leva a supor que essa tem sido uma abordagem menos relevante ou que se trata de algo (quase) superado, ao menos nas produções brasileiras.

Nas sociedades tribais e em comunidades arcaicas, a passagem dos diferentes momentos da vida é marcada por rituais de transição e as funções são claramente definidas de acordo com o período etário em que os membros se encontram. Nas sociedades modernas, estes períodos de transição não acontecem de forma tão clara e o momento intermediário entre a infância e a fase adulta não é muito delimitado e tem pouca visibilidade. Como demonstraram Levi e Schmitt (1996:8), a juventude é uma construção social e as diversas sociedades, no decorrer da história, estabeleceram diferenciados significados para essa etapa do ciclo da vida.

[...] é precisamente sua natureza fugidia que carrega de significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade essa construção cultural, a qual, em todas as sociedades, é objeto de uma atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas. Com esse olhar cruzado e ambivalente, no qual se misturam atração e desconfiança, as sociedades sempre “construíram” a juventude como um fato social intrinsecamente instável, irredutível à rigidez dos dados demográficos ou jurídicos, ou – melhor ainda – como uma realidade cultural carregada de uma imensidão de valores e de usos simbólicos, e não só como um fato social simples, analisável de imediato (Levi e Schmitt, 1996:8).

Na modernidade do século XIX, segundo Phillipe Ariès (1981), a escola é que, primeiramente, exerceu a função de preparar o indivíduo para a vida adulta e para garantir a manutenção da organização social. Assim, a ideia de juventude teria um caráter muito restrito, pois se referia apenas à condição de estudantes. E quem frequentava a escola eram apenas pessoas das classes alta e média. A partir deste entendimento, só era jovem ou podia *viver a juventude* quem fosse homem e burguês.

As transformações provocadas nas sociedades do Ocidente, no século XX, sobretudo do *entre* e do *pós-guerra*, possibilitaram uma ampliação desta noção de juventude, pois, além da considerável ampliação do acesso à escola pelas classes populares, as manifestações juvenis, de caráter cultural ou político, ocorridas em quase todo o mundo, também contribuíram para que a ideia de juventude se expandisse. Um novo entendimento da juventude nessas sociedades passou a não mais considerá-la como um momento de transição, mas como um momento em si, uma etapa da vida, com singularidade própria. É possível perceber como, paulatinamente, no século XX, a juventude vai recebendo o *status* de uma categoria social na modernidade. Um grupo socialmente visível e reconhecido pelo conjunto da cultura ocidental.

No caso do Brasil, segundo Helena Abramo, a concepção de juventude passa a se ampliar a partir das expressões de diversos grupos juvenis das periferias que vêm a público apresentar suas demandas e reivindicações através de suas músicas e estilos. Pode-se dar destaque aos movimentos *punk* e *hip-hop*, entre outros, que contribuíram incisivamente, na realidade brasileira, para uma ampliação do entendimento da condição juvenil, sobretudo para os setores populares:

A percepção da juventude para além da adolescência em risco, numa direção, e para além dos setores de classe média, em outra direção, é mais recente, emergindo com mais força de uns dez anos para cá. Em certa medida, como ampliação da preocupação vigente com a adolescência, na ‘descoberta’ de que os problemas de

vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí [...] Mas também pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e preocupam, diferentes daquelas colocadas pelas gerações juvenis precedentes, e para as quais não havia nem mesmo formulações elaboradas no plano da política (Abramo, 2005:39)

Esses *novos atores* aos quais Abramo se refere demonstraram também quão diversa é a juventude brasileira e também reivindicaram o reconhecimento de sua pluralidade. Pierre Bourdieu (1983:113), em uma entrevista ao final dos anos 70, alertou que *juventude é apenas uma palavra*, pois somente por um abuso de linguagem é que seria possível tentar unir, em uma palavra, universos tão distintos, sobretudo por conta da classe social:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou para encurtar, entre as duas juventudes (Bourdieu, 1983:113).

Um dos principais cuidados que se deve ter ao precisar o conceito de juventude e o estudo da condição juvenil é reconhecer as diferenças existentes entre os diversos grupos e realidades juvenis. Aliás, muitos pesquisadores brasileiros (Novaes, 2003; Castro e Abramovay, 2004; Borelli, Rocha, Oliveira, 2009) afirmam que é necessário falar de *juventudes* para que se marque bem essa pluralidade, assim como o fez Bourdieu. E reconhecer a diversidade não significa negar a desigualdade social existente entre jovens ricos e pobres, negros e brancos, mulheres e homens. Esta é a diferenciação que, segundo Marília Spósito (2003:10), o colombiano Miguel Abad faz entre a *condição* e a *situação* do jovem. Se a primeira denota o significado que a sociedade atribui a essa etapa da vida, a segunda diz respeito à forma como essa condição é vivida dentro dos diferentes posicionamentos sociais.

O conceito de *geração*, formulado por Mannheim (1968) e desenvolvido por Eisenstadt (1968) e Marialice Foracci (1971) no Brasil, também se faz necessário para uma melhor compreensão da condição juvenil. Haveria uma *localização social comum* de um mesmo grupo etário num dado processo histórico. A experiência proporcionada por um determinado contexto sócio-histórico seria *sentida* de forma diferenciada pelos

grupos etários, pois o significado das experiências seria orientado por estratos característicos de cada etapa do ciclo da vida. Por isso, uma mesma experiência histórica é sentida de formas diferentes a partir de sua localização etária. Isso pode ser observado, por exemplo, na diferença que há entre adultos com mais de quarenta anos e os jovens com menos de vinte em relação à informática.

[...] Diante dos novos equipamentos, esses jovens não mantêm a mesma atitude passiva que seus pais e avós assumiam com relação aos meios de comunicação de que dispunham. Diz-se até que essa é a primeira geração que tem algo a ensinar aos mais velhos. [...] (Carmo, 2003: 254).

Uma série de características da sociedade contemporânea vai compor os estratos aos quais se referem Mannheim para a configuração do que se pode chamar de geração. Daí a necessidade de se compreender a relação que a juventude estabelece com aspectos culturais deste período histórico.

‘Ser jovem hoje’ é ser afetado pela existência do narcotráfico e pelos interesses da indústria bélica [...] ‘Ser jovem hoje’ é compartilhar do ‘medo de sobrar’. Uma grande reestruturação produtiva mudou o mundo do trabalho. [...] ‘Ser jovem’ é poder sentir-se desconectado em um mundo conectado. Internet, conexões virtuais, CDs e DVDs mudam as maneiras de estar no mundo, mudam o tamanho do mundo. [...] Certamente ainda há muito caminho a percorrer para que a perspectiva geracional seja compreendida como uma via para que estabeleçam novas relações entre jovens e adultos e entre diferentes segmentos de jovens. Contudo, é urgente iniciar as interlocuções necessárias. Para tanto, são necessárias duas interlocuções simultâneas: uma intergeracional e outra intrageracional (Novaes, 2007:101-104).

Regina Novaes chama a atenção para a necessidade de se tentar identificar quais são os marcos geracionais da juventude, sem, obviamente, esquecer as diferenças que a caracterizam, para melhor compreender se há questões que atravessam o conjunto desse grupo etário no Brasil atual. Esse parece ser um desafio cada vez mais constante, seja para governos, família ou instituições como a escola, por exemplo; assim como também é desafiante a necessidade de ampliação e maior abertura para o diálogo entre os diferentes grupos juvenis.

Ao tratar de aspectos geracionais e sua relação com o mundo contemporâneo, é difícil esquivar-se da abordagem sobre a indústria cultural e novas tecnologias e os processos de criação e produção que envolvem a juventude. Com isso, a cultura e a comunicação tornaram-se duas áreas temáticas que emergiram de forma impressionante nas últimas décadas. Entende-se que, para tratar do tema da participação juvenil

atualmente, faz-se necessária uma breve reflexão sobre os jovens e sua interface com ambas as áreas.

2.2 Juventude, cultura e comunicação

É possível que em nenhum outro momento da história do Ocidente tenha acontecido tamanha proximidade na relação entre o segmento jovem de uma dada sociedade e as questões culturais que a orientam. Aliás, o que é comum notar-se, geralmente, na história é o conflito que os jovens têm em relação aos valores culturais pré-determinados e oficiais. Parece haver uma inversão na lógica contemporânea, pois são os jovens os mais dispostos a encarar o que as questões culturais podem a eles proporcionar.

De um modo geral, pode-se dizer que a “juventude” tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Neste sentido, condensa as angústias, os medos, assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura (Abramo, 1997:29).

Neste sentido, o estudo da condição juvenil nos dias atuais é mais importante do que se imagina, pois possibilita ampliar a compreensão, inclusive, dos aspectos culturais fundamentais deste momento histórico.

No entanto, há que se considerar também que a própria ideia de cultura sofreu diversas transformações, sobretudo, nas últimas décadas. Dentre as várias conceituações de cultura existentes, o entendimento elaborado pela corrente conhecida por *estudos culturais* parece ser o que mais pode auxiliar na compreensão das relações entre cultura e o universo juvenil. Os estudos culturais, ingleses ou latino-americanos, são acusados por alguns marxistas ortodoxos de abandonarem as reflexões sobre classe econômica ao se dedicarem às questões de ordem cultural, ou por proporem uma releitura do marxismo a partir da cultura. Ao comentar sua trajetória intelectual na Argentina,

Beatriz Sarlo fala dos primeiros contatos com o pensamento de Raymond Williams e as dificuldades que o pensador inglês enfrentou para *bancar* suas teorias:

Ninguém em seu juízo perfeito estava interessado nos problemas em que Williams pensava, justamente porque sabia-se que o poder do saber e dos aparelhos ideológicos, que era o poder das classes dominantes, operava sem fissuras sobre os atores sociais e por trás deles. [...] Na resistência de Williams [...] podia se imaginar que a natureza social da cultura era um problema para ser resolvido e não um ponto de partida em que tudo já estava resolvido (Sarlo, 1997:86-88).

Atualmente, o tema da cultura, seja no marxismo ou em outras correntes teóricas, já ganhou espaço e grande parte das pesquisas sociológicas percebe a importância que tem para a compreensão da sociedade contemporânea. Jameson (2004:13) afirma que, no capitalismo tardio, a *cultura* assumiu o papel de uma espécie de *segunda natureza*. Porém, um risco para o qual muitos pesquisadores chamaram a atenção é o de se estabelecer uma espécie de *determinismo cultural* para se explicarem todas as dimensões sociais a ela subordinadas, como acabou ocorrendo em muitas obras a partir dos anos 80.

Segundo Terry Eagleton (2005:179), os estudos culturais e outros atores contribuíram para que os anos 60 dessem um novo significado à cultura. Seu sentido desloca-se de sinônimos como erudição ou civilização para ganhar a vida ordinária, cotidiana. “[...] A cultura no sentido de identidade, fidelidade e vida cotidiana havia desafiado seriamente uma esquerda filisteia, patriarcal e etnicamente cega.” Uma série de grupos e movimentos emancipatórios vão desenvolver releituras de pensadores marxistas para inserir a cultura numa dimensão política. Gramsci, um desses pensadores, em seu texto sobre *Socialismo e Cultura*, de 1916, já procurava atribuir um sentido diferenciado à cultura, mas que só encontrou maior adesão a partir dessas releituras.

É preciso perder o hábito de deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior. Essa forma de cultura é realmente prejudicial, sobretudo para o proletariado. Serve apenas para criar marginais, pessoas que acreditam ser superiores ao resto da humanidade porque acumularam na memória um certo número de dados e de datas que vomitam em cada ocasião, criando assim quase que uma barreira entre elas e as demais pessoas. [...] A cultura é algo bem mais

diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres (Gramsci, 2004:57-58).

A ideia de cultura relacionada às questões da vida ordinária configurou-se como elemento *chave* para se compreenderem as ações dos grupos juvenis para além das visões associadas a problema ou delinquência, como preconizava a Escola de Chicago. É deste referencial que foi possível a compreensão dos grupos de estilo ou das culturas juvenis (Feixa, 2004), como foi tratado no primeiro capítulo. Compreendendo suas práticas de sociabilidade, símbolos identitários, expressões de lazer, enfim, dimensões cotidianas da vivência da condição juvenil, foi possível inferir reflexões mais próximas de suas demandas e questões. Porém, por outro lado, ainda hoje, não são poucas as medidas governamentais ou de ONG's que promovem atividades culturais a partir de uma concepção de que essas ações podem apaziguar a *rebeldia inata* dos jovens, reforçando a ideia da juventude como *classe perigosa* (Zaluar, 2003): *cabeça vazia, oficina do diabo*, afirmam os elaboradores de tal concepção.

Em estudo sobre as culturas juvenis, Massimo Canevacci (2005) vai afirmar que a *juventude* é uma criação do período histórico do pós-guerra. O autor traz elementos importantes para o entendimento da juventude contemporânea e sua relação com o *espírito do tempo*. Para Canevacci, assim como para Morin (1984), a ideia de *juventude* é uma construção social que surge no Ocidente, mais precisamente nos Estados Unidos.

[...] É ao redor das anarquias elétricas e das descomposturas corporais emitidas pelo rock que estão nascendo as culturas juvenis. Emergem em primeiro lugar com clareza e com dureza nos Estados Unidos, porque ali nasce a indústria cultural. E porque ali existem as metrópoles (Canevacci, 2005:26).

Pois, era nesse país que estavam acontecendo três fenômenos simultâneos fundamentais para a *criação* da juventude: “Escola, mídia e metrópole constituem os três eixos que suportam a constituição moderna do jovem como categoria social” (Canevacci, 2005:23). Assim, além da associação com o universo escolar, como outros autores também já apontaram, Canevacci relaciona diretamente juventude com a indústria cultural.

Morin (1984:153), já há algum tempo, apontou a juventude como *produto* da indústria cultural e um dos componentes da *mitologia moderna*. Para ele, o rock tornou-

se uma língua universal que fez comunicarem-se jovens de todo o planeta. A mídia, a partir do desenvolvimento da indústria cultural, sobretudo através da música e do filme, também foi fundamental na rejeição do *velho* em consequência da extrema valorização do *novo* e da imagem juvenil. Alguns anos depois, observando toda a mobilização da juventude na segunda metade dos anos 60, seja através do movimento estudantil ou da contracultura, Morin¹⁶ aponta o surgimento da crise juvenil:

Esta cultura adolescente-juvenil é ambivalente. Ela participa da cultura de massas que é a do conjunto da sociedade, e ao mesmo tempo procura diferenciar-se. Ela está economicamente integrada na indústria cultural, capitalista, que funciona segundo a lei do mercado. E é, pois, um ramo de um sistema de produção-distribuição-consumo que funciona para toda a sociedade, levando a juventude a consumir produtos materiais e produtos espirituais, incentivando os valores de modernidade, felicidade, lazer, amor, etc. Mas, por outro lado, sofre a influência da dissidência e da revolta, ou mesmo da recusa da sociedade de consumo. [...] a nova cultura adolescente-juvenil tem, assim, dois pólos e a partir desta bipolaridade se efetua uma espécie de eletrólise em que se cria algo misto, que se difunde no conjunto do mercado juvenil (Morin, 2009:139).

“Como se sabe, o conceito de crise, para Morin, está relacionado a ruínas, rupturas e brechas que podem apontar positivamente para rumos transformadores” (Borelli, 2008:73). A crise causada pelas ambiguidades desta classe adolescente/juvenil, ao lado da crise feminina e da crise ecológica, anunciaria uma crise da civilização ocidental ou uma *revolução cultural*, nos termos do autor. O historiador Eric Hobsbawm (1995) também emprega a expressão *revolução cultural* para designar o processo histórico que se desencadeou com os anos 60 em que a juventude teve papel central.

Imbricada a essa revolução cultural, uma *revolução comunicacional* provocada pela indústria cultural parece ter se instalado de forma permanente no planeta nos últimos anos. E a posição da juventude neste complexo também se constitui em lugar de destaque. Com a cultura de massas, a comunicação se apresenta como aspecto fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais. Ao tratar de juventude, a comunicação parece ter se espalhado por quase todas as dimensões da vida.

¹⁶ Como, no primeiro capítulo, já se tratou dos dilemas relativos à questão da juventude como uma cultura global ou como subculturas (no plural), esse assunto não será abordado novamente. A referência ao pensamento de Morin, aqui, interessa mais por conta da relação que estabelece da juventude com a indústria cultural.

Buscar inserção identitária dentro de grupos delineados pela mídia, ouvir música e assistir à televisão apresentam-se como referências de ocupação regular do tempo livre e de reconhecimento de novas formas de sociabilidade que mexem com o imaginário dos jovens e os impelem a buscar novas alternativas para o cotidiano especialmente nos momentos de lazer e diversão (Borelli, Rocha e Oliveira, 2009:110).

As autoras, analisando as percepções e narrativas de jovens urbanos, apontam os processos comunicativos como fundamentais para os grupos juvenis na sua relação com a cidade e com o outro. A alteridade é, em certo sentido, possibilitada pela comunicação:

Trata-se também de perceber na articulação das subjetividades juvenis a comunicação como a base mesma do processo de se colocar em contato com os outros, produzindo sentidos comuns e negociando significados conflitantes. Comunicando-se, os jovens fazem sociedade, mas igualmente, na ausência da comunicação ou no reconhecimento de sua impossibilidade, entram em conflito e em enfrentamento (Ibidem:15).

A indústria cultural, com os processos massivos e de consumo, também possibilita criação de outros modos de vida no cotidiano. E é neste cenário que os jovens, não só os urbanos, têm construído alternativas de sociabilidade e produção de sentido.

Autores com uma visão mais negativa da sociedade de consumo não interpretam muitas das ações dos jovens como *alternativas*, mas como alienação ao processo de massificação do capitalismo, o qual tem, na juventude, seu alvo principal:

[...] Mas como, na economia capitalista, do boi se aproveita até o berro, essa longa crise, que alia tédio, a insatisfação sexual sob alta pressão hormonal, a dependência em relação à família e a falta de funções no espaço público, acabou por produzir o que as pesquisas de *marketing* definem como uma nova fatia do mercado. A partir daí – viva o jovem! Passou a ser considerado cidadão porque virou consumidor em potencial. [...] Ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário [...] (Kehl, 2005:91-92).

Para esta tendência de análise, a juventude pode ser compreendida como sintoma da *doença do contemporâneo*, produzida em grande escala pela sociedade de consumo. Porém, esta é uma interpretação que pode levar a compreender os jovens a partir de certa passividade frente à *sedução dos objetos* (Costa, 2005) ofertados pela economia de mercado. Muitas críticas ao poder da mídia e da tecnologia vêm carregadas desse tipo de leitura.

Em artigo sobre juventude, Martín-Barbero procura apresentar um outro olhar, ressaltando inclusive a atitude não individualista e nem passiva em relação a estes instrumentos, tais como insistem em afirmar alguns críticos.

É desse lugar que nos olham e ouvem tais sujeitos íntima e estruturalmente mediados por suas interações pela e com a tecnologia. É na trama das interações entre sujeitos onde, hoje, as mediações tecnológicas revelam seu potencial alternativo, por mais que, para os apocalípticos, as mediações tecnológicas signifiquem o contrário: a tendência dos adolescentes ao ensimesmamento, o computador tornando-os agorafóbicos, dominando-os como um vício que os isola e desvincula da realidade. Ainda que haja razões para esses temores, as pesquisas sobre os usos que os jovens fazem do computador traçam outro panorama. Como nos mostrou a investigação citada anteriormente, nem a dependência, nem o isolamento, nem a perda do sentido de realidade são a tendência mais visível. Em nossos países, a juventude usa frequentemente a Internet e segue igualmente frequentando a rua, curtindo festas nos fins de semana e preferindo a companhia ao isolamento. Há certa dependência, mas essa não é a única nem a mais forte e, claro, não é dessa que se morre, mas de outras, bem diferentes. Um exemplo de que a sociabilidade não está perdida: muitos meninos que têm computador em casa vão, mesmo assim, ao cibercafé, porque é ali que podem compartilhar as descobertas da navegação e as aventuras do jogo com os amigos presentes (Martín-Barbero, 2008:22).

Na análise desenvolvida por Martín-Barbero, a mediação que a juventude estabelece com os meios de comunicação em nada se configura na imagem de *alienados* ou *máquinas programadas* da indústria cultural. Na ação cotidiana das mediações, há outros mecanismos que são acionados e parecem produzir relações diferentes daquelas em que os jovens aparecem como *uma banda numa propaganda de refrigerantes*.¹⁷

Em pesquisa sobre a formação crítica, em relação à mídia, de jovens da Pastoral da Juventude, uma das organizações juvenis da Igreja Católica, Camacho identifica:

Assim, para se pensar, hoje, uma formação da juventude para um posicionamento crítico e autônomo diante da mídia, é necessário “mergulhar” no universo dos jovens, compreender que sua visão de mundo, seu sensorio, sua mentalidade, foram formados a partir de várias mediações, não só das instituições tradicionais, como a família, a Igreja ou a escola, com seus programas, conceitos e doutrinas, cujos valores os jovens relativizam, embora ainda os considerem importantes, em algum momento. Outras mediações entram em jogo: o fluxo infinito de imagens que os bombardeiam cotidianamente, os valores difundidos e vividos no grupo de amigos ou tribo identitária, e, finalmente, as reais condições de vida que os cercam, precária para a maioria dos jovens, pois não lhes possibilita nem sobreviver com dignidade, nem lhes dá poder de consumir tudo o que a cultura da mídia e do consumo lhe convencem ser necessário, são indispensáveis. E, finalmente, se faz necessário perceber como se articulam todas essas mediações na formulação da

¹⁷ Trecho da música “Terra de Gigantes” da banda gaúcha Engenheiros do Hawai.

consciência dos jovens, e quais as formas de resistência à manipulação e dependência da cultura midiática que eles próprios têm “inventado” e experimentado (Camacho, 2006:115).

Reforçando a leitura de Martín-Barbero, Camacho aponta como as diversas mediações que os jovens realizam, através de seus grupos, família, igreja, e outros, contribuem para criar outras assimilações da mídia e de sua *poderosa* força. Não há passividade nem alienação em relação ao que se é produzido pela indústria cultural e tampouco uma homogeneização dos costumes. Ao contrário, a diversidade dos grupos juvenis que gerou a criação de expressões como *juventudes*, por exemplo, demonstra que seus estilos identitários e modos de viver apontam para diferentes formas de experimentar sua condição.

Não se pretende afirmar, no entanto, que a mídia não tem qualquer influência sobre os desejos e escolhas dos jovens. É evidente que muitos dos estilos ou culturas juvenis foram assimilados da indústria cultural, através da mídia. Porém, é importante que se perceba que assim como a mídia exerce grande influência sobre os jovens, a religião também o faz (Novaes, 2005; Silva, 2006; Teixeira, 2006); a família também o faz (Abramo, 2005), e outras mediações, como já foi dito. Ou seja, a mídia apresenta-se como uma poderosa força, ao lado de outras poderosas forças também.

Martín-Barbero (2008), a partir de citação de José Nun, faz uma interessante reflexão sobre como muitos críticos (à forma como o massivo se relaciona com a cultura popular, apontando sua penetração ideológica através dos meios de comunicação) atentaram apenas em demonstrar a qualidade de seus instrumentos de emissão, e muito pouco em saber como são recebidas as mensagens. Na América Latina, nesta recepção, o popular se imbrica com o massivo; não é possível ser pensado exterior a este.

Continuar pensando o massivo como algo puramente exterior ao popular - como algo que só faz parasitar, fagocitar, vampirizar – só é possível, hoje, a partir de duas posições. Ou a partir da posição dos folcloristas, cuja missão é preservar o autêntico, cujo paradigma continua a ser rural e para os quais toda mudança é desagregação, isto é, deformação de uma forma voltada para sua pureza original. Ou a partir de uma concepção da dominação social que não pode pensar o que produzem as classes populares senão em termos de reação às induções da classe dominante. O que essas duas posições “poupam” é a história: sua opacidade, sua ambiguidade e a luta pela constituição de um sentido que essa ambiguidade recobre e alimenta (Martín-Barbero, 2008:310).

Segundo Dutra (2007), a reflexão de Bourdieu sobre a não possibilidade de uma *cultura popular*, pelo fato de os pobres não terem condições de criar os meios de veiculação ou produção desta cultura, não encontra eco ao se analisar, por exemplo, o surgimento da produção e circulação da música *rap* por jovens pobres e negros dos Estados Unidos.

A análise de Bourdieu estaria correta se a cultura popular não inventasse os seus próprios meios de produção e transmissão. Os cortes nos recursos para educação musical nos anos 70, nos EUA, levaram os jovens a realizarem experimentações no campo musical. Como resultado, surgiu a idéia revolucionária de usar um meio de *reprodução* como instrumento de *produção* musical: o toca-discos. Curiosamente, foi a expansão da indústria fonográfica que tornou isso possível. A popularização dos discos de vinil e dos toca-discos tornou esse meio barato e de fácil acesso. Era fácil organizar um baile de rua com poucos equipamentos e boa variedade de músicas. Nesses bailes se tornaram populares as figuras do DJ e do MC, os elementos básicos do *rap*. As experimentações dos DJs levaram ao aprimoramento de várias técnicas como, por exemplo, a de tocar várias vezes a mesma faixa de um disco em seqüência usando dois toca-discos sincronizadamente; fazer a transição de uma música para outra ou mesmo uma colagem com vários trechos de músicas diferentes. Essa técnica evoluiu rapidamente para o uso do toca-discos como instrumento musical ao explorar os efeitos da agulha sobre o disco de vinil em diferentes sentidos e velocidades de rotação, produzindo uma ampla gama de sons e efeitos sonoros que inauguraram essa nova estética que, aliada às outras expressões como o grafite e a dança *break* formam a cultura *Hip-Hop*. Recursos como mesclar, colar e distorcer as músicas usando-as como material para as novas construções musicais abre a possibilidade para que os *rappers* não sejam meros consumidores dos produtos da indústria cultural, mas também produtores de sua própria cultura (Dutra, 2007:44-45).

Assim ocorre também com jovens das periferias da cidade de São Paulo, oriundos da cultura *hip-hop*, que têm organizado editoras¹⁸ que se utilizam de recursos recicláveis e gráficos para publicar livros de poetas periféricos com baixo custo de produção; ou *grifes* criadas pelos próprios jovens e vendidas em eventos como shows de *rap* ou em associações de bairro. As *ferramentas* que a indústria cultural possibilita são muitas, mas é a criatividade dos jovens, sobretudo das classes populares, que vai moldá-las e *re-significá-las*.

Os processos de hibridação formulados por Canclini (2008) auxiliam a compreender as relações que os jovens têm estabelecido com a cultura e a comunicação nos últimos anos, sobretudo através de um sinônimo da hibridação, como *tradução*, utilizado pelo autor.

¹⁸ A referência aqui é das Edições Toró, da zona sul da cidade. Uma breve reflexão sobre esta prática será melhor desenvolvida no terceiro capítulo ao tratar-se de Literatura Marginal.

Como visto acima, os jovens dessa geração não desenvolvem com as novas tecnologias uma atitude passiva, mas uma interação totalmente ativa, *traduzindo* as criações da indústria cultural em *re-criações* para novos usos, novos sentidos, novas possibilidades.

A primeira condição para distinguir as oportunidades e os limites da hibridação é não tornar a arte e a cultura recursos para o realismo mágico da compreensão universal. Trata-se, antes, de colocá-los no campo instável, conflitivo, da tradução e da “traição”. As buscas artísticas são chaves nessa tarefa, se conseguem ao mesmo tempo ser linguagem e ser vertigem (Canclini, 2008:xl).

Assim aconteceu e acontece com o *rap*, como demonstrou Dutra; mas também com os outros elementos do *hip-hop*: quando um jovem brasileiro, por exemplo, incorpora movimentos da capoeira na dança do *break* ou quando os traços de um *graffiti* na parede dialogam com o universo simbólico daquele bairro ou cidade, ou mesmo quando os *punks* de algumas regiões do país criam um estilo próprio muito original daquela localidade. Enfim, traduzir os bens simbólicos e comunicacionais ofertados pela indústria cultural parece ser uma prática bem mais característica dos jovens do que a assimilação alienada e mecânica.

E o ambiente em que estas *traduções* acontecem é o espaço urbano. Na cidade, a cultura cotidiana funde-se com a comunicação para novamente voltar a ser cultura urbana, metropolitana.

Assim, manifestações culturais, produtos de consumo, peças publicitárias são percebidas como componentes vitais na tessitura de um contexto de urbanidade bastante peculiar. [...] As metrópoles brasileiras foram palco, com acento relevante na passagem de 60 para 70, e posteriormente, de 70 para 80, a um só tempo, de transformações bastante concretas na estrutura material e simbólica de nossas cidades, mas, igualmente, de toda uma produção de representações inerente aos modos de ser e de viver na cidade (Rocha, 2008:02).

Nesse artigo citado, Rocha aponta que, a partir dos anos 60 e 70, a constituição do imaginário sobre juventude, elaborado pelos meios de comunicação, passou a relacionar o *ser jovem* com o consumo, a contracultura e a cidade. A autora parece compreender a própria cidade como uma *mídia*, um instrumento que comunica acontecimentos, posturas, valores, etc., e, ao mesmo tempo, a cidade torna-se a *imagem* responsável em situar o país na modernidade. Todavia, percebe-se que, mesmo com o

esforço midiático (e político) de se criar uma determinada ideia dos jovens e da cidade, nas últimas décadas, os jovens têm realizado apropriações diferenciadas do espaço urbano daquelas previstas pela mídia.

2.3 Os jovens e a cidade: apropriações e lugares

A discussão sobre cidade e os efeitos da vida urbana na constituição de novos problemas sociais têm sido tema de uma série de estudos antropológicos e sociológicos dos últimos anos. Pela primeira vez, na história da humanidade, a maior parte das pessoas do globo encontra-se vivendo em centros urbanos. Isso é uma das causas desses estudos, pois novos modos de viver, novos problemas sociais, novas configurações culturais passam a integrar a sociabilidade nesses aglomerados.

Entre essas emergentes questões suscitadas pelos estudos sobre cidade estão as práticas e usos que os jovens fazem do espaço urbano. Os grupos juvenis possuem estreita relação com a metrópole, ocupando, talvez, o papel de um dos principais agentes de interação e recriação desse espaço. A partir de seu rápido crescimento nas últimas décadas, a cidade de São Paulo também se torna cenário de vivências e experimentações da juventude.

2.3.1 A circulação pela cidade

A cidade parece ser o cenário em que a juventude se faz. Tratar a juventude como uma categoria social, necessariamente, implica contextualizá-la e relacioná-la com o espaço urbano. Seja para as classes mais abastadas ou para as classes populares, é na cidade que a condição juvenil acontece. As culturas juvenis encontram na cidade o palco para suas *aparições* e práticas. Na produção e reprodução do espaço urbano, os jovens apresentam-se como o grupo social (nada homogêneo) que talvez mais absorva as potencialidades e limites que a cidade pode oferecer.

É desde esta urbanidade que vislumbram suas possibilidades presentes e futuras e também com ela se constroem mecanismos de afirmação de suas subjetividades. O devir urbano aparece associado a vivências paradoxais. Ora tomado como abstração, ora lido em suas literais materialidades, articula um quadro referencial importante na atuação juvenil. São Paulo, especificamente, aparece associada a declarações de amor e ódio, ambos irrestritos. Circulando pela cidade, por necessidade laboral ou prazer hedônico, os meninos e meninas estudados expressam uma consciência bastante fina das implicações de viverem nesta metrópole. Medo e possibilidades. Fluxo e inércia. Acesso e exclusão. O lugar simbólico da “metrópole que não pode parar” é por eles assumido, embora esta afirmação não signifique a adesão acrítica a este lugar (Borelli, Rocha, Oliveira, 2008:247).

As contradições da cidade são experimentadas intensamente pelos jovens a partir dos diferentes usos que realizam desse espaço: a violência, o trabalho, o lazer, as atividades culturais, a sociabilidade, a circulação. Ações que encontram nos jovens seus principais sujeitos, seja como atores ativos, seja como passivos.

Ainda em meados dos anos 80, um importante artigo sobre os *office-boys* em São Paulo demonstra como a circulação pela cidade, a princípio por conta do trabalho, é carregada de expressões de medo, prazer, angústia, diversão. Tudo isso acompanhado ou impulsionado por sua condição etária.

O mais significativo é que nos defrontamos com indivíduos em triplo trânsito: uma dura passagem geracional de crianças para adulto; a entrada no mercado consumidor com certa independência dos pais, onde o “poder comprar minhas coisas” é a forma econômica de uma almejada liberdade; finalmente, o trânsito diário por uma cidade misteriosa e nem sempre conhecida (Borelli e Ramos, 1985:93).

No entanto, essa profissão (quase extinta por conta dos *moto-boys*) muito contribui para os jovens circularem pela cidade, para além das relações de trabalho.

Uma característica surge então como definidora: a mobilidade inerente à profissão tem sua contrapartida numa movimentação também no campo das diversões de fim de semana. Assim, passa a não pesar muito o enraizamento do bairro dos jovens, e a procura de diversões atinge os outros bairros ou os centros de lazer da cidade (Ibidem:94).

A circulação pela cidade, por conta do trabalho ou das práticas de lazer e sociabilidade, parece ser atividade constante da juventude, independente do grupo ou estilo vivenciado, caracterizando aquilo que muitos autores vão denominar de nomadismo. Borelli e Rocha (2004) apontam o nomadismo como constitutivo da

condição juvenil contemporânea para além, inclusive, desta circulação. A mobilidade pela cidade soma-se a outras expressões de nomadismo, ou outras mobilidades, características desta geração juvenil atual.

São nômades porque tomam conta da cidade, numa circulação transversal e desordenada, que explode os limites da espacialidade urbana (...) São nômades também na percepção sobre diferentes temporalidades e depositários de uma sensibilidade, capaz de dar conta de múltiplos influxos – sons, imagens, leituras – de forma alternada (...) Nômades nas rupturas com a escolaridade, (...) consumo (...), expressões da religiosidade (...) Nômades enfim diante da vida e da cultura (Borelli e Rocha, 2004:155-159).

A pesquisa que gerou o artigo citado acima, realizada pelo grupo *Jovens Urbanos* da PUCSP com jovens na cidade de São Paulo, também constatou a tensão experimentada por esses jovens entre um nomadismo e um gregarismo na vivência da urbanidade.

“Os jovens oscilam entre “ser nômades” - ganhar a rua, atravessar a cidade, conhecer o mundo para além das fronteiras territoriais – e gregarismo – voltar para casa, buscar refúgio e segurança, reconstruir redes de sociabilidade.” (Borelli, Rocha e Oliveira, 2008:237).

Estudos recentes sobre *a cidade como questão* apontam a necessidade de um deslocamento na análise do complexo urbano para além de uma pesquisa sócio-econômica e histórica que também procure captar processos do cotidiano da vida urbana. As trajetórias de vida dos indivíduos e sua relação com a cidade podem revelar importantes rearranjos encontrados por seus moradores na constituição da teia social.

São as linhas de força dessas mudanças que ainda será preciso compreender. À distância de definições prévias ou diagnósticos estabelecidos sobre as evoluções recentes da cidade, optamos por um percurso mais exploratório. Buscamos ler essas mudanças a partir da trajetória de indivíduos e suas famílias: seus deslocamentos espaciais em busca da moradia, seus percursos ocupacionais e suas inflexões nas circunstâncias do desemprego e precarização do trabalho, as práticas cotidianas que articulam espaços de moradia e a cidade, seus espaços e serviços. É por esse prisma que tentamos conhecer algo das tramas sociais que configuram espaços urbanos (Telles, 2006:51).

Partilhando desta leitura, Magnani (2003) desenvolveu no início dos anos 80 importante estudo sobre o lazer na cidade de São Paulo. Como expõe, este é um tema que, na maioria das pesquisas sobre a cidade, não aparece como um assunto *sério*, de

relevância acadêmica. No entanto, o autor aponta como os estudos sobre as práticas de lazer na cidade são reveladores de formas de sociabilidade e organização da vida social.

Entre os jovens, o lazer aparece como elemento fundamental, não apenas como motivador da circulação pela cidade, mas como aquele que possibilita a vivência da condição juvenil. Na pesquisa *Perfil da juventude brasileira*, de 2004, do Instituto Cidadania, é possível observar como as atividades de lazer são valorizadas pelos próprios jovens no que se referem à percepção que cada um tem de si.

Aproveitar a vida/ viver com alegria é citado por 40% do total da amostra, mas é importante ressaltar que a principal categoria que compõe esse bloco, “curtir/ se divertir / brincar” é aquela citada, isoladamente, pelo maior número de jovens (39%), o que indica a força desse elemento (o aproveitamento prazeroso do lado lúdico da vida) na valorização da condição juvenil. [...] (Abramo, 2005:57).

O uso do tempo livre entre os jovens acontece de forma diferenciada entre homens e mulheres e entre classes sociais distintas, conforme também apontou a referida pesquisa (Brenner, Dayrell e Carrano, 2005). Para as classes populares é necessário fazer uma diferenciação entre o tempo livre do entretenimento e o tempo livre causado pelo desemprego. Afinal, para o jovem das classes populares, estar trabalhando significa ter a possibilidade de usufruir de mais opções de lazer e consumo.

“Entre os setores populares das cidades brasileiras dos anos 70 e 80, a maior parte dos jovens trabalha ou está à procura de emprego e é inclusive em grande parte esta inserção que lhes permite viver a condição juvenil.” (Abramo, 1994:64).

Magnani (2006), em coletânea realizada pelo Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU), procura apontar outra categoria para analisar a relação da juventude com a cidade: a de *circuitos de jovens*. Novamente, tem como elemento chave para a reflexão sobre sociabilidade urbana a questão do lazer. Diferenciando-se de análises como as de Maffesoli (2006) sobre o neotribalismo e a relação com a cidade marcada pela fluidez e dispersão, Magnani propõe outra perspectiva:

O que chama a atenção e nos interessa é justamente a busca de regularidades no uso do espaço urbano e dos comportamentos que aí ocorrem – e, neste caso, a partir de um segmento em especial, os jovens. (...) Em vez da ênfase na condição de “jovens”, que supostamente remete a diversidade de manifestações a um denominador comum, a idéia é privilegiar sua inserção na paisagem urbana por meio da etnografia dos espaços por onde circulam, onde estão seus pontos de encontro e ocasiões de conflito, além dos parceiros com quem estabelecem relações de troca (Magnani, 2006:16-19).

Utilizando-se de categorias como *circuito*, *mancha*, *pedaço* e *trajeto*, as pesquisas realizadas pelo grupo do NAU tratam de identificar as formas de sociabilidade entre jovens na cidade de São Paulo a partir da sua relação com os equipamentos urbanos, as mobilidades características de determinados grupos e o uso que fazem da cidade para atividades de lazer. Ao final da pesquisa constata-se: “Esta é a dinâmica dos circuitos de jovens: nem pulverizados ou isolados, nem à deriva na cidade. (...)” (Ibidem:247). Os jovens traçam seus circuitos para além de territórios fechados, mas nem por isso de forma aleatória. Observou-se que diferentes circuitos se entrecruzam em *enlaces*, mas sempre de acordo com a característica ou desejo desses grupos, demonstrando a relação que o grupo estabelece com a cidade.

Não por menos, os jovens são os que mais protestaram contra recentes medidas tomadas por juízes de algumas cidades do interior da Bahia e de São Paulo¹⁹ que criaram um *toque de recolher* para adolescentes. Alega-se que a medida é uma forma de proteger o jovem/adolescente da violência. Nas cidades da Bahia, o adolescente só pode circular após as 23 horas com uma *carteirinha de acesso* com a autorização dos pais. Se as premissas apresentadas neste texto estão corretas, com essa medida os jovens são impedidos de vivenciarem sua própria condição juvenil que vem imbricada com a relação e mobilidade pela cidade.

2.3.2 Intervenções juvenis

A circulação e o lazer também são impulsionados por intervenções dos jovens na paisagem urbana. E dois dos grupos juvenis que talvez mais provoquem alterações no visual arquitetônico do espaço urbano são os pichadores e grafiteiros.

Os pichadores formam um dos grupos mais *visados* pela polícia e pelos seguranças patrimoniais. Além de provocarem alteração na imagem do espaço público com suas escritas e códigos herméticos, causam inversão no *sagrado* direito à propriedade privada: assinam a propriedade alheia como *posseiros*, lavrando-a com uma nova *escritura* de posse. Desafiam a imaginação e arriscam a vida para inscrever seus

¹⁹ As medidas entraram em vigor em abril de 2009. No ABC, região metropolitana de São Paulo, a medida está em estudo, mas já recebeu protestos por parte de organizações que trabalham com adolescentes.

sinais identitários nos lugares mais improváveis da cidade: prédios, viadutos, torres, sobrados... Não há muitas barreiras para estes *alpinistas urbanos* afirmarem que a cidade também lhes pertence. Em análise de alguns DVDs produzidos pelos próprios pichadores, Oliveira (2008) demonstra a relação que estes jovens estabelecem com a cidade a partir dessa prática:

Habitando, em sua maioria, bairros periféricos, para muitos, a pichação²⁰ é um meio para conhecer a cidade, deslocar-se para diferentes regiões, ir além dos limites do seu território. Suas práticas culturais ressignificam o modo como vivenciam a metrópole, atribuindo sentidos que só dizem respeito a eles próprios. Dessa forma, o espaço urbano que aparece nesses DVDs é o de uma cidade imaginada e marcada pelos percursos nos quais se reconhecem; um jovem do RCD, na zona oeste, associa as amizades à cidade: “tem muita gente que se não fosse a pichação eu não ia conhecer por que é gente do outro lado da cidade” As amizades pontuam e estimulam a movimentada relação com a cidade (Oliveira, 2008:237).

A pichação, utilizada em outros tempos como forma de protesto a regimes totalitários, atualmente, parece manter seu caráter contestatório, não a partir de frases e mensagens ideológicas, mas de uma questão existencial e de sentido, numa disputa simbólica de acesso à cidade e afirmação de identidade: “Eles são sua própria obra; ao espalhar suas assinaturas pela cidade, transformam-se em personagens urbanos e dizem, por meio das suas escritas: 'eu existo', 'esta cidade também é minha'.” (Ibidem:235).

Oriundo da pichação e considerado um dos elementos da cultura *hip-hop*, o *graffiti* também realiza diversas intervenções no cenário urbano. Diferencia-se da pichação no que se refere à valorização da imagem, ao invés da escrita. Desenhos de todo tipo, na maioria das vezes de difícil compreensão, espalham-se da periferia ao centro, transformando as ruas da cidade em verdadeiras galerias de arte. Um dos renomados grafiteiros de São Paulo chamado Zezão pinta seus *flops* nas galerias de esgoto do Rio Tietê e de outros rios da cidade. “O graffiti tem como suporte para sua realização não somente o muro, mas a cidade como um todo. Postes, calçadas, viadutos etc são preenchidos por enigmáticas imagens, muitas das quais repetidas à exaustão – característica herdada da pop art.” (Gitahy, 1999:16).

Nos anos 90, uma série de ONG's e algumas iniciativas do poder público procuraram criar projetos de *graffitis* para jovens moradores da periferia, como forma de incentivar a não pichação e a produção artística por meio de uma arte considerada

²⁰ A autora utiliza a mesma grafia dos pichadores com “x” e não “ch”.

juvenil por excelência. Decorreram daí várias tentativas de descriminalização da prática do *graffiti* e, atualmente, alguns grafiteiros de renome têm obras expostas em galerias de arte até fora do Brasil. Porém, vez ou outra, ressurge na mídia a polêmica sobre o *graffiti* como arte de rua ou a sua possibilidade de ocupar as galerias. Até mesmo a pichação de São Paulo, por sua singularidade, já ganhou espaço em exposição de arte em Paris, em julho de 2009²¹. Algumas intervenções de pichadores provocaram debates e estudos a respeito da pichação como arte, tais como a *ocupação do vazio* da 28ª Bienal de Artes e o trabalho de conclusão de curso de um estudante do Centro Universitário Belas Artes²². Não foram poucas as manifestações de preconceito por parte de artistas e da própria mídia sobre essas intervenções.

Com a *operação cidade limpa* do atual prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, muitos *graffitis*, inclusive financiados pela própria prefeitura, foram apagados, substituídos pela cor cinza utilizada nos muros pintados por seus funcionários. Antes da criação do Centro Cultural da Juventude (CCJ), na zona norte da cidade, uma polêmica sobre pichadores e grafiteiros tomou conta do gabinete da prefeitura, naquele momento ainda sob a administração do atual governador José Serra, devido a declarações preconceituosas que este emitiu, publicamente, sobre esses jovens.

A mudança causada pelos jovens no visual urbano também é provocada por suas indumentárias e estilos (Rocha, 2008). Paralelamente ao crescimento da cidade de São Paulo, deu-se o crescimento do número de grupos juvenis e de diferenciados estilos espetaculares sobretudo a partir dos anos 70 e 80. São chamados de *espetaculares* por conta de sua *exibição* pública: não passam despercebidos pelo cidadão comum; encenam sua identidade no meio da multidão no espaço público (Abramo, 1994). Estes grupos de estilo, também chamados de *tribos urbanas* por conta da obra de Maffesoli (2006) publicada em fins dos anos 80, são encontrados, sobretudo, nas grandes cidades.

²¹ Informação publicada no Jornal Folha de São Paulo de 04 de julho de 2009, caderno Ilustrada. O jovem Djan, 25 anos, o mesmo que produziu os DVD's analisados por Oliveira (2008), foi convidado a ir até Paris pichar a fachada de um museu.

²² Um grupo de aproximadamente 40 jovens, homens e mulheres, picharam o Centro Universitário Belas Artes, no dia 11 de junho de 2008, por orientação de um aluno (expulso após a intervenção) que estava para concluir a graduação e queria provocar a discussão da pichação como arte. Um grupo com a mesma quantidade de jovens (com alguns que, inclusive, estiveram presentes no Belas Artes) pichou o 2º andar do pavilhão da Bienal em 26 de outubro de 2008. Este espaço era dedicado ao "vazio". Houve também intervenção com *stickers* por outro grupo no mesmo pavilhão, dia 23 de outubro de 2008, antes da pichação. [As referências citadas foram retiradas do Jornal Folha de São Paulo, caderno Ilustrada, um dia após cada uma das intervenções.]

Quanto maior o tamanho do aglomerado urbano, maior a diversidade de estilos desses grupos de jovens.²³

Dentre estes estilos, os *punks* foram (e ainda são...) um dos mais polêmicos e provocantes grupos de interferência visual (e sonora) na cidade. Produzidos intencionalmente para chocar, os *punks* estabelecem sua relação com a sociedade não através de um discurso político articulado, mas a partir do seu próprio visual. O visual fala.

A atuação consiste, então, em invadir e conquistar espaços para sua diversão e manifestação, e em arrancar atenção, à força, sobre suas figuras. Através das imagens, é retratada toda a condição que emerge como protesto. Ao causar estranheza, ao provocar choque, induzem à interrogação sobre sua presença, suas questões e intenções. Afirmando sua presença, sua identidade *punk*, na cidade, obriga a sociedade a vê-los e ouvi-los. (...) Nas noites de sexta e sábado e nos finais de semana são vistos circulando em bandos pela cidade, ou reunidos nos seus pontos de encontro, na Praça da Sé ou no Largo São Bento, atrás de diversão (Abramo, 1994:106).

Provenientes, em sua maioria, das periferias, o local preferido para suas aparições é o coração da cidade, o centro. Além de ser o espaço de referência do *circuito*, por conta das lojas que vendem adereços e CD's das bandas preferidas, é também o local onde se encontram os adeptos do movimento provenientes de distintas regiões da cidade²⁴. Encontrar-se no centro da cidade dá um sentido de pertença a algo maior do que seu grupo de convivência ou de seu bairro. Porém, segundo o vídeo *Botinada*, de 2006, que conta a história do movimento *punk* no Brasil com uma série de depoimentos de seus primeiros adeptos, também era prática comum destes jovens não apenas o deslocamento ao centro, mas da periferia à outra periferia, do outro lado da cidade, para participar de *shows* alternativos ou encontros diversos.

É bem difícil imaginar um *punk* que não esteja totalmente inserido em um contexto urbano. A própria sonoridade desse estilo musical é característica da vida na cidade com ruídos, muita velocidade e movimentos repetitivos. Isso é característico, sobretudo, das bandas *punks* de São Paulo (Abramo, 1994:98). Essa relação da música

²³ No primeiro capítulo deste trabalho já desenvolveu-se reflexão conceitual sobre as “tribos” e seus estilos identitários. Aqui, o enfoque será direcionado para a relação destes grupos juvenis com a cidade.

²⁴ Isso ocorria de forma muito mais intensa nos anos 80 e 90, mas, ainda hoje, a “Galeria do Rock” na rua 24 de maio, por exemplo, é um espaço de referência para este grupo.

com o tempo da cidade parece ter semelhança com a prática da pichação, dos *stickers* ou do *graffiti*...

As técnicas (uso do *spray*, por exemplo), adaptam-se e colaboram para esse processo criativo cronometrado, acelerado, e fugaz que acompanha a velocidade da metrópole contemporânea. As mediações tecnológicas que permeiam o cotidiano da metrópole definem novas formas de percepção do tempo e do espaço (...) (Oliveira, 2007:04).

A cidade apresenta-se como palco ou arena de disputas simbólicas, revelando, em gestos, paredes, palavras, a luta de classes, a luta pela sobrevivência e a luta por busca de sentidos. Estas disputas são travadas, sobretudo, por estes grupos juvenis que mais sentem as contradições da vida urbana e mais eficazmente elaboram respostas e intervenções.

2.3.3 Lugares da cidade: o bairro

A relação que os jovens estabelecem com o centro da cidade diferencia-se da relação que possuem com o seu território, com o seu bairro. E isso ocorre, sobretudo, com jovens das periferias da cidade. Há aí um sentimento de pertença ao lugar que, por vezes, não se percebe em relação a nenhum outro espaço e território da cidade.

Enfrentar São Paulo, para muitos, significa sair do bairro onde mora, transitar pela cidade. Mesmo entre os jovens, não é difícil encontrar, nas periferias, aqueles que ainda mantêm certo medo de se deslocar ao centro ou a outros pontos da cidade distantes do bairro. Sobretudo, aqueles que ainda não passaram por alguma experiência laboral que necessitasse dessa locomoção ou aqueles que não têm hábitos de lazer para além do espaço do bairro.

Em relação ao resto da cidade, o bairro apresenta-se, para os jovens, como uma referência, um espaço que proporciona certa segurança, mesmo que seja conhecido na cidade pelo alto índice de violência. A relação de proximidade e pertença ao bairro é revelada na forma como muitas vezes se nomeia esse lugar: *pedaço*, *quebrada*, *comunidade*.

Da expressão *pedaço*, utilizada por moradores de bairros populares, Magnani criou uma categoria para analisar formas de sociabilidade nesses lugares.

Enquanto o núcleo do “pedaço” apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa. O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociedade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (Magnani, 2003:116).

O *pedaço* não significa todo o espaço geográfico do bairro, mas aquele no qual as pessoas estabelecem relações sociais, para além do ambiente privado e familiar. Fazem parte do *pedaço* o bar, a padaria, o campo de futebol, o posto de saúde, a escola, a praça, a igreja, a esquina, o salão de baile, o circo. Esses são lugares onde se criam vínculos e cumplicidades sociais. Por isso, não basta apenas morar naquele local para fazer parte do *pedaço*, é necessário praticá-lo.

Milton Santos aponta que:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. [...] Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. [...] O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. [...] (Santos, 1993:15-16).

Esse espaço local, vivido, é que é capaz de criar possibilidades outras que *escapam* da racionalidade do mercado, da administração *fria* da municipalidade, bem como, da fragmentação causada pela vida urbana.

Dentre os jovens, o bairro também é referência identitária. Segundo Zaluar (2003:48), diferentemente do que ocorre com as gangues dos Estados Unidos, em que as localidades se misturam com questões étnicas, as galeras cariocas (e de outros lugares do país) caracterizam-se por “[...] uma estreita relação com os bairros em que vivem, cujos nomes são os seus únicos patronímios [...]”. O uso da violência para *demarcar território* está muito vinculado às atividades lúdicas proporcionadas pelos bailes *funks*. Em São Paulo, o caso da Turma do Barão, de Perdizes, segundo Silva (2006), demonstra que essas práticas de violência associadas às atividades lúdicas e de defesa do *espaço* eram práticas comuns, inclusive, em bairros de classe média e alta da cidade nos anos 70 e 80.

Para os pichadores, um dos motivos para que realizem suas intervenções em outros espaços da cidade é a afirmação do bairro.

[...] ser pixador requer sair da própria quebrada para, assim, reafirmá-la e representá-la; o mesmo jovem da camiseta do Iron Maden comenta que iniciou “trocando experiência com os caras mais velhos eles falavam: o que liga é pra fora, rolê para fora. Quando ele falou isso aí já era, fazia na quebrada de vez em quando, só quando voltava do rolê.” (Oliveira, 2008:240).

Ao se deslocar para outros lugares da cidade, o pichador procura afirmar sua localidade. É comum visualizar em muros ou paredes, em diferentes lugares da cidade, inscrições de pichadores com as iniciais “z/l” (zona leste), “z/s” (zona sul), etc., apontando a região na qual seu bairro de origem está inserido.

Para os jovens vinculados ao movimento *hip-hop*, essa referência com a *quebrada*, com o bairro, é ainda mais forte. Segundo Dutra, o movimento *hip-hop* de São Paulo passou por três grandes fases históricas: uma ligada aos bailes *blacks* nos anos 70, outras ligadas às atividades no centro da cidade (com destaque ao Largo São Bento e à praça Roosevelt) nos anos 80 e ao deslocamento para a periferia nos anos 90.

Após essa fase [...] o rap e o movimento Hip Hop se deslocaram para a periferia de São Paulo (e grande São Paulo) onde se organizou a partir das posses que surgiram nas periferias desde 1990, como por exemplo, a posse Conceitos de Rua do Capão Redondo na Zona Sul de São Paulo, a Força Ativa que se estabeleceu primeiramente na Zona Norte de São Paulo, a Aliança Negra na Cidade Tiradentes e a Haussá em São Bernardo do Campo. A temática do rap se volta agora para o cotidiano dos bairros periféricos, com ênfase na localidade, crítica à violência policial, ao racismo e à exclusão social. De 1993 a 1995 o disco do Racionais MCs, *Raio X do Brasil*, distribuídos apenas no circuito de pequenas lojas, chama a atenção por vender mais de duzentas mil cópias. [...] Desde então, o termo periferia tem permanecido central em todo o discurso rapper (Dutra, 2007:22).

Esse *deslocamento* refere-se não apenas aos locais de encontro dos grupos, mas também a um *deslocamento* político de conteúdo das letras das músicas. Falar da periferia, da *quebrada* tornou-se uma postura. Nas letras de *rap*, o bairro sempre aparece como aquele lugar que carece de infraestrutura e políticas públicas, mas também como o espaço que se respeita, se afirma e se assume. Nesse sentido, o bairro torna-se uma mediação na relação com a indústria cultural e com a cidade.

Associar o bairro, a localidade, a uma categoria mais ampla chamada *periferia*, como o fez o movimento *hip-hop*, tornou os limites geográficos e territoriais do bairro algo menos delimitado e possibilitou certa cumplicidade entre os jovens moradores de diferentes bairros periféricos da cidade.

2.3.4 Apropriações do espaço urbano

Um dos temas que surge com o crescimento da população urbana mundial nas últimas décadas é o do *direito à cidade*. Ao se pesquisar sobre os pichadores, os grafiteiros, os *rappers*, os *punks* ou outras *tribos*, o que se pode notar é que, há tempos, esse direito tem sido uma reivindicação dos grupos juvenis de São Paulo. O direito ao usufruto dos bens culturais produzidos pela metrópole paulistana tem sido reivindicado pelos jovens em suas músicas, seus símbolos, suas escrituras, suas vestimentas.

A *longa e profunda vala* que separa periferia e centro, que restringe o acesso a equipamentos culturais, possibilidades de lazer, trabalho e educação de qualidade é denunciada em diversas letras de *rap*. A higienização racista pela qual passaram vários bairros de São Paulo e as sobras do orçamento público que são investidas historicamente nas periferias são práticas que encontraram nos jovens seus principais delatores. O movimento *hip-hop* contribuiu bastante para *re-encaixar* a periferia no mapa da cidade. A denúncia das precárias condições de vida enfrentadas pelos moradores das periferias ainda nos anos 70 através de “novos personagens que entraram em cena” (Sader, 1995), e atualmente reforçada pela ação destes grupos juvenis, afirma a todos que a periferia também tem direito à cidade!

O movimento pelo *passe-livre* que eclodiu em diversas capitais do Brasil nesta década, também protagonizado por jovens, geralmente é associado aos estudantes, por serem estes os atores principais destas reivindicações. No entanto, esta não é uma demanda vinculada tão somente ao deslocamento do jovem para a escola. Antes, revela a necessidade e o desejo de poder circular pela cidade, utilizando transporte público gratuito. A circulação pela cidade, tão praticada pela juventude, conforme se observou acima, aparece aqui em forma de um direito a ser garantido pelo Estado.

Na Pesquisa *Juventude e Integração Sul-Americana*, do Ibase e do Instituto Pólis, de 2007, a circulação e mobilidade nas zonas urbanas e rurais aparecem entre as principais demandas dos grupos de jovens pesquisados em vários países da América do Sul.

A necessidade de circulação pela cidade revela, também, aquilo que foi pontuado em outros momentos deste estudo: a importância da experimentação e da ampliação das redes de relações e referências nessa fase da vida. Esse também é um ângulo ainda pouco incorporado pelos atores e pelas políticas: embora demandem equipamentos e atendimentos descentralizados nos bairros ou nas comunidades, os (as) jovens não querem ficar aí “confinados (as)”. Desejam poder fruir os equipamentos, os espaços e as oportunidades de outros pontos da cidade. Querem, portanto, ter o direito à “cidade”. (Ibase e Pólis, 2007:42).

A apropriação da cidade, de seus espaços e equipamentos, constitui-se como um elemento fundamental da condição juvenil contemporânea. A circulação e o acesso aos bens produzidos pela cidade tornaram-se demandas e, por consequência, apontam para a necessidade de políticas públicas. Um evento organizado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e que se tornou exemplo deste tipo de demanda é a Virada Cultural. Em um dia escolhido pela Secretaria, às 18h, inicia-se uma série de atividades culturais em diferentes pontos da cidade, mas, sobretudo, na região central, e segue até às 18h do dia seguinte. Os jovens não são o único público do evento, mas constituem a maior parcela. O total de público estimado na edição de 2009 foi de 4 milhões de pessoas.²⁵ A crescente adesão da população ao evento revela o desejo de apropriação dos espaços e bens simbólicos produzidos na metrópole. Uma das críticas que a Virada Cultural recebe é a de que se trata de um evento que ocorre apenas uma vez ao ano. No conteúdo dessa crítica, indiretamente, também é apontada sua potencialidade; afinal, por ser uma proposta interessante, deveria acontecer mais vezes.

Algumas organizações não-governamentais têm procurado responder a essa demanda dos jovens através de projetos sociais que estimulem a circulação e o acesso a equipamentos culturais. O *Programa Jovens Urbanos*, iniciativa da Fundação Itaú Social e coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), procura desenvolver, com alguns jovens moradores de bairros periféricos da cidade de São Paulo²⁶, este sentido de apropriação e circulação através de ações intituladas de *explorações*. Utilizando como metodologia a *cartografia dos territórios da cidade*, o Programa procura ampliar o repertório cultural desses jovens a partir da circulação constante por diferentes espaços da cidade, conhecendo

²⁵ Conforme informação da página da Virada Cultural: <http://viradacultural.org/programacao>

²⁶ Até agosto de 2009 o Programa Jovens Urbanos já teve quatro edições em São Paulo e uma no Rio de Janeiro, atingindo um total de 480 jovens por edição. Em São Paulo ocorreu nos distritos do Jardim Ângela e Grajaú, na zona sul; Brasilândia, na zona norte; e, Lajeado, na zona leste.

equipamentos públicos, geralmente vinculados ao campo da cultura, comunicação e tecnologia, ou outras instituições que são parceiras do Programa.

Informados pela metodologia cartográfica, os jovens organizarão roteiros caleidoscópicos de explorações para envolverem-se com os conteúdos da cidade. Os roteiros atuarão como escudos protetores contra a possibilidade de olhares habituais ou olhares fixados em posições absolutas ou elementos parcializados. O olhar parcializado tende a ocultar a trama complexa da paisagem, afastando as possibilidades de visibilidade das conexões que arrastam os territórios em diversas direções. (...) A cada exploração, o exercício de uma atenção sensível. É preciso ver o que está acontecendo. Atenções serão disparadas e podem ter diferentes graus de intensidade. Na continuidade ou simultaneamente, os jovens-cartógrafos serão convidados a se lançar às experimentações. O campo de observação se reconfigura. A atenção muda de escala, numa espécie de zoom (Programa Jovens Urbanos, 2008:55-56).

É interessante notar²⁷ que, ao início de cada edição, muitos jovens mantêm uma relação muito *distante* com o centro da cidade e são constantes expressões como “vou para a 'cidade' só de vez em quando”... A *cidade* aparece como sinônimo de *centro*, revelando uma percepção de que seu lugar de moradia, seu bairro, a periferia, não faz parte desta *cidade*. Porém, é também notório que aqueles jovens que se identificam com determinados estilos juvenis (seja em torno da música, indumentárias, orientação sexual, etc), como é o caso de *punks*, *rappers*, grafiteiros ou *gays*, que foram atendidos pelo Programa, demonstraram maior familiaridade com a região central já no início da edição. No decorrer da formação, a cidade é *experimentada* através de lugares, estilos, encontros, identificações, estranhezas, violências, medos, alegrias. Os jovens das chamadas *culturas juvenis* parecem compreender bem esses aspectos, pois já experimentam isso em suas práticas de sociabilidade.

Ao final do período de formação de dez meses, os jovens agrupam-se em torno de um projeto de intervenção na região onde estão inseridos, a partir de alguma temática ou linguagem que lhes tenha chamado a atenção. O projeto tende a revelar o processo de *descoberta* da cidade vivenciada pelo jovem e a vontade de produzir algum tipo de interferência ou qualquer outra produção que venha situá-lo como participante da trama urbana.

Recentemente, em São Paulo, tem-se intensificado o número de atividades culturais, das mais diferentes expressões, que, além de demonstrar apropriação dos

²⁷ Acompanhei o desenvolvimento das 3ª e 4ª edições que ocorreram no Lajeado, zona leste, em contato direto com os jovens atendidos.

lugares, *re-significam* esses espaços com um outro uso, com um outro olhar. Campos de futebol viram cinemas; praças públicas viram arenas para *poetas periféricos*; muros viram painéis de arte; becos, vielas e escadões viram *salas* de projeção de vídeos alternativos; ruas viram passarelas para cortejos. Ações que têm como ator principal os jovens vêm se caracterizado como novas formas de atuação no espaço público e recriação de novos significados para quem organiza a atividade e para quem transita pelo bairro e pela cidade. “(...) La política se sale de sus discursos y escenarios formales para reencontrarse em los de la cultura, desde el graffiti callejero a las estridencias del rock. Entre los jovens no hay territorios acotados para la lucha o el debate político (...)” (Martín-Barbero, 1998:35).

As passeatas tomaram forma de ações culturais e as atividades culturais tomaram forma de passeata nos mais improváveis espaços da cidade. A apropriação do espaço público, o protesto, a reivindicação, a denúncia e a festa penetraram nas práticas e lugares cotidianos desses grupos juvenis e se articularam através de linguagens culturais também com novos significados.

Analisando imagens de monumentos históricos no México e procurando compreender que sentido mantêm em meio às transformações da cidade, Canclini (2008:291) aponta que fenômenos transitórios como a publicidade, o *graffiti* e as manifestações políticas atualizam tais monumentos. “Que pretendem dizer os monumentos dentro da simbologia urbana contemporânea?” A hibridação da memória histórica com o devir contemporâneo faz com que os monumentos não fiquem estáticos.

Enquanto nos museus os objetos históricos são subtraídos à história, e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem graças à propaganda ou ao trânsito: continuam lutando com os movimentos sociais que sobrevivem a eles. (...) Sem vitrinas nem guardiães que os protejam, os monumentos urbanos estão felizmente expostos a que um grafite ou uma manifestação popular os insira na vida contemporânea (Canclini, 2008:301).

Os equipamentos e espaços da cidade tomam sentidos e significados outros que aqueles pensados por seus arquitetos ou governantes. A vida pública no cotidiano da cidade transforma e recria os espaços, assim como no caso dos monumentos. Aí ocorre o processo de apropriação.

Capítulo III

3 Novas experiências de participação juvenil na cidade de São Paulo

A periferia da zona leste da cidade de São Paulo é conhecida por duas características singulares: os grandes bolsões de pobreza e sua história de organização popular. É uma região muito marcada pela ação da Igreja Católica progressista e fecunda de movimentos sociais como, por exemplo, o movimento de saúde nos anos 70 (Sader, 1995:261). Outro aspecto importante a se destacar diz respeito à significativa presença de uma diversidade de manifestações culturais, nestas últimas três décadas, em que os grupos juvenis foram os protagonistas: nos anos 80, não eram poucos os *punks* e roqueiros que se reuniam em shows e espaços de lazer espalhados pela região, com sua sonoridade e estilo de vida característicos. Já nos anos 90 (e ainda nos 80) a música *rap* e as outras expressões do *hip-hop* dominaram a cena em muitos pontos de encontro e na preferência cultural de vários jovens moradores da região.

O grupo de jovens selecionado como *corpus* de pesquisa para este trabalho localiza-se no distrito do Lajeado, subprefeitura de Guaianases, no extremo leste da periferia de São Paulo. O cenário de atuação desses jovens é o bairro no qual estão inseridos, Jardim Bandeirantes, divisa com o município de Ferraz de Vasconcelos. O coletivo²⁸ reúne-se em torno de um projeto intitulado *Cine-Campinho*.

Desde o início desta pesquisa de mestrado havia grande interesse em estudar as novas formas de atuação juvenil, a partir de grupos que desenvolviam práticas culturais. Porém, não havia clareza sobre qual grupo pesquisar. Nesse momento, entre o ano de 2006 e 2007, eu, autor desta dissertação, conhecia vários grupos com esse perfil, por conta de ações extra-acadêmicas e militantes desenvolvidas com diferentes agrupamentos juvenis de variadas regiões da cidade. Muitos desses coletivos serviriam como objeto de estudo para esta pesquisa, pois tinham (e têm) características semelhantes: realizavam ações compreendidas como intervenções culturais; de caráter comunitário, mas com diálogo constante com outros grupos da cidade; já foram (ou

²⁸ “Coletivo” refere-se ao conjunto dos atores envolvidos no projeto Cine-Campinho. A palavra “grupo” pode dar idéia de uma funcionalidade mais orgânica e ordenada, diferente do que de fato acontecia com a rotina desta experiência.

pretendiam ser) contemplados pelo Programa Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo²⁹; em suas ações utilizavam alguns recursos das chamadas novas tecnologias. Com este desejo, ficava claro o objetivo (e talvez até o objeto) da pesquisa: discutir as novas formas de participação juvenil na cidade, para além de um estudo de caso deste ou daquele grupo em específico. O estudo sobre o Cine-Campinho dá-se nesta perspectiva em que o coletivo é analisado como exemplo desse movimento mais amplo o qual, aqui, se denomina *novas formas de atuação*.

O encontro com o Cine-Campinho aconteceu após um ano do início do curso de mestrado. Mesmo morando no bairro em que o coletivo atua, Guaianases, e conhecendo alguns dos seus principais articuladores, tive contato com o Cine-Campinho quando o projeto já havia sido aprovado pelo Programa VAI e já vinha realizando suas primeiras exposições no campo de futebol do Jardim Bandeirantes – terreno de propriedade da prefeitura. Ao conhecer a proposta, percebi tratar-se de uma experiência que perfeitamente se *encaixaria* nas pretensões desta pesquisa.

Um primeiro desafio metodológico, manter a *arte da boa distância* ou o *olhar estrangeiro* (Borelli, Rocha, Oliveira, 2009:35) do pesquisador, fez-se presente desde o início, pois, mesmo não integrando o coletivo do Cine-Campinho, esta não deixa de ser uma pesquisa realizada por um *nativo*³⁰. Pesquisar um grupo do bairro onde moro, composto por pessoas com quem se tem uma relação para além da pesquisa, pode trazer alguns benefícios e prejuízos metodológicos. Um benefício que logo se apresenta é a intensidade da observação participante, realizada de forma muito mais aprofundada que aquela proposta por Magnani (2002), por exemplo, de um *olhar de perto e de dentro*, mas que é desenvolvida por um pesquisador que se aproxima de uma comunidade estritamente por conta da pesquisa: alguém *de fora e de bem longe*. Por outro lado, é sabido que pesquisar *seus pares* também pode pôr à prova o rigor da pesquisa. Quanto aos prejuízos, preferi correr o risco e aceitar o desafio da *boa distância* analítica do que abrir mão de pesquisar um grupo como esse.

A metodologia utilizada neste trabalho deu-se por meio de etnografia, com observação participante, durante o período de julho de 2007 a junho de 2009.

²⁹ O Programa VAI – valorização de iniciativas culturais - será explicado mais detalhadamente e seus conteúdos debatidos, adiante, em um sub-capítulo específico.

³⁰ Algumas das reuniões do Movimento Cultural de Guaianases, por exemplo, no primeiro semestre de 2009, aconteceram na minha casa.

Acompanhei cinco exposições de vídeo no *campinho* e duas atividades culturais que tiveram o nome de *Hip-hop no campinho*. Estive presente em seis reuniões do Movimento Cultural de Guaianases, organizado pelos jovens do *Cine-Campinho* e que congrega outros coletivos ligados à cultura na região, em sua grande maioria, compostos por jovens.

Na observação participante “[...] o pesquisador age com naturalidade dentro do grupo, incorporando-se plenamente às atividades que desenvolvem seus integrantes” (Soriano, 2004: 147). Nas atividades que foram acompanhadas, o grupo tinha conhecimento da pesquisa que estava sendo desenvolvida e, durante as exposições, eu estava integrado ao restante dos espectadores. Durante a observação participante desses dois anos acontecia, como preconizado por Bauer e Gaskell:

[...] conversaão continuada menos estruturada da observação participante, ou etnografia, onde a ênfase é mais em absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado Bauer e Gaskell (2002:64).

Optou-se, porém, por realizar uma entrevista em grupo ao final da observação com o intuito de se captar qual leitura os jovens fazem sobre suas práticas, para além das inferências que o pesquisador pode tirar da observação³¹. Além disso, com a entrevista, procurou-se compreender o momento anterior ao projeto, tentando visualizar quais as *raízes* da ação desenvolvida no Cine-Campinho e suas intenções primeiras.

Podemos sintetizar as características centrais da entrevista de grupo: 1. Uma sinergia emerge da interação social. Em outras palavras, o grupo é mais do que a soma de suas partes. 2. É possível observar o processo do grupo, a dinâmica da atitude e da mudança de opinião e a liderança de opinião. 3. Em um grupo pode existir um nível de envolvimento emocional que raramente é visto em uma entrevista a dois (Ibidem:76).

Muitas das informações trocadas pelo grupo, na entrevista, foram confrontadas com relatos individuais com os quais tivemos contato durante a observação participante na pesquisa de campo. A aparente coesão do coletivo, por exemplo, nos dias das exposições dos filmes, foi desvelada durante certo momento da entrevista em que alguns

³¹ A entrevista em grupo foi realizada no dia 07 de agosto de 2009 e as pessoas do coletivo presentes na entrevista foram Renildo, Pedro (Pedrinho), Ivanilton (Ivan) e Maria Andrade (Mariquinha). A entrevista aconteceu com roteiro semiestruturado com tópico-guia.

dos entrevistados iniciaram uma discussão de avaliação de todo o processo, apontando, sobretudo, aspectos negativos do projeto e do envolvimento de alguns membros, o que tornou a entrevista ainda mais transparente.

Deste coletivo, foram analisados o projeto enviado ao Programa VAI e os relatórios apresentados à Secretaria Municipal de Cultura, bem como, um vídeo produzido, ao final do projeto, em 2007, intitulado *Além dos jogos – uma mudança a partir do cine-campinho*. Outros coletivos, de outras regiões da cidade, mas que também partilham deste movimento mais amplo de *cultura de periferia*, foram analisados, de forma não tão aprofundada, através de pesquisa em *blogs*, vídeos, páginas na internet, artigos e em etnografias do percurso mais geral deste trabalho.

3.1 A experiência do Cine-Campinho em Guaianases

Num sábado como outro qualquer - bares cheios, crianças correndo nas ruas, som alto de música sertaneja que sai de muitas casas - um senhor vendendo quebra-queixos toca uma caixa parecendo adiantar o carnaval e uma bicicleta com alto-falante anuncia show de *funk* na choperia Castelinho. No campinho de futebol do Jardim Bandeirantes, naquele dia, não tem jogo. Desde aproximadamente três horas da tarde, uma movimentação diferente acontece: caixas de som com alta potência são montadas e tão logo um sonoro *rap começa a ser tocado*. Dois jovens grafitam um muro. Na parede da casa, vizinha ao campo, é estendido um painel branco de aproximadamente seis metros de largura por seis de altura. Próximo a uma das traves, um projetor com menos de trinta centímetros de largura é conectado a um aparelho de DVD e a outras potentes caixas amplificadoras. Atrás do projetor, umas cem cadeiras são distribuídas de forma não muito linear no *chão batido* do campinho. Crianças e jovens trouxeram-nas nos braços, emprestadas de uma escola municipal do outro quarteirão. A noite cai e já são quase vinte horas. Nas lajes das casas em volta do campo, cadeiras mais confortáveis que as da escola são ajeitadas. Até um sofá de três lugares é deslocado da sala para a calçada. Alguém monta uma barraca de pipoca e outra de *hot dog*. O *rap* é desligado e o projetor é ligado: é hora de iniciar a sessão do Cine-Campinho!

Antes do filme, porém, um momento de grande euforia e expectativa: um jovem vai abrir as urnas e contar os votos para saber qual filme será exibido naquela noite. Uma urna estava na padaria do seu Loro; outra na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jardim Bandeirantes; e outra na escola municipal Dias Gomes. A partir de três opções de filmes, todos os frequentadores desses espaços puderam votar e escolher a qual filme pretendiam assistir. As torcidas vibram a cada voto e, ao final do pleito, mesmo aqueles que não tiveram sua opção escolhida, assistem alegremente ao filme vencedor.

O filme começa. Olhos atentos no telão. O público sentado nas cadeiras são crianças, casais de namorados, idosos. Alguns grupos de jovens começam a se aglutinar. Eles não sentam nas cadeiras. Ficam em pé e muitos parecem não demonstrar interesse pelo filme, pois conversam o tempo todo. No entanto, gostam daquela cena. Estão à vontade, mas mostram certa ansiedade com o que virá posteriormente ao filme. Muitos grupos de jovens do bairro transformaram esse evento em ponto de encontro das saídas para a *balada*. Outros grupos fizeram do evento sua própria *balada*.

Depois do filme, os jovens ocupam o campinho e transformam-se no público majoritário do evento. Dirigem-se para perto do telão. O espaço, próximo às traves e sem qualquer tablado³², vira um verdadeiro palco para apresentações das mais diversas linguagens artísticas, desenvolvidas integralmente por adolescentes e jovens: apresentações de dança *break*, *black* e até fazem a poeira levantar; alguém que toca MPB em um violão provoca certa estranheza; outros que cantam *rap* e um menino que canta música sertaneja são ovacionados; o grupo de jovens da igreja que apresenta uma peça de teatro é aplaudido. Enfim, uma variedade grande de estilos musicais preenche o tempo posterior à exibição dos filmes. “(...) Chegou um tempo em que as atividades artísticas eram mais valorizadas que o filme” (Mariquinha).

O *Cine-Campinho* não é necessariamente um grupo ou uma organização, mas um projeto desenvolvido por um coletivo de aproximadamente 15 jovens³³ moradores do Jardim Bandeirantes, em Guaianases. Os integrantes são geralmente chamados de *o pessoal do campinho*, pois não há um nome ou uma organização propriamente dita para essa atividade, que se articula na informalidade.

³² Em algumas exibições, a prefeitura emprestou um pequeno palco para as apresentações.

³³ Vale ressaltar que o grupo é composto, em sua maioria, por pessoas com faixa etária de 18 a 25 anos. Apenas dois integrantes do grupo tinham 33 anos quando o projeto iniciou em 2007. Renildo, Pedro e Ivanilton, irmãos e principais articuladores do projeto, tinham 21, 22 e 23 anos, respectivamente, no ano de 2007.

Este projeto recebeu, durante os anos de 2007 e 2008, um apoio financeiro da Secretaria Municipal de Cultura do município de São Paulo, por meio do Programa VAI, que resulta de lei que incentiva, com baixa quantia de recursos, pequenos projetos comunitários de caráter cultural.

O distrito do Lajeado, na subprefeitura de Guaianases, durante os anos 90 estava no *ranking* dos mais violentos da cidade e chegou a alternar o primeiro lugar com o distrito do Jardim Ângela, na zona sul. Isso fez com que houvesse um forte investimento, por parte do poder público e de organizações não governamentais, no início deste milênio, em ações sociais no distrito. É o caso do Instituto Sou da Paz que já desenvolveu e desenvolve uma série de ações de prevenção à violência na região. O Jardim Bandeirantes, local onde acontece o Cine-Campinho, foi um dos pontos de ataque do Primeiro Comando da Capital (PCC) no famoso dia em que *São Paulo parou*, em maio de 2006. É nesse contexto que o Cine-Campinho acontece.

A história dos jovens que estão à frente do projeto está marcada por alguns aspectos importantes para compreensão da ação coletiva. O primeiro deles é que Renildo, Pedro (Pedrinho) e Ivanilton (Ivan), principais articuladores do projeto, são irmãos. Segundo Ivan, o quarto deles era uma espécie de *QG*, onde conspiravam ideias e projetos para serem desenvolvidas no bairro. Isso confirma estudo de Feixa (2006) sobre a importância dos quartos para as culturas juvenis contemporâneas. Era no quarto que comentavam sobre a morte de amigos e colegas da rua, da escola, e sobre a necessidade de realizarem alguma ação que contribuísse para a mudança daquele ambiente.

Os três participaram de grupo de jovens da Igreja Católica, ligado à Pastoral da Juventude do Meio Popular. Segundo eles, isso muito contribuiu para despertar uma *consciência*. Tiveram breve contato com experiência de uma igreja mais progressista, desenvolvida, na região, por padres xaverianos e pela ação das comunidades eclesiais de base, em fins dos anos 90. Porém, a experiência que vivenciaram, na igreja, com mais intensidade foi já a de uma tendência mais conservadora, o que gerou, inclusive, alguns embates com o clero local. Também tiveram uma influência muito grande do movimento *hip-hop* através das letras, da sonoridade, da linguagem e de todo o estilo presente no *rap*, desde a adolescência. Renildo e Pedrinho chegaram a comandar, por alguns meses, um programa de *rap* em uma rádio comunitária do bairro. O programa era tão escutado pelos jovens da região que, muitas vezes, tinham que deixar o telefone

da rádio fora do gancho, pois não conseguiam dar conta de tantos pedidos. Pedrinho, através do Programa Bolsa Trabalho da Secretaria Municipal do Trabalho, em 2001, participou de oficinas de *graffiti*, discotecagem e *break*, com várias personalidades da cultura *hip-hop* como KL Jay, Nelson Triunfo e Juneca. Também merece destaque, no processo formativo que tiveram, a experiência em oficinas de teatro amador.

Outros importantes personagens no desenvolvimento do projeto foram Maria Andrade, a Mariquinha, e Edglebson, o Guebinha. Com 33 anos de idade, quando o projeto iniciou em 2007, Mariquinha, professora, foi uma das principais responsáveis por dar suporte logístico para o Cine-Campinho. Em sua casa aconteceram muitas reuniões e muitas sessões de uma ação anterior do coletivo chamada *cine-debates*, ainda no ano de 2006. O Guebinha, com 19 anos no início do projeto, estudante de história da PUC-SP, introduziu no grupo a experiência do documentário e a possibilidade de uma produção áudio-visual. “Com o Guebinha a gente começa a ter contato com documentários... e aí vem a ideia de montar um documentário sobre Guaianases” (Ivan). O Guebinha trabalha como *freelance* produzindo vídeos para casamentos e aniversários nos finais de semana. Cuidava de todo o registro em vídeo das ações do projeto e, até hoje, é referência para todos do coletivo no que se refere ao manuseio das ferramentas tecnológicas, tais como a câmera de vídeo, o *notebook* ou o projetor.

Através de uma ação muito espontânea e sem grandes pretensões, alguns jovens começaram a se reunir para assistir a vídeos nas casas e provocar uma discussão a partir do conteúdo do filme escolhido. Essa ação era chamada de *cine-debates* e foi uma das responsáveis pela junção do coletivo em torno do projeto Cine-Campinho. Um primeiro desejo do coletivo era produzir um documentário sobre Guaianases e provocar debates com outros jovens a partir dessa produção, abordando aspectos do cotidiano e problemas de infraestrutura do bairro. Dentre as várias discussões que surgiram no *cine-debates*, uma que mereceu destaque na memória de alguns, durante a entrevista, dizia respeito ao lazer. Após a discussão, chegaram a se dividir em subgrupos para realizar estudos a fim de aprofundar a temática. Nesse mesmo momento, meados de 2006, Ivan passou a ter contato com outro coletivo de Guaianases chamado *Espaço Cultural Honório Arce*, que havia sido contemplado pelo VAI naquele ano e desenvolvia oficinas e eventos culturais em um porão do Shopping Popular de Guaianases. Através desse contato e das discussões que o coletivo vinha desenvolvendo, resolveram enviar um

projeto para o Programa VAI e pleitear recursos para aquilo que, posteriormente, foi intitulado de Cine-Campinho.

No início, os moradores estranharam um pouco o Projeto e não havia muita adesão a ele. Até mesmo a polícia militar apareceu querendo recolher o material de pintura e os equipamentos eletrônicos. O coletivo, entretanto, desenvolveu, paralelamente, um trabalho de envolvimento dos moradores, e a estimativa de público em cada sessão chegava, em 2007 e 2008, a 150 pessoas. Assim como ocorria no *cine-debates*, o coletivo tinha por objetivo projetar filmes nacionais e internacionais no campinho e, a partir dos vídeos exibidos quinzenalmente, possibilitar uma discussão de temas diversos, criando mobilização dos moradores em torno de questões que dizem respeito a suas vidas cotidianas.

O objetivo de realizar discussões após o filme não foi atingido da forma como haviam planejado. Logo observaram que a conversa direcionada, como ocorria nos pequenos encontros, não seria possível com a exibição de filmes naquele ambiente de *cinema ao ar livre*. Porém, de alguma forma, tentavam suprir essa *deficiência* da intenção primária do projeto, conforme relatam, com escolhas mais *alternativas*³⁴, como foi o caso do filme *Uma onda no ar* exibido em novembro de 2007.

Os jovens do coletivo não têm uma resposta teórica sobre o porquê da escolha de projetar filmes. Não há muita compreensão sobre o que o cinema pode proporcionar para o imaginário ou para as subjetividades. O uso dos filmes está muito relacionado à experiência anterior que os próprios jovens tiveram com o *cine-debates*. Com o tempo, parece que o coletivo percebeu os resultados daquela ação para além do conteúdo dos filmes ou das discussões direcionadas que pretendiam realizar.

Para muito além do filme, uma sessão de cinema é um conjunto de relações e, como em toda relação, requer perceber o outro como se fosse si próprio e imaginar a si próprio como se fosse um outro. O cinema propicia a construção de um mundo que implode momentaneamente o autismo monádico e exige a traição dos limites, a contaminação de universos (Silva, 2004:203).

A *contaminação de universos* ou a *traição dos limites*, como assinalou Silva, provocadas pela experiência do cinema no campinho, possibilitou outras vivências que

³⁴ Há um debate intenso sobre as fronteiras entre comercial, independentes e alternativos e, por limites deste trabalho, não se pretende adentrar nesta discussão. Apenas foram utilizadas estas expressões por serem verbalizadas pelos membros do coletivo constantemente.

não estavam previstas na versão preliminar do projeto que o coletivo havia elaborado. O uso do espaço do campo com as sessões de cinema acabou por mobilizar os moradores do bairro para uma série de questões não atentadas, até então; pelo menos, não publicamente. No vídeo *Além dos jogos - uma mudança a partir do Cine-campinho* (2007), com trilha sonora de Racionais MC's e outras batidas de *rap*, é relatado o processo de mudança que o espaço público do campinho do Jardim Bandeirantes vem passando com o desenvolvimento do projeto. Ivan relata, no vídeo: "os muros cinza e o concreto revelavam a tristeza da comunidade". Um espaço que, para além dos jogos, era utilizado apenas para o uso de drogas e para se jogar lixo, tornou-se o cinema a que a maioria dos moradores do bairro nunca tinham tido acesso. E mais do que o cinema, o campinho tornou-se referência cultural no bairro. O campinho foi pintado e os moradores pressionaram a subprefeitura de Guaianases a reformar as guias do entorno. "Com isso, aquele espaço deixou de ser cinza e revelou outras características daquela vila, manifestas pelo colorido pintado a muitas mãos" (Ivan).

Mesmo com o predomínio das campanhas televisonadas, as ruas e as praças não deixam de ser o espaço público da palavra e da ação política, fundamentais para as trajetórias de intervenção no mundo que evoluem do individual para o social. Neste espaço, a comunicação não se configura como mera informação, mas como troca simbólica definidora do diálogo ou compartilhamento de conteúdos que propiciam novas ações (Silva, 2004:175).

O lazer proporcionado pelo Cine-Campinho aparece, aqui, como um disparador de outras reivindicações sociais no bairro. Isso demonstra, como aponta Silva, que a vida pública não foi usurpada pela televisão, como insistem em afirmar os mais críticos à *telinha*. A melhoria da qualidade de vida é, em certo sentido, *despertada* pelo filme visto em público no sábado à noite ou pelo *graffiti* colorido pintado no entorno do campinho.

Depois do cinema e das apresentações culturais que acompanhavam as exposições, outros usos do espaço foram realizados, transformando o campo de futebol em um *ponto de referência* para atividades culturais do bairro. Um projeto chamado *Carroça Cultural – do urbano ao rural*, que mesclava danças populares tradicionais com outros ritmos mais novos, realizou apresentação no espaço do campinho em março de 2009. A organização de áudio-visual Kino-Fórum, juntamente com a Secretaria Estadual de Cultura, realizou exibição de vídeos do acervo do Museu da Imagem e do

Som (MIS) em fevereiro de 2009. O campinho foi um dos lugares que recebeu a mostra itinerante de curtas sobre Direitos Humanos do projeto *Entretodos*, que percorreu diferentes pontos da cidade. Todas essas atividades contaram com a parceria do coletivo do Cine-Campinho, reconhecendo-o como um ator social da localidade. Toda esta movimentação tem chamado a atenção do poder público e quase todos os eventos que acontecem no campinho contam com a presença do atual subprefeito de Guaianases, Jorge Perez, que, aliás, é sempre cobrado publicamente sobre as melhorias físicas do campinho e do entorno.

Em 2008 e 2009, o coletivo realizou duas edições de um evento chamado *Hip-Hop no Campinho*. Nesse evento procuravam trabalhar com os quatro elementos da cultura *hip-hop* (*break*, *graffiti*, *disquei-jóquei* e *MC's*), revelando a relação direta que o Cine-Campinho mantém com esse estilo, confirmando a vitalidade e capilaridade alcançada, desde os anos 90, nas periferias da cidade (Magalhães, 2008).

O uso das novas ferramentas tecnológicas como o projetor, o DVD, assim como o som com alta potência, a produção de um vídeo do projeto e outros recursos parecem apontar para elementos geracionais importantes como foi abordado no segundo capítulo. Nesse sentido, o Cine-Campinho torna-se muito mais do que uma ação social qualquer que garante algumas horas de lazer para moradores de um bairro carente. A proposta do Cine-Campinho dialoga com a lógica comunicacional desta geração juvenil.

Caminhando rumo ao século XXI, vemos a cultura massiva conviver com novas técnicas e são também os segmentos juvenis um dos principais usuários dessas ferramentas de comunicação marcadas pela mobilidade, portabilidade e, em muitos casos, simultaneidade. No caso brasileiro, é também notável a crescente popularização e comercialização do acesso à internet, haja vista a penetração bastante expressiva de *lan houses* em uma ampla gama de cidades e de bairros. Disto não estão excluídas as regiões periféricas brasileiras, nas quais, munidos de MP3s, celulares e frequentando assiduamente – e com custo relativamente baixo – as *lans*, jovens recebem, produzem e reciclam formas e conteúdos midiáticos (Borelli, Rocha e Oliveira, 2009:14).

A utilização de filmes com uma boa qualidade de equipamentos de vídeo e áudio é uma excelente estratégia para abrir um canal de diálogo com a juventude, da mesma forma que a produção de um vídeo, para ser difusor de seus trabalhos e suas idéias, coloca os jovens no centro da cena. Ou seja, os jovens demonstram que não apenas podem projetar os filmes, mas também produzi-los. Sem muitos recursos além da criatividade, parece que o *do it yourself*, primeiramente ensaiado pelos *punks*, cada vez

mais se afirma como instrumento de atuação dos jovens (Leite, 2008). Porém, há que se considerar também o auxílio garantido pelos recursos do Programa VAI. Não seria muito possível imaginar um projeto como esse sem tais recursos. Afinal, dificilmente conseguiriam adquirir esses equipamentos, fundamentais para o projeto acontecer.

A não institucionalidade do coletivo é totalmente perceptível. As pessoas se reuniram em torno de uma ação e não de uma organização. A palavra *Cine-Campinho* tornou-se um misto entre projeto e coletivo. Tornou-se uma prática para além desta ou daquela nomeação. “O Cine-Campinho não é só um grupo, mas uma ação” (Pedrinho).

Eu estava numa reunião do movimento de vídeo popular e chegou uma mulher e perguntou: “Você é do Cine-Campinho, né?” Eu disse: “Sou”. E a mulher começou a se apresentar meio indignada: “Onde eu vou eu escuto falar do Cine-Campinho. Vocês são bem conhecidos, mas a gente mal consegue falar com vocês. Vocês não têm blog, não têm site, não têm nada...” E ela falou que a entidade dela tinha blog, tinha site, mas não tinha a mesma visibilidade que o Cine-Campinho (Renildo).

A espontaneidade que fez surgir a ação e o foco em uma atividade essencialmente local não exigia do grupo qualquer uso da internet. A escolha pelo lazer e pelo uso das novas tecnologias, como visto no segundo capítulo, não parece ser por acaso. Para o coletivo não há mais sentido em fazer um *folder* eletrônico e postá-lo na *net* do que em fixar um cartaz na padaria do seu Loro. O uso dos recursos digitais também está vinculado a certa visão de mundo. Alguém mais empolgado com a internet pode analisar esta ação como certa *inoperância* ou *ineficiência* na organização do coletivo. Não é uma hipótese descartável; mas, há que se considerar que os recursos digitais e tecnológicos, aqui, não são vistos em primeiro plano, mas vêm atrelados a uma ação do coletivo. A internet não é vista, por esses jovens, como uma entidade em si, com vida própria, mas como ferramenta para se alcançar outras coisas.

É interessante observar o caminho que o coletivo vem desenvolvendo nestes dois anos, desde o início do projeto.³⁵ De uma ação bem pontual e localizada no Jardim Bandeirantes, o olhar expandiu-se para além do campinho e para além de Guaianases. Renildo e Pedrinho participaram do Fórum de experiências populares em áudio-visual (FEPA), no Rio de Janeiro, em setembro de 2008. Em fins de 2008, Renildo participou

³⁵ Aqui cabe uma ressalva, pois não necessariamente foi o caminho do coletivo, mas dos seus principais articuladores como Ivan, Pedrinho, Renildo, Mariquinha e Guebinha. Como ocorre em muitos grupos, membros que estavam no início do Cine-Campinho afastaram-se e outros jovens integraram-se à turma no último ano, como é o caso da Aline, Iran e Antônio.

de uma discussão sobre políticas públicas de cultura na Casa da Cidade, na Vila Madalena. O palestrante era Carlos Calil, atual secretário de cultura do município de São Paulo. No momento de intervenção do plenário, Renildo questionou-o sobre a desigualdade na distribuição de equipamentos culturais na cidade e o fato de que, em Guaianases, eram praticamente inexistentes, com exceção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) Jambreiro e Lajeado. Mesmo sendo muito polêmica, a intervenção teve boa recepção por parte do secretário que afirmou já ter escutado falar do projeto Cine-Campinho e demonstrou interesse em conversar com grupos culturais de Guaianases para saber quais propostas teriam para a região.

A demanda lançada, por Calil, para Renildo provocou uma intensa mobilização que congregou vários coletivos, arte-educadores e artistas locais (dentre eles diferenciados seguimentos da cultura, tais como poesia de cordel, cantores de MPB, teatro de rua, grafiteiros, *breakers*, produção áudio-visual, fanzine, etc.) em um movimento cultural, em janeiro de 2009, que tem sido chamado de *Movimento Cultural dos Guaianás*, em homenagem aos índios Guaianás que habitaram a região e deram origem ao nome do bairro. Tendo os *meninos do campinho* como principais articuladores, o movimento redigiu uma carta com propostas voltadas para a área da cultura na região, tais como *fomentos locais*, *ocupação dos CEUs* e a criação de uma *Casa de Cultura*. Esse documento foi apresentado ao secretário Carlos Calil no dia 24 de março de 2009 no CEU Lajeado.³⁶

Um dos locais indicados pelo Movimento Cultural para se tornar a Casa de Cultura já foi sede da subprefeitura de Guaianases e, nos anos 70, foi um antigo cinema. Nesse espaço, em 16 de maio de 2009, o Movimento organizou um evento chamado *Diversidade Cultural em Guaianases* que marcou o início das atividades da, nomeada pela subprefeitura, *Casa de Cultura do Lajeado*. Desde então, vários eventos, como os ensaios abertos de peças teatrais, encontro entre *rappers* da região, festa *julina* com danças populares e outras atividades culturais, têm acontecido nesse espaço com ou sem apoio da subprefeitura.

Para o poder público local (e municipal) ou no olhar dos outros coletivos do Movimento é evidente a importância que o *Cine-Campinho* (o projeto e o coletivo) exerceu nesta nova configuração cultural (e política) que a região vem passando. Não há

³⁶ Estive presente na reunião e mais informações podem ser encontradas na página da prefeitura: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/ars/guaianases/2009/03/0002>

qualquer histórico de uma mobilização deste tipo em Guaianases, seja no agrupamento de diferentes coletivos e linguagens culturais, ou na articulação de outros grupos juvenis em torno de uma pauta pública comum. É óbvio que o *Cine-Campinho* contou com outros atores locais, mas sua ação tomou uma dimensão muito mais ampla do que os membros do coletivo imaginavam:

A gente não tava esperando tudo o que a gente passou... A gente propôs uma coisa e fez mais do que propôs; tomou uma porrada, mas a gente ainda não parou. [...] Quando a gente começou, eu não sabia da importância do áudio-visual, agora eu sei. [...] Nós não temos noção de onde nós chegamos (Ivan).

3.2 Juventude na pauta do poder público municipal

É difícil compreender a ação do Cine-Campinho e outras ações semelhantes que têm acontecido na cidade nos últimos anos, sem fazer um breve resgate histórico de como a *questão da juventude* tem sido incorporada na agenda pública municipal de São Paulo desde o ano 2001.

Por parte da sociedade civil já havia um movimento de reconhecer os jovens como sujeitos de direitos a partir da segunda metade dos anos 90, como já se apontou no primeiro capítulo. Porém, no que se refere ao poder público municipal da cidade de São Paulo, isto começa a tomar volume a partir do ano 2001. Este é o ano de início da administração da prefeita Marta Suplicy do PT – Partido dos Trabalhadores. Em outras administrações deste partido, em outros municípios, nos anos 90, já haviam se desenvolvido algumas ações voltadas para a juventude. É o caso da administração de Santo André, por exemplo, com a experiência do Centro de Referência da Juventude, desde 1998.

Foi numa assembléia de OP [orçamento participativo] que o Centro de Referência de Juventude de Santo André, defendido por vários grupos de jovens, que reivindicavam a priorização de tal equipamento, foi garantido como política a ser implementada pelo governo local, mesmo contra a resistência de diversos outros atores sociais presentes ao processo (Abramo, 2003: 227).

Isso não significa que estas ações fossem consenso dentre os militantes do PT. Porém, há que se considerar que espaços como esse, no Brasil, eram pioneiros e, de

certa forma, isso tinha alguma influência na discussão interna desse partido. O que fica evidente é que, de um jeito ou de outro, isso se apresentou como uma preocupação daquela gestão.

Ainda no primeiro semestre da administração, o poder executivo municipal criou, em junho de 2001, a Coordenadoria da Juventude, órgão responsável por elaborar, coordenar e executar as políticas públicas para a juventude. Esse espaço serviu, sobretudo, como uma referência para os jovens na cidade. A Coordenadoria procurou reunir em um *Guia* (2003) diversas políticas públicas (ou programas) voltadas para a juventude, desenvolvidas pelas diferentes pastas da prefeitura naquela ocasião. Um dos programas citados e que até hoje funciona na cidade, por exemplo, é o Programa Bolsa Trabalho³⁷. Porém, era função da Coordenadoria não só articular o trabalho desenvolvido pelas diferentes pastas, mas também executar ações voltadas para o público jovem, sobretudo, uma série de eventos voltados para diferentes estilos ou *tribos* da cena paulistana.

Realizamos no ano passado, em dezembro, e juntamos um leque enorme de ONGs, de empresas que patrocinaram, produtores culturais, “manos”, “minas”, “clubbers”, “punks”, tudo que se pode imaginar do que é o aspecto urbano, o mosaico urbano da cidade de São Paulo. Esse evento foi feito no mesmo semestre que a Coordenadoria foi criada, e ajudou a nos tornar um órgão mais “famoso” na cidade (...) A “Semana Jovem” reuniu 500 mil pessoas, em todos os seus eventos, e teve 110 atividades diferentes, em 50 distritos diferentes, espalhados pela cidade (Yossef, 2002: 40).

Essa é a fala do coordenador de juventude daquele momento, Alexandre Yossef, que, aliás, foi constantemente criticado por grupos mais *politizados*, por dar muita atenção para os grandes eventos. Porém, como afirmou, a estratégia de dar visibilidade à Coordenadoria parece ter funcionado.

Um evento com caráter mais político e que merece destaque na ação da Coordenadoria é o 1º Fórum Jovem da cidade de São Paulo que aconteceu nos dias 18 e 19 de outubro de 2003. A iniciativa foi tomada pela Coordenadoria de Juventude e impulsionada por diversos grupos e coletivos juvenis que acompanharam toda a organização do evento. Estiveram envolvidas na articulação do Fórum mais de cem

³⁷ O jovem Pedrinho, do Cine-Campinho, foi beneficiário deste programa durante o ano 2001. O Programa foi implementado por Marcio Pochmann, professor de economia da Unicamp e pesquisador da área de juventude.

entidades juvenis ou ligadas à juventude na cidade. Aconteceram 11 pré-fóruns descentralizados em diferentes regiões com o intuito de se levantarem demandas e propostas que foram levadas ao Fórum em âmbito municipal. A importância desse evento foi registrada em entrevista feita com Helena Abramo pela revista da juventude petista de São Paulo, dois meses antes do evento:

Considero o Fórum Jovem uma iniciativa muito importante tomada pela Coordenadoria da Juventude de São Paulo. O Fórum poderá ser um bom momento para iniciar esta interlocução que estávamos falando; vai constituir uma oportunidade para os jovens conhecerem os programas já existentes que se dirigem a eles, fazerem uma avaliação crítica deles; e, principalmente, para dizer quais são as suas demandas e propostas. Será um acontecimento inédito na cidade, e tanto mais importante será quanto maior e mais diversificada for a participação dos jovens e grupos juvenis. (Rebele-se, 2003)

Aconteciam regularmente no ano de 2003, no espaço da prefeitura, reuniões com representantes de diversos grupos juvenis da cidade. Estas reuniões também recebiam o nome de *Fórum Jovem* por parte dos jovens, pois visavam à preparação do evento mencionado acima. Dessas reuniões ou encontros que aconteciam quinzenalmente participavam as referidas mais de cem organizações que contribuíram para a organização do evento.

Na gestão seguinte, do prefeito José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), quem assumiu a coordenação da juventude na cidade foi Luciana Guimarães, proveniente do Instituto Sou da Paz. Ela foi uma das principais agentes articuladoras da criação do Centro Cultural da Juventude (CCJ), atualmente chamado de CCJ Ruth Cardoso. Após inaugurar o CCJ, Luciana assume sua direção e sai da coordenação da juventude.

O espaço do CCJ não está sob a administração da Coordenadoria da Juventude, mas da Secretaria Municipal de Cultura. Criado em 2006, está localizado na Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da cidade. Com uma intensa programação voltada exclusivamente para o público jovem e com uma arquitetura também apropriada à juventude, o CCJ tem fomentado uma série de produções artísticas independentes ou de coletivos jovens da cidade. Tornou-se um ponto de referência para a juventude paulistana, sobretudo, moradora da zona norte. Como um equipamento público da Secretaria Municipal de Cultura, sua concepção tem muita semelhança com o Programa VAI, principalmente no que se refere ao fomento a projetos alternativos de grupos

jovens e à valorização da produção artística juvenil; além de toda a estrutura de que dispõe:

São 8.000 metros quadrados de arquitetura moderna e arejada, reunindo biblioteca, anfiteatro, teatro de arena, sala de projetos, internet livre em banda larga, laboratório de idiomas, laboratório de pesquisas, estúdio para gravações musicais, ilhas de edição de vídeo e de áudio, ateliê de artes plásticas, sala de oficinas e galeria para exposições, além de uma ampla área de convivência.³⁸

Em fevereiro de 2008, por conta da Conferência Nacional de Juventude, já analisada no primeiro capítulo, é realizada, na cidade, a Conferência Municipal de Juventude. Essa conferência municipal teve a participação de aproximadamente 1000 jovens e tinha por objetivo levantar propostas para a cidade e também para o país, levadas para a etapa nacional pelos delegados eleitos no município. Sua organização não contou com grande mobilização prévia e tampouco teve etapas preparatórias descentralizadas na cidade. A próxima conferência municipal deverá ocorrer em 2010 e será de responsabilidade do Conselho Municipal de Juventude a sua organização.

No dia 07 de junho de 2009, quase cinco anos após as reuniões do Fórum Jovem, foram eleitos os representantes do Conselho Municipal de Juventude de São Paulo³⁹. A votação do projeto de lei que criou o Conselho foi pressionada pelo Grupo de Trabalho de Juventude do Movimento Nossa São Paulo. Ao contrário da experiência do Fórum Jovem mencionada acima, a eleição desta primeira gestão do Conselho não contou com a participação de muitos grupos jovens, nem como candidatos, nem como votantes. O número de eleitores foi inferior a 1000; o que é de se estranhar muito em um universo de mais de três milhões de jovens⁴⁰. Durante o processo eleitoral não ocorreu nenhum debate organizado pela prefeitura entre os candidatos da sociedade civil, e o único encontro que ocorreu, na Câmara Municipal, foi organizado pelo próprio GT de Juventude do Movimento Nossa São Paulo.⁴¹

³⁸ Retirado de: <http://escuta.estudiolivre.org/cj/>

³⁹ Fui eleito com 435 votos para este Conselho, para ocupar a cadeira de “entidade de apoio”, pelo centro de formação IPJ – Instituto Paulista de Juventude, no qual participo da coordenação.

⁴⁰ Segundo o site da prefeitura de São Paulo, os jovens representam grupo de 3 milhões e seiscentas mil pessoas entre 15 e 29 anos. http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/juventude/coordenadoria/0002

⁴¹ Informação completa no endereço: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/7358>

Mesmo com uma participação pequena quanto à legitimação deste mais novo espaço político dos jovens e das organizações que trabalham com juventude na cidade, há que se considerar que ele não *surge do nada*. Não há uma mobilização conjunta dos grupos jovens da cidade neste contexto, assim como ocorreu com o Fórum Jovem, mas há coletivos e movimentos organizados em diferentes regiões e das mais variadas formas na cidade. Um exemplo é o já citado Movimento Cultural dos Guaianás, na zona leste. Possibilitar esta mobilização mais ampla talvez seja uma das principais tarefas da primeira gestão deste Conselho Municipal de Juventude que inicia seus trabalhos no segundo semestre de 2009.

Com este breve resgate histórico sobre ações do poder público voltadas para a juventude não se pretende afirmar que a situação sócio-econômica dos mais de 3 milhões de jovens da cidade, entre 15 e 29 anos, melhorou. Apenas tentou-se mostrar que tratar de experiências como as do Cine-Campinho ou abordar o Programa VAI sem inseri-los nesse contexto histórico é desenvolver uma leitura parcial da ação dos jovens na cidade. Atuações juvenis surgidas sem quaisquer institucionalidades, da forma mais espontânea possível, atualmente encontram uma cidade *diferente* daquela encontrada por jovens dos anos 80 ou 90, tendo esse processo acontecido nesta década como um dos responsáveis por essa situação. Isso produz um diferencial na atuação desses grupos jovens, que nem por isso deixaram de enfrentar preconceitos, barreiras e ausência de políticas públicas.

Há de se considerar que um grupo de jovens que desenvolve atividades culturais na periferia da cidade, atualmente, estabelece uma relação diferenciada com o poder público do que qualquer outro momento na história da cidade. Um grupo destes, quando se depara com o CCJ ou com o Programa VAI, cria outras práticas culturais e políticas na cidade.

3.3 Quando *jovens* personagens entram em cena: o Programa VAI

A origem do Programa VAI remete novamente ao início da administração da prefeita Marta Suplicy, em 2001. Desde o início do ano 2000 havia uma lei que criava a Comissão Extraordinária Permanente da Juventude na Câmara Municipal de São Paulo. Porém, é somente em fevereiro de 2001 que ela é instalada. É a primeira experiência

desse tipo no país e em 2003 foi *copiada* pela Câmara dos Deputados em Brasília. Quem assume a presidência dessa Comissão é o vereador Nabil Bonduki, professor de arquitetura da USP e autor do projeto de lei que criou o Programa VAI. Em documento intitulado *Um ano de juventude*, Nabil expõe o que representou a experiência do ano 2001 trabalhando com este tema na Câmara Municipal:

Experimental e aprender. Estas palavras talvez resumam, de modo sintético, o que foi para mim este primeiro ano da Comissão de Juventude. São também verbos muito apropriados para definir atitudes normalmente relacionadas com a juventude. [...] Aos poucos fomos estabelecendo uma forma de trabalhar em estreita sintonia com grupos juvenis, entidade e pessoas que têm se dedicado a pensar e atuar em questões relacionadas com o mundo da juventude. Era necessário trazer os jovens para a Câmara, torná-los protagonistas. Conhecer suas angústias e expectativas, para além do que os outros deles pensam. Levar a Câmara para os territórios juvenis. Identificar, acompanhar e avaliar os programas públicos e as propostas legislativas. Fazer da juventude uma questão da Câmara (Comissão Extraordinária, 2002).

A assessora da Comissão, desde quando foi esta instalada, era a socióloga Helena Wendel Abramo, uma das principais pesquisadoras do Brasil sobre a temática da juventude e autora do pioneiro livro *Cenas juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*.⁴² Outro nome de relevância que compunha a Comissão era Maria do Rosário Ramalho, da assessoria do vereador Nabil e que, depois, assumiu a coordenação do Programa VAI na Secretaria Municipal de Cultura. Em uma das reuniões da Comissão sobre o tema da cultura, a jovem Luciana Guimarães, representando, naquele momento, o Instituto Sou da Paz e ainda longe de assumir a *tarefa* de implementar e coordenar o Centro Cultural da Juventude, questiona:

[...] Como, através de uma política pública, poderemos tentar promover espaços de reunião desses grupos[culturais]? Esse deve ser um alvo de política pública? Qual seria uma proposta de centro cultural que pudesse gerir essas questões todas? Como seria tal gestão? Como esses grupos devem se relacionar com um espaço comum desses? Basta cada um batalhar pelo seu grupo cultural? É isso que queremos?[...] (Ibidem: 62).

Em meio a esta movimentação ocorrida nos primeiros anos desta década na Câmara Municipal por conta da Comissão de Juventude, surge o projeto de lei⁴³ que

⁴² Livro consta na bibliografia, citado em diversas partes desta dissertação.

⁴³ Com autoria do então vereador Nabil Bonduki, o Programa VAI é oriundo do Projeto de Lei 681/02. Dia 24 de março de 2003 torna-se a Lei municipal 13.540/03, regulamentada pelo

criou o Programa VAI. Como a própria sigla sugere, um programa de incentivo, de fomento, apoio e valorização de iniciativas culturais.

Diante da visibilidade crescente das práticas culturais juvenis, forma-se uma clara percepção de que os mecanismos de financiamento vigentes não davam conta do apoio a pequenos projetos culturais com existência capilarizada pelas regiões da cidade, sobretudo nas áreas periféricas, onde as vozes de vários coletivos de jovens em áreas como teatro, vídeo, grafitti, percussão, disk-jóquei, capoeira, etc., já se faziam ouvir. Havia que se observar, ainda, o fato de os jovens se agruparem informalmente, sem constituição jurídica. Assim, o desafio que se apresentava era criar um dispositivo legal que, ao mesmo tempo, ampliasse as condições de acesso à cultura e simplificasse as exigências para participação em editais e processos seletivos (Programa VAI, 2008: 17).

Voltado quase que integralmente para jovens, este Programa abre edital no início de cada ano e os coletivos ligados à cultura se inscrevem, enviando seus projetos em prazo determinado pela Secretaria de Cultura. A maioria dos projetos aprovados é enviada por pessoas físicas, escolhidas em seus coletivos para responderem pelos recursos. Mas, também há uma pequena parcela destinada a grupos com personalidade jurídica. Por envolver recursos públicos, esta é uma ação extremamente inovadora e ousada: com todas as concepções sociais, ainda em voga, que compreendem a juventude como *problema e sinônimo de irresponsabilidade*, como pode ser possível se executar um programa, numa cidade do porte de São Paulo, que transfere recursos para jovens, pobres, moradores de regiões periféricas?

Além de inverter a ordem do discurso burocrático, em que apenas as instituições podem gerir recursos de forma *responsável*, a concepção que sustenta o VAI parece inverter a lógica que rotula a juventude pobre como *classe perigosa* (Zaluar, 2003) como foi apontado no segundo capítulo. Há aí uma aposta muito grande no compromisso destes coletivos vinculados à cultura, organizados, em sua maioria, de forma espontânea e informal, tal qual a experiência do Cine-Campinho, no *fundão* da zona leste.

Naqueles anos – como ainda agora – em muitos dos projetos e programas, os jovens são tomados como elementos problemáticos, desagregadores do tecido social, a quem as ações públicas devem resgatar, prevenir ou controlar. Programas de cultura e lazer têm, na maior parte das vezes, o sentido de criar um anteparo ou um antídoto para a violência com a qual os jovens, principalmente os mais pobres,

estão sempre sob suspeita de se envolver. O VAI tem um caráter inovador, exatamente porque revela uma visão diferenciada a respeito dos jovens, apostando na sua atuação, como sujeitos produtores de ações significativas para si e para a cidade, e na sua expressão cultural, como direito que cabe ao poder público apoiar (Abramo, 2008:15).

Os jovens responsáveis pelos projetos prestam contas regularmente dos recursos utilizados e do andamento de suas ações culturais, seja através de relatórios ou por meio do acompanhamento de um técnico da secretaria de cultura. Como já informou, pessoalmente, uma das técnicas do Programa, em cinco anos do VAI na cidade, atendendo centenas de coletivos jovens, foi registrada 1 (uma!) ocorrência de devolução dos recursos do projeto por negligência do responsável do grupo.

Gradativamente, a secretaria de cultura ampliou o volume de recursos destinados ao VAI, o que resultou um maior número de regiões e projetos atendidos.

Em 2007, com 777 [projetos] inscritos, verificou-se um salto quantitativo no programa, mensurável sobretudo pelo número de projetos selecionados – 102 no total – o que representou um aumento de 62% sobre os projetos selecionados no ano anterior. Naquele ano, o programa teve seu primeiro incremento no aporte de recursos financeiros, que passou de R\$ 1.000.000,00, nas três primeiras edições, para R\$ 1.710.000,00 (Programa VAI, 2008:20).

Atualmente, cinco anos após o início do Programa, já é possível verificar o impacto do VAI entre os coletivos juvenis da cidade. Um dos jovens da zona sul, com 26 anos, responsável por desenvolver projeto de produção de vídeo, relata o significado do VAI para ele:

O programa VAI mudou minha vida, mas não quero que pensem 'oh, o programa está ajudando os garotos pobrinhos da periferia'. Nada disso! O programa mudou minha vida porque foi a primeira vez que recebi recursos para realizar um projeto de minha autoria, do modo como eu acredito que se deva realizar. [...] E tenho certeza de que se a periferia está produzindo, se estamos conseguindo nos enxergar enquanto um movimento de arte na cidade de São Paulo, muito se deve a este programa que – lógico – não está em todas as brechas, mas alcança lá longe, no campinho onde o garoto assiste à pelada e tenta mirar um futuro onde as pessoas acreditam menos na economia e mais na vida, na arte, na humanidade (Ibidem: 09).

Este jovem, Peu Pereira, junto com seu coletivo, produziu um documentário intitulado *Panorama Arte na Periferia*, com recursos do VAI no ano de 2007. O documentário apresenta um painel de diversas expressões culturais produzidas por moradores da periferia da zona sul. Muitos dos trabalhos apresentados também

contaram com recursos do VAI para o qual, em 2009, foi estipulado um limite de pouco mais de R\$ 19.000,00 por projeto.

A maioria desses grupos já vinha produzindo arte das mais diferentes formas e o incentivo do VAI amplia sua possibilidade de realização. Jovens poetas conseguem editar e publicar seus livros; bandas e músicos em geral, produzir suas canções em CDs; cineastas têm a possibilidade de produzir documentários e exibi-los em espaços improváveis; grafiteiros alcançam recursos para fazer *graffiti*, ao mesmo tempo em que produzem vídeos de animação; etc. Muitos desses projetos não seriam possíveis sem os recursos do VAI, pois exigem certos equipamentos aos quais a maioria dos jovens da periferia não tem acesso, por mais que, atualmente, uma série de recursos midiáticos de baixo custo tenham sido acionados pelos coletivos juvenis das mais diferentes maneiras.

De forma inédita na cidade, a vontade dos jovens estabelece comunicação com as ações do poder público e vice-versa. Nesse sentido, fica difícil concordar com certas teorias de que há, por parte dos jovens, uma negação total das instituições. O *estar junto à toa* (Maffesoli, 2006) pode até marcar o surgimento de uma série de grupos juvenis, mas está longe de explicar estas novas formas de atuação na cidade. Como já apontado no primeiro capítulo, há de fato outras percepções do fazer político ou da relação que se estabelece com os poderes na contemporaneidade (Hardt e Negri, 2005b), porém, há que se considerar que uma política pública como o VAI propicia *novas institucionalidades* entre o Estado e os jovens. Através do VAI é possível observar que o poder público, o Estado, não é descartado pelos jovens, pelo menos, não para os mais pobres. Não há pretensões, nem ideológicas, nem práticas, de *tomar* o poder ou a *direção* do Estado, como entendia Weber, mas há, sim, um reconhecimento por parte dos coletivos juvenis de que o poder público⁴⁴ garante direitos.

É óbvio que, mesmo numa política pública como essa, há tencionamentos entre o poder público e os jovens. Porém, isso só reforça esta linha de reflexão, pois uma *nova institucionalidade* está longe de ser sinônimo de anulação de conflitos. Antes, aponta para novas concepções de ambos os lados, jovens e Estado. Por parte dos jovens, há novos entendimentos dos poderes, os quais produzem novas subjetividades (Hall, 2006), relações em rede (Hardt e Negri, 2005a), práticas cotidianas de resistência

⁴⁴ É sabido que existem diferenças conceituais e de abrangência entre “poder público” e “Estado”. A referência mais geral que faço aqui com as duas expressões é a de um “poder constituído”, poder exercido institucionalmente por um governo.

(Freire Filho, 2007). Por parte do Estado, um novo entendimento dos jovens como sujeitos de direitos começa a se ensaiar no país (Novaes, Cara, Moreira, 2006) e na cidade (Abramo, 2008).

Porém, a história caminha com *novos* e *velhos* paradigmas (Canclini, 2008) convivendo nos mesmos prédios, andares e salas. Em um programa como este, o tencionamento não deve existir apenas entre os jovens e o poder público, mas entre setores do próprio Estado. É dessas configurações conflituosas, sobretudo, que advêm as *novas institucionalidades* políticas. Não há menor pretensão em afirmar que o poder público municipal como um todo está se *abrindo* para os jovens. Afinal, no segundo capítulo, já foram citados os vários conflitos estabelecidos entre o atual prefeito e os grafiteiros e pichadores na cidade. Nesse sentido, é possível apontar que o VAI, como outras ações citadas acima, parece se constituir como uma *brecha* (Morin, 2009) que os jovens (e setores do poder público) têm encontrado em meio aos dilemas políticos e culturais desta metrópole.

O VAI tornou-se uma política pública que não somente fomenta a cultura e a arte, mas fomenta a participação da juventude na cidade. Através da atuação cultural, uma série de coletivos juvenis tem constituído verdadeiras redes *interperiféricas* com outros atores jovens da cidade.

O coletivo áudio-visual Cine-Campinho se aproximou de outros grupos do extremo Norte e Sul da cidade de São Paulo, e juntos “engrossamos o caldo”, uma vez que algumas atividades foram realizadas em parceria com esses coletivos, entre eles: Fabicine, NCA, Filmagens Periféricas, entre outros, até porque o grupo sentiu a necessidade de não ficarmos somente com uma atividade bairrista, e sim fortalecer a linguagem em outros lugares que também têm uma proposta semelhante, ocasionado em uma troca muito positiva para ambos os grupos (Relatório de Desenvolvimento do Projeto, 2009:2).

Os grupos com uma atuação muito pontual, no bairro em que estão inseridos, como é o caso do Cine-Campinho, através do VAI despertaram para a necessidade de estabelecer contato com outros grupos com linguagens semelhantes. Descobre-se que, por mais que a ideia do coletivo seja extremamente original, ela tem relação com experiências semelhantes de outras periferias da cidade. O Cine-Campinho descobriu, através do VAI, que existia um Cine-Becos na zona sul, um Cine-Escadão na zona norte, e isso ampliou tanto a dimensão da cidade para o coletivo, como também a dimensão da ação que desenvolve. O Núcleo de Comunicação Alternativa (NCA)

(2009), da zona sul, organizou uma videoteca popular e fez um mapeamento de vários coletivos da cidade que produzem vídeos. Assim, com recursos do VAI, criou um *pacote* com esses vídeos e distribuiu entre diferentes coletivos e organizações que trabalham com áudio-visual⁴⁵, revelando uma espécie de *circuito* desses grupos na cidade.

Vale ressaltar que o VAI parece fomentar também redes locais de atuação cultural. Em Guaianases, no movimento cultural, estão envolvidos vários coletivos que foram ou são contemplados pelo VAI, como é o caso do Tenda Literária; 5 zonas de *graffiti*; Espaço Cultural Honório Arce; Espaço Cultural Carlos Marighella; Descompanhia Teatral; Praça, *hip-hop* e vídeo *clip*; e Cine-Campinho. Por priorizar o público jovem de regiões periféricas, o VAI potencializou ações que comumente têm sido chamadas de *cultura de periferia*. Esta expressão tem reunido um conjunto de linguagens culturais que nesta década, sobretudo, tem ganhado notória visibilidade.

3.4 Cultura e arte de (e na) periferia

Desde a época em que Borelli e Ramos escreveram sobre os *office-boys* na cidade de São Paulo, em 1985, até os dias atuais, a palavra *periferia* passou por um intenso processo de metamorfose semântica. Quando escreveram, a *periferia* era local onde Sader (1995) encontrou *novos personagens* políticos que organizavam movimentos sociais diversos; Magnani (2003) encontrou o circo, o futebol de várzea, os violeiros e outras formas de lazer; alguns anos depois, Abramo (1994) encontrou os *punks*... Mesmo com todas essas peculiaridades, nos anos 80, ainda não era comum a referência a uma *cultura* ou *arte de periferia*. Bem como, não era tão tranquilo para os jovens assumir que viviam em regiões periféricas, seja na busca de emprego ou em alguma *paquera* que conseguiam em uma discoteca, por exemplo.⁴⁶

⁴⁵ O vídeo produzido pelo Cine-Campinho “Além dos jogos – uma mudança a partir do Cine-Campinho” (2007) faz parte do “pacote”.

⁴⁶ Como morador de região periférica desde o nascimento, em minha adolescência, no início dos anos 1990, não foram poucas as vezes em que via jovens, da minha faixa etária, negarem seus bairros de origem por vergonha de terem que assumir morar na periferia.

A partir de meados dos anos 90, com o *boom* do movimento *hip-hop*, por muitos jovens, a periferia começou a ser vista com sentimento de orgulho, o que provocou, inclusive, o interesse de jovens de classe média e alta (Kehl, 2004) pela *estética periférica*. Com a música dos Racionais MC's, por exemplo, a região da zona sul passou a ser comentada pelos jovens, despertou curiosidade em quem não a conhecia e certa vaidade para quem lá vivia, pois o país todo passou a conhecer sua *quebrada*. Da mesma forma, com o sucesso de alguns grupos de pagode, como o *Negritude Júnior*, liderado por Netinho de Paula, atual vereador da cidade de São Paulo, que tratavam do cotidiano das periferias em suas músicas, passou a ser comum encontrar pessoas vestindo camisetas com dizeres *100% cohab*, *100% zona leste* ou *100% periferia*. Os anos 90 foram acompanhados por uma valorização simbólica das periferias. Ao mesmo tempo que crescia a midiaticização da violência (Rocha e Silva, 2008), diversos programas televisivos e filmes procuravam tratar da vida dos moradores destas regiões, apontando aspectos positivos em seus modos de vida e expressões culturais. (Heschmann e Galvão, 2008:196)

No início do milênio, despontaram alguns escritores, moradores das periferias de São Paulo, que ficaram conhecidos como pertencentes ao movimento de *literatura periférica* ou, como nomeado pela revista Caros Amigos, de *literatura marginal*.

Intituladas “*Caros Amigos/Literatura Marginal: a cultura da periferia*”, as edições especiais foram publicadas em 2001, 2002 e 2004, e aglutinaram quarenta e oito autores. A partir de então, a expressão *literatura marginal* se disseminou, no cenário cultural contemporâneo, para caracterizar a produção dos autores que vivenciam situações de marginalidade (social, editorial e jurídica) e estão trazendo para o campo literário os termos, os temas e o linguajar igualmente “marginais”. Os editoriais, os textos e os minicurrículos dos autores veiculados pelas *Caros Amigos/ Literatura Marginal* sugeriam que estas edições especiais apresentavam como novidade um conjunto de escritores oriundos das periferias urbanas brasileiras para os quais a associação do termo *marginal* à *literatura* remete, ao mesmo tempo, à situação de marginalidade (social, editorial ou jurídica) vivenciada pelo autor e a uma produção literária que visa expressar o que é peculiar aos espaços tidos como marginais, especialmente com relação à periferia (os temas, os problemas, o linguajar, as gírias, os valores, as práticas de certos segmentos, etc) (Nascimento, 2006:9).

Essas edições comentavam a produção literária de escritores como Sérgio Vaz, Ferrez, Sacolinha, Alessandro Buzo, Allan da Rosa entre outros. O escritor Allan da Rosa criou o selo *Edições Toró* e produziu uma série de livros com recursos gráficos e manuais, com custo reduzido, como forma de baratear a produção e possibilitar a

publicação de obras de outros autores da periferia. Na página da internet das Edições Toró é possível *baixar* os livros em formato *pdf*.⁴⁷ Da Rosa já foi entrevistado pela TV Cultura, no programa *Entre-linhas* que trata de literatura e no programa *Nossa língua*, apresentado pelo Professor Pasquale.

Os outros autores periféricos também já chamaram a atenção da mídia, fazendo-se presentes em diversos programas televisivos e de editoras comerciais, como é o caso da Editora Global.

Allan da Rosa e Dinha, além de Sacolinha, Sergio Vaz e Alessandro Buzo, assinaram contrato com a editora Global em 2007 e vão inaugurar uma coleção denominada Literatura Periférica. A oportunidade lhes confere uma condição de reconhecimento que responde a uma busca de anos. De fato, eles ficaram muito satisfeitos ao receber 50% de adiantamento do direito autoral de uma edição no ato da assinatura do contrato. No entanto, a editora fica com a posse dessas obras por cinco anos (para edição do livro), o que é uma preocupação para os militantes contrários à propriedade intelectual. [...] O fato de que uma corporação ganhe dinheiro com um artigo cultural inquieta os coletivos mais radicais. É um debate novo e muito positivo para o movimento (Leite, 2008: 30).

Sérgio Vaz é um dos fundadores da Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa) que se reúne semanalmente em um boteco na zona sul de São Paulo, onde realiza um famoso sarau. Foi um dos idealizadores da *Semana de Arte Moderna da Periferia*, que aconteceu de 04 a 11 de novembro de 2007 e que reuniu vários coletivos culturais, de diferentes expressões artísticas que se identificam com esse *movimento* mais amplo que vem sendo chamado de *cultura de periferia*. Seu *Manifesto da Antropofagia Periférica*, em referência ao *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade de 1928, resume a inspiração que levou à organização da Semana:

MANIFESTO DA ANTROPOFAGIA PERIFÉRICA⁴⁸

A Periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor. Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune. Eis que surge das ladeiras um povo lindo e inteligente galopando contra o passado. A favor de um futuro limpo, para todos os brasileiros.

A favor de um subúrbio que clama por arte e cultura, e universidade para a diversidade. Agogôs e tamborins acompanhados de violinos, só depois da aula. Contra a arte patrocinada pelos que corrompem a liberdade de opção. Contra a arte fabricada para destruir o senso crítico, a emoção e a sensibilidade que nasce da múltipla escolha.

A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.

⁴⁷ Ver: <http://www.edicoestoro.net/>

⁴⁸ Retirado na página <http://diplo.uol.com.br/2007-10.a1967>

A favor do batuque da cozinha que nasce na cozinha e sinhá não quer. Da poesia periférica que brota na porta do bar.

Do teatro que não vem do "ter ou não ter...". Do cinema real que não transmite ilusão.

Das Artes Plásticas, que, de concreto, querem substituir os barracos de madeira.

Da Dança que desafoga no lago dos cisnes. Da Música que não embala os adormecidos.

Da Literatura das ruas despertando nas calçadas.

A Periferia unida, no centro de todas as coisas.

Contra o racismo, a intolerância e as injustiças sociais das quais a arte vigente não fala.

Contra o artista surdo-mudo e a letra que não fala.

É preciso sugar da arte um novo tipo de artista: o artista-cidadão. Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo, mas também não compactua com a mediocridade que imbeciliza um povo desprovido de oportunidades. Um artista a serviço da comunidade, do país. Que, armado da verdade, por si só exercita a revolução.

Contra a arte domingueira que defeca em nossa sala e nos hipnotiza no colo da poltrona.

Contra a barbárie que é a falta de bibliotecas, cinemas, museus, teatros e espaços para o acesso à produção cultural.

Contra reis e rainhas do castelo globalizado e quadril avantajado.

Contra o capital que ignora o interior a favor do exterior. Miami pra eles? "Me ame pra nós!"

Contra os carrascos e as vítimas do sistema.

Contra os covardes e eruditos de aquário.

Contra o artista serviçal escravo da vaidade.

Contra os vampiros das verbas públicas e arte privada.

A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.

Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor.

É tudo nosso! (Vaz, 2007)

A palavra *periferia*, aqui, assume um sentido para além daquela que é designada como uma relação de distância geográfica em relação ao centro. *Periferia* assume um conjunto de representações simbólicas que congrega aspectos relacionados à classe, à etnia, ao lugar de moradia e à condição de jovem na metrópole. Para esses grupos, tornou-se uma espécie de *categoria social* capaz de dar conta de alguns cruzamentos identitários assumidos na vivência de sua condição.

Embora Sérgio Vaz tenha mais de 40 anos, o público majoritário dos saraus da Cooperifa e das outras ações desenvolvidas por outros coletivos periféricos é formado por pessoas com idade de até 29 anos. Os grupos identificados como *culturas juvenis* não recebem essa titulação por serem constituídos integralmente de jovens, mas por terem uma característica que vai dialogar, sobretudo, com a juventude. É o caso dos movimentos *punk* ou *hip-hop*. Pois, mesmo que Clemente (Garotos Podres), Nelson Triunfo (dançarino, *breaker*) ou até o Mano Brown (Racionais MC's) não sejam mais

jovens, o estilo musical que representam tem apelo muito maior entre esse público. Esse talvez seja um dos motivos pelos quais outros jovens de classe média aproximam-se desses eventos. Por mais que haja diferenças na situação sócio-econômica e étnicas entre estes e aqueles que estão promovendo as atividades na periferia, o fato de serem jovens parece ser uma *porta de entrada* que os torna *cúmplices* em um jeito próprio de experimentar a cidade.

A questão da *cor*, apontada no *Manifesto* de Vaz como um dos elos da periferia, não demonstra apenas a identidade étnica assumida por esses grupos, mas sua forma de compreender o que chamam de *arte*. A *literatura periférica*, segundo a antropóloga Rita de Cássia Oliveira⁴⁹, tem suas origens no poeta negro pernambucano Solano Trindade. Para diversos coletivos de periferia, esse poeta é uma das principais referências de suas ações,⁵⁰ pois, para estes grupos, não é possível fazer arte sem relacioná-la com suas vidas, como assim o fez Solano. Sua poesia incomodava, pois tratava de racismo, preconceito, negritude, num contexto histórico em que, nos discursos oficiais, o Brasil era guiado pela *democracia racial*. Nesse sentido, para esses coletivos que produzem *arte periférica* não há *arte pela arte*. A arte torna-se ação política à medida que, nas suas práticas, não se pode produzi-la sem relacioná-la à sua inserção social. A arte não está em um plano etéreo ou num campo *teológico, pura*, nos termos de Benjamin (1994), mas inserida nas experiências de vida de seus produtores.

[...] Com efeito, quando o advento da primeira técnica de reprodução verdadeiramente revolucionária – a fotografia, contemporânea do início do socialismo – levou a arte a pressentir a proximidade de uma crise, que só fez aprofundar-se nos cem anos seguintes, ela reagiu ao perigo iminente com a doutrina da arte pela arte, que é no fundo uma teologia da arte. Dela resultou uma teologia negativa da arte, sob a forma de uma arte pura, que não rejeita apenas toda função social, mas também qualquer determinação objetiva. (Na literatura, foi Mallarmé o primeiro a alcançar esse estágio.) É indispensável levar em conta essas relações em um estudo que se propõe estudar a arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Porque elas preparam o caminho para a descoberta decisiva: com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história,

⁴⁹ Palestra proferida na praça do Mercado Municipal de Guaianases, dia 25 de julho de 2009, em oficina do projeto Tenda Literária, contemplado pelo VAI, do grupo de cultura do IPJ – Instituto Paulista de Juventude. Após a oficina, no mesmo local aconteceu um sarau, com diversos grupos da região que compõem o “Movimento Cultural dos Guaianás”. Blog: <http://tenda-literaria.blogspot.com/>

⁵⁰ Não por acaso, este é o nome de uma biblioteca comunitária na Cidade Tiradentes, extremo leste da cidade, organizada por jovens, em sua maioria negros, de um coletivo chamado Núcleo Cultural Força Ativa. O NCA – Núcleo de Comunicação Alternativa – da zona sul, produziu um vídeo-documentário sobre a vida deste poeta intitulado “Imagens de uma vida simples” (2006).

de sua existência parasitária, destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida. A chapa fotográfica, por exemplo, permite uma grande variedade de cópias; a questão da autenticidade das cópias não tem nenhum sentido. Mas, no momento em que o critério da autenticidade deixa de aplicar-se à produção artística, toda a função social da arte se transforma. Em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis: a política. (Benjamin, 1994:171)

A reprodução técnica, segundo Benjamin, acabou com a *áurea* da obra de arte original, porém, é responsável por politizar a arte. A obra de arte *sai* de uma condição de *impalpável, sagrada*, para se inserir no cotidiano e na vida das massas. Isso ocorreu, sobretudo, a partir do cinema e da fotografia. Segundo Martín-Barbero, Benjamin

Foi o pioneiro a vislumbrar a mediação fundamental que permite pensar historicamente a relação da transformação nas condições de produção com as mudanças no espaço da cultura, isto é, as transformações do *sensorium* dos modos de percepção, da experiência social. [...] Para Benjamin, pensar a experiência é o modo de alcançar o que irrompe na história com as massas e a técnica. Não se pode entender o que se passa culturalmente com as massas sem considerar a sua experiência. Pois, em contraste com o que ocorre na cultura culta, cuja chave está na obra, para aquela outra a chave se acha na percepção e no uso (Martín-Barbero, 2008b:80).

A *antropofagia periférica* parece *comer* toda a obra de arte da cultura culta, *aurática*, transformando-a em arte-vida, a partir da experiência cotidiana de quem a produz. A produção periférica não é praticada apenas para que se alcance o reconhecimento pessoal de sua criação (que, obviamente, diz respeito à própria condição humana), mas para que tenha um *uso*, tanto para quem cria como para quem a consome. E esse uso é sobretudo político, *contra o artista surdo-mudo e a letra que não fala* (Vaz), e a favor da arte, da poesia e da palavra que *fala*, que denuncia, que anuncia.

Como foi visto, a questão de classe sozinha não é uma categoria que dá conta de responder a este complexo chamado de *periferia*, mas é elemento importante em seu conteúdo semântico. O *centro* ou o *outro lado da ponte*, em referência à Marginal Pinheiros e Tietê, como costumam afirmar os artistas periféricos das zonas sul e norte, é uma fronteira geográfica, mas é também uma linha imaginária que define o *lado de cá* e o *lado de lá*. Ou seja, estar na *cultura de periferia* é tomar partido, assumir um lado, compartilhar uma mesma *luta*. E esse *lado* ou essa *luta* é também uma luta de classes. A pobreza não é um assunto *fora de moda* para estes grupos, mas vem relacionada a uma série de outros elementos. Assim, o conceito de *classe* pode ser compreendido aqui nos

termos em que Hardt e Negri (2005b) o utilizam para compreender a multidão. Para além da associação com a *classe operária* ou a *classe trabalhadora*, a multidão é associada a um projeto político daqueles que estão sob a dominação do capital.

[...] Em contraste com as exclusões que caracterizam o conceito de classe operária, assim, a multidão é um conceito aberto e expansivo. A multidão confere ao conceito de proletariado sua definição mais ampla: todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital. [...] (Hardt e Negri, 2005b:147).

Nem todos que moram *na* periferia são pobres. Mas na cultura *de* periferia, tratar da pobreza e das precárias condições de vida é uma forma de relacionar arte-vida, como se apontou acima. Há que se diferenciar estar *na periferia* e estar *na cultura de periferia*. Para quem mora *na* periferia e produz arte *de* periferia, fica difícil perceber tal diferença. Mas, nem todos os artistas que residem na periferia comungam com este tipo de arte, como, por exemplo, aqueles que fazem uma arte decorativa. Da mesma forma, um morador do centro pode se identificar com esta *arte periférica*, muito por conta de sua condição socioeconômica. Desde as letras de *rap*, as poesias *marginais*, até os vídeos *populares*, etc, denunciar a desigualdade social e apontar os modos de vida cotidianos dentre os pobres tornou-se conteúdo quase que obrigatório neste tipo de arte. Porém, vale ressaltar que, mesmo não se reconhecendo como *arte pela arte*, a cultura de periferia também não se identifica, *a priori*, com essa ou aquela ideologia. Sua atitude é política, mas não doutrinária. A *questão de classe* a que se referiu acima assume muito mais um caráter simbólico de afirmação identitária do que necessariamente um discurso mais elaborado de uma dada ideologia política. Talvez seja possível afirmar que haveria, nesta arte, uma tentativa de, como apontou Canclini (2008: 372), agir sob o dilema de “[...] como ser radical sem ser fundamentalista”.

Segundo relatório geral dos grupos focais da Pesquisa *Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, coordenada, no Brasil, pelo Ibase e Instituto Pólis (2009), alguns aspectos apontados acima surgem em forma de demanda para as políticas públicas por parte destes coletivos:

Desse modo, pode-se dizer que a principal demanda desses coletivos é o acesso à produção e à fruição cultural, vinculadas à educação de qualidade, tendo a sua própria ação como produtores de experiências culturais e educativas como referência. Esta demanda está relacionada à identificação de uma precariedade de oferta de equipamentos para fruição e acesso cultural e educativo nos bairros dos quais têm origem; mas também ao reconhecimento de que nesses territórios há uma

cultura pulsante – oriunda da presença de moradores nordestinos e negros ou fruto de movimentações juvenis, como o *hip hop* – e pouco reconhecida e legitimada. Assim, a demanda dos jovens não é apenas por condições de uma produção cultural qualquer, mas pelo reconhecimento e incentivo de uma produção cultural autêntica, periférica, alternativa ou marginal (Ibase e Polis; 2009:35).

Em São Paulo, muitas destas experiências vão encontrar abrigo, como já foi dito, em políticas públicas como o VAI ou o Centro Cultural da Juventude. Um aspecto que vale ressaltar, a partir dessas demandas apontadas, é a afirmação, por parte dos próprios coletivos, de que há uma movimentação cultural mais ampla, para além de uma ou outra experiência pontual, identificada aí como *arte* ou *cultura de periferia* na cidade.

As edições especiais da revista *Caros Amigos* (2001, 2002 e 2004) tratavam especificamente da *literatura marginal*, referindo-se a um movimento de *escritores periféricos*. Porém, além das experiências de produções literárias e saraus, neste movimento periférico há coletivos que se reúnem em torno de produções ou ações com áudio-visual (como é o caso do Cine-Campinho), *blogs*, *sites*⁵¹, danças populares, samba de raiz, *graffiti*, etc. Uma das iniciativas de visualização em forma de movimento destes diferentes coletivos, com linguagens diversificadas e de distintas localidades da cidade (e da região metropolitana), deu-se através da Agenda Cultural da Periferia, publicada mensalmente pela ONG Ação Educativa de São Paulo⁵². Um crescente circuito de atividades culturais (e políticas) está fruindo nas periferias de São Paulo, tendo os jovens como atores e espectadores privilegiados, com uma intensa programação de *conteúdo periférico*, onde se fazem presentes muitos dos personagens e coletivos citados acima. Essas expressões têm se constituído como nova forma de atuação juvenil em diferentes espaços da cidade nos últimos anos.

3.5 Do campo à cidade: Cine-campinho como nova forma de participação em São Paulo

⁵¹ Como é o caso, por exemplo, do site Bocada Forte, atualmente com o nome de Central *Hip-Hop* no endereço: <http://centralhiphop.uol.com.br/site/>

⁵² Atualmente a Agenda também está em versão eletrônica: <http://nsae.acaoeducativa.org.br/agendadaperiferia/>. Na Agenda da Periferia há uma parte denominada “A periferia no centro”, com referências a atividades que acontecem no centro da cidade, mas que estão no rol desta “arte periférica”.

Designar como *novidade* a forma de atuação juvenil não significa que estão sendo apontadas rupturas ou negações das *antigas* formas de participação sócio-políticas. Ao contrário, são *novas* porque têm novas configurações, novos rearranjos encontrados por esta geração juvenil, mas estão atreladas, em grande parte, a processos anteriores de participação, sobretudo, na periferia de São Paulo.

Em 1987, Sader já havia apontado a desconfiança da ação institucionalizada e o cotidiano como elemento fundamental da resistência daqueles *novos* personagens políticos:

O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem “sujeitos de sua própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano (Sader; 1995:311).

Com a ação destes personagens, destes movimentos sociais que surgem em fins dos anos 70, Sader aponta que a fábrica, o serviço de saúde do bairro, o sindicato, ou seja, espaços da vivência cotidiana dos trabalhadores e moradores das periferias passaram por processos de democratização. Nesse sentido, trouxeram “[...] novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social.” (Ibidem)

Esses personagens, que já não são mais tão *novos*, ao politizarem as esferas do cotidiano, como apontou Sader, contribuíram para que as novas gerações também visualizassem suas práticas cotidianas como lugar político. Os personagens citados, movimentos e pessoas, eram caracterizados por uma diversidade de ações. Porém, hoje é sabido que a maioria se congregou em torno da proposta política do PT - Partido dos Trabalhadores - nos anos 80. Isso parece estar relacionado com o processo de democratização do país daquela década, assim como analisou Bonvillani et al. (2008) sobre as formas de participação, na Argentina, no mesmo período. Muitos partidos formaram-se nesse momento e assumiram papel importante nessa mobilização pela garantia da democracia no país. Esse caminho, atualmente, tornou-se quase impossível para esta geração juvenil. Obviamente, isto não significa que ainda hoje alguns jovens não se sintam atraídos pela proposta do PT e de outros partidos. O que se pretende ressaltar é que, nesta conjuntura, o PT não consegue mais congregiar diferentes expressões de participação como já congregou outrora.

Pedrinho, um dos articuladores do Cine-Campinho, chegou a se filiar ao PT e participou de algumas reuniões no diretório de Guaianases no ano de 2004. Porém, aproximou-se do partido para conseguir recursos de um vereador e utilizá-los em um projeto no qual estava envolvido naquele ano. As razões que o levaram a procurar o partido foram tão pragmáticas quanto o rumo que o PT tem tomado nos últimos anos. A geração juvenil que iniciou sua participação nos últimos cinco ou seis anos conheceu um PT bem diferente das gerações anteriores. Tem vinculado à sua atual imagem, simultaneamente, o caso do *mensalão* e as políticas sociais do governo Lula. Não cabe, nesta pesquisa, avaliar os rumos políticos que esse partido vem tomando, mas apenas apontar que deixou de ser o *polo aglutinador* de experiências de participação popular, sobretudo entre os jovens.

Renildo, como uma liderança local e uma das principais referências do Cine-Campinho e do Movimento Cultural dos Guaianás, tem aproveitado desta condição para conseguir apoio da subprefeitura para desenvolver outras ações na região. Não se trata de nada ilícito, mas um outro grupo teria bem mais dificuldade para conseguir o mesmo apoio, tendo que enfrentar a burocracia da municipalidade. Assim como qualquer liderança comunitária, está vulnerável a ser *cooptado* por alguma figura da máquina estatal ou partidária. Novamente, tratar de *novas formas de participação* não significa, em hipótese alguma, estar livre das *velhas* práticas políticas⁵³.

O conceito de *poderes oblíquos* de Canclini, nos processos de hibridação, pode auxiliar a compreender melhor esse dilema:

O incremento de processos de hibridação torna evidente que captamos muito pouco do poder se só registramos os confrontos e as ações verticais. O poder não funcionaria se fosse exercido unicamente por burgueses sobre proletários, por brancos sobre indígenas, por pais sobre filhos, pela mídia sobre os receptores. Porque todas essas relações se entrelaçam umas com as outras, cada uma consegue uma eficácia que sozinha nunca alcançaria. Mas não se trata simplesmente de que, ao superpor umas formas de dominação sobre as outras, elas se potenciessem. O que lhes dá sua eficácia é a obliquidade que se estabelece na trama (Canclini; 2008:346).

As *novas* formas de participar não são fontes puras, mas resultam de um processo de combinação sociocultural, o qual Canclini define como *processos de*

⁵³ Para uma reflexão sobre o conteúdo ético e moral destas novas práticas será necessário uma outra pesquisa com enfoque diferenciado. O propósito desta pesquisa é o de identificar o que há de novidade nestas experiências, entendendo que, em qualquer grupo, há sempre o risco de se “trair o movimento”, sobretudo, quando o assunto é participação.

hibridação. Estes fazem gerar novas estruturas, objetos e práticas (Ibidem:XIX). Os poderes oblíquos são resultado do hibridismo produzido pela heterogeneidade cultural da sociedade contemporânea e contrastam-se com a ideia de grupos hegemônicos e subalternos, pois, em uma sociedade em que o popular, o culto e o massivo se entrecruzam, a ideia de um poder verticalizado perde seu sentido. A horizontalidade, ou melhor, a obliquidade dos poderes faz conviverem paradigmas e práticas arcaicas das formas de se fazer política com novos modos de atuação. Com os poderes oblíquos, é difícil compreender as fronteiras entre os poderes, “[...] às vezes é possível, mas o que mais conta é a astúcia com que os fios se mesclam [...]”. (Ibidem:347).

Esta parece ser uma chave interessante também para que se compreenda a relação do Programa VAI com os coletivos juvenis e as *novas institucionalidades* produzidas por essa relação, assim como, as experiências de conferências e conselhos de juventude, conforme se sugeriu acima. Essas *novas institucionalidades* são resultado destes poderes oblíquos que transpassam o poder público, os jovens e a cidade. Os rearranjos, ou hibridismos, produzidos dessa combinação possibilitam a esses grupos jovens um *voltar-se* para o Estado, sem que isso signifique mirar sua *tomada*. Porém, vale ressaltar que este não é um entendimento unívoco entre os grupos ou movimentos juvenis. Os movimentos estudantis ou partidários ainda partilham desta leitura de um poder mais verticalizado, da *tomada do poder*; afinal, trata-se de um dos principais objetivos de um partido político, como já se discutiu no primeiro capítulo.

Ao se tratar dos coletivos com atuação cultural, objeto desta pesquisa, a obliquidade dos poderes, sugerida por Canclini, parece se fazer mais clara em suas ações. A cultura de periferia, por mais que procure congrega uma combinação de elementos identitários como etnia, classe e localização geográfica, também está inserida nesses processos comunicacionais abertos. No *periférico* é possível encontrar características híbridas do popular, do culto e do massivo. Os livros, o projetor, o pandeiro, a filmadora, o telão, o atabaque, o *spray*, o violão, a poesia são ferramentas comunicacionais destes coletivos que entrecruzam tradição e moderno, cultura e comunicação, rural e urbano. Da mesma forma, entrecruzam-se, nas práticas culturais dos coletivos juvenis, outras experiências de participação que cada jovem ou grupo já vivenciou, antes de iniciar as atividades que atualmente desenvolve. Pesquisas como a de Sader (1995) já mostraram quão *rica* é a periferia de São Paulo no que se refere às formas de participação. Muitos jovens desta geração de início de milênio, como revelou

a pesquisa com o coletivo Cine-Campinho, têm algum tipo de influência do movimento estudantil, dos partidos, das igrejas, dos movimentos *hip-hop* ou *punk*, demonstrando, novamente, a hibridação cultural à qual estão submetidos.

Dentre esse emaranhado de experiências, um aspecto que se pode identificar como *novidade* de atuação diz respeito à questão do lazer que, como já foi apresentado, é um elemento fundamental na constituição da condição juvenil (Abramo, 1994). Atualmente, o lazer apresenta-se como uma demanda para o conjunto da sociedade. Nos anos 80, nem de longe, lazer e cultura eram vistos como direitos a serem garantidos. Os relatos de Magnani (2003) já informaram bem como eram tratadas essas temáticas. Após vinte anos, é possível afirmar que a juventude, ou a abordagem da temática dos jovens na cidade, contribuiu para que cada vez mais o lazer (e a cultura) fosse compreendido, pelo poder público e pela própria sociedade civil, como um direito.

Na prática do lazer, os indivíduos buscam realizar atividades que proporcionem formas agradáveis de excitação, expressão e realização individual. As atividades de lazer criam uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais. As denominadas atividades de pura sociabilidade podem ser definidas como geradoras de tensões emocionais agradáveis e de formas descomprometidas de integração social. Essas formas descomprometidas possuem, entretanto, uma grande efetividade social para o estabelecimento de valores, conhecimentos e identidades. No espaço-tempo do lazer, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (re)significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural (Brenner, Dayrell e Carrano, 2005:177).

Esta geração juvenil parece estabelecer relações muito próximas entre lazer e participação. Na experiência do Cine-Campinho, o lazer não é considerado *trampolim* ou *ferramenta* para outras plataformas políticas, mas é, sim, a plataforma política. Tornou-se quase impossível analisar as atuações dos coletivos culturais, sem relacioná-las com o universo do lazer. Algum coletivo de posicionamento mais *radical* pode contra-argumentar, afirmando que sua ação não é um *lazer*, pois é tratada com *seriedade e compromisso*, reforçando os esteriótipos já assinalados por Magnani (2003) sobre o tema. Bem como, pode também apontar que não é *lazer* por haver aí certo *sacrifício militante* em sua ação, pois, como reclamou Renildo durante a entrevista, criticando atitudes de outros membros do coletivo, “carregar as cadeiras nas costas e montar todo aquele aparato no campinho não é nada prazeroso”. Porém, mesmo que, para quem organiza, se afirme que tal ação não pode ser definida como lazer e, mesmo

que se utilizem poesias militantes do Pablo Neruda ou um filme da *nouvelle vague* francesa, para quem participa da atividade, aquele é um evento de lazer. Assim são os saraus, por exemplo, que acontecem nos botecos ou nas praças.

Para esses coletivos culturais juvenis, o lazer não se tornou apenas um direito, mas uma estratégia política. É a forma que encontraram para se comunicarem com outros jovens e com a sociedade. Por isso, de uma ação voltada tão somente para garantir algumas horas de lazer para aqueles moradores, tal qual o Cine-Campinho, várias outras despontam, sem que se tenha dimensão do que possa vir a ser: uma ação que surge dos comentários compartilhados no apertado quarto de casa, incomodados com a violência que seus colegas de escola vinham sofrendo no bairro, colegas dos quais conheciam o nome, a mãe, a casa, a rua em que moravam; uma ação oriunda de uma preocupação cotidiana e que retorna em forma de resposta lúdica a esse mesmo cotidiano, no espaço público.

Ao tratar da dimensão simbólica das lutas na cultura popular, Martín-Barbero discute como muitos historiadores não deram importância a aspectos fundamentais como a espontaneidade da solidariedade. Assim como o lazer, esta chave parece ser fundamental para que se compreendam a experiência do Cine-Campinho e as ações da chamada cultura de periferia. A partir de diversos relatos de jovens que se envolvem com esses coletivos, a solidariedade é sempre algo que atrai e convoca para o compromisso, tornando-se uma espécie de linguagem no interior desses grupos. Uma solidariedade que surge de forma espontânea, e não espontaneísta, como enfatiza Martín-Barbero, pois os sujeitos se agrupam em torno de uma ação de forma livre e sem grandes pretensões, e se reúnem a partir de questões que são atravessadas diariamente em suas vidas.

[...] O paradoxal é que, para não poucos historiadores, inclusive de esquerda, seja a solidariedade, o forte sentimento comunitário do movimento libertário, o que é levado como prova de sua irracionalidade! De onde tiraram os anarquistas sua estratégia da greve geral, na qual as mulheres, os menores, os anciãos estavam implicados, senão do sentido popular da solidariedade? E dessa mesma cultura aprenderam uma espontaneidade que se acha menos próxima do espontaneísmo que da defesa da autonomia por parte da comunidade local, e que é antes de tudo resistência à coerção, à “disciplina administrativa” na qual os libertários do século XIX já pressentiam sua profunda vinculação com as estratégias produtivas do capitalismo (Martín-Barbero, 2008b:145).

Estes jovens que estão *conspirando* intervenções culturais de forma espontânea e a partir de um sentimento de solidariedade comunitária encontram uma cidade (e até um país) também diferente daquela na qual os *novos personagens* de Sader viveram sua juventude. As práticas políticas representativas, tais como a ação partidária, têm partilhado espaço com outras formas de diálogo com o Estado, assim como as conferências, conselhos, fóruns ou redes, como já se discutiu no primeiro capítulo. Aliás, essas experiências são muito inspiradas nas ações desenvolvidas por aqueles movimentos sociais. A questão da juventude, e com ela, a do lazer e a da cultura ganharam novos contornos em ações pontuais do poder público municipal.

Nesse sentido, aquela ação de dimensões cotidianas e quase interpessoais com os moradores do bairro encontra apoio em recursos públicos para ser desenvolvida através de um programa de valorização de suas iniciativas culturais (VAI). O que é isso? Cooptação para anestesiar a transgressão e a rebeldia? O estudo feito acima sobre as origens e concepções desta política pública parece apontar para outra direção. Em cinco anos de aplicação do VAI na cidade, atravessando diferentes administrações, é possível perceber que muitos grupos encontram aí um meio para intervir e participar no espaço público. Os coletivos de atuação cultural, que, em sua maioria, surgem, tais como o Cine-Campinho, de uma percepção muito cotidiana e geralmente atrelada ao lazer e entretenimento, encontram, nesta política pública, um canal de participação na cidade.

Hoje o Cine-Campinho cresceu inclusive na forma de pensar, na forma de agir... E isso permite a nossa ação, agora, não só mais voltada para o bairro. Sem querer, a gente tava dentro da cidade, não tava mais só no bairro. Aos poucos a gente foi indo, entrando... O que a gente conversava no começo era que isso era uma ação bairrista, para o Jardim Bandeirantes, para Guaianases (Pedrinho).

O uso, por Pedrinho, da expressão “sem querer, a gente tava dentro da cidade” revela aspectos importantes dessa experiência pontual como *nova forma de participação*. Parece que esse coletivo experimentou os efeitos de elaborar respostas culturais e políticas concretas aos desafios desta conjuntura sem, de fato, ter uma compreensão mais ampla do que isso possa significar. O coletivo Cine-Campinho faz parte da mobilização mais geral de arte periférica e de inclusão das políticas de juventude na agenda do poder público.

A experiência desse coletivo (e projeto) está inserida nesta *sinergia conjuntural* e isto potencializou a ação do coletivo em Guaianases. Nesse sentido, a experiência do

Cine-Campinho *desloca-se* do campo de futebol do Jardim Bandeirantes para se situar no centro da arena política da cidade de São Paulo. Não é por acaso que a experiência chamou a atenção pessoal do atual Secretário de Cultura da cidade, Carlos Calil, como já foi informado. Pela dificuldade de se visualizar tal *sinergia* é que as falas dos jovens vêm carregadas de uma compreensão não tão clara sobre os efeitos de suas ações: “a gente fez mais do que se propôs” (Ivan); “sem querer, a gente tava dentro da cidade” (Pedrinho) ou “a mulher me disse: todo mundo fala do Cine-Campinho e vocês não tem *blog*, nem nada” (Renildo).

A expressão utilizada *sinergia conjuntural* tem sentido semelhante àquilo que Sader (1995) chamou de *momentos de fusão* ou que Kowarick (1983) chamou de *estuários conjunturais*, em que elementos, localizados em lugares distintos, partilhando o mesmo contexto histórico e campo de sentidos, confluem em uma espécie de sinergia que produz novas configurações. Nesta pesquisa, a comunicação, os coletivos culturais de periferia, as políticas públicas de juventude, a cidade compõem essa sinergia conjuntural, na qual o Cine-Campinho é possível.

Considerações finais

Conceber a cultura como possibilidade de explicação e de atuação política, como por vezes ressaltou-se neste trabalho, não significa, em hipótese alguma, filiar-se a um *determinismo cultural* possível de dar conta de todas as outras dimensões da vida na sociedade contemporânea. Entende-se, assim como Hardt e Negri, que há uma complementaridade entre a economia, a política e a cultura nos processos sociais. Problemas considerados de ordem cultural têm demandado encaminhamentos econômicos, bem como questões de ordem política têm encontrado respostas no campo da cultura.

Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro (Hardt e Negri, 2005a:13).

Pensar a resistência pela cultura é compreender que a ação política adentrou o cotidiano e, por outro lado, que a cultura se faz presente nesse cotidiano. E isto, nem de longe, quer concluir pela perda de sentido do público e nem pelo entendimento de que, de agora em diante, a produção de subjetividades é que orienta toda e qualquer forma de resistência. Não é a ação em si que determina sua eficácia política, mas o contexto no qual esta ação está inserida. Referindo-se ao pensamento de Raymond Williams e sua concepção de cultura, Terry Eagleton aponta que,

[...] a cultura não é em absoluto inerentemente política. Não há nada de inerentemente político em cantar uma canção de amor bretônica, organizar uma mostra de arte afro-americana ou declarar-se lésbica. Essas coisas não são nem inata nem eternamente políticas; tornam-se isso apenas sob específicas condições históricas, geralmente de um tipo desagradável. Elas se tornam políticas apenas quando são apanhadas num processo de dominação e resistência – quando essas questões, de outra forma inócuas, são transformadas por uma razão ou outra em terrenos de disputa [...] (Eagleton, 2005:173).

Em meio à globalização da sociedade de consumo, com atenção especial da indústria cultural aos jovens como *fatia de mercado*, os coletivos juvenis de periferia organizam a resistência se *re-apropriando* e *re-significando* mídias, produções literárias, espaços públicos, filmes. Estas estratégias que se localizam no campo da

cultura e da comunicação, neste contexto de globalização, tornam-se resistências políticas.

Ao tratar das diversas abordagens que envolvem o conceito de *resistência*, João Freire Filho aponta como a reflexão realizada pelos estudos culturais ingleses sobre as subculturas foi criticada, sobretudo, por teorias que destacavam as *re-apropriações* da indústria cultural e o conseqüente enfraquecimento da resistência por parte desses grupos.

A reapropriação – dinamizada por agentes dos mercados publicitário, fonográfico e da moda – implicava uma mutação genética radical das subculturas originais: de estilo de vida classista genuíno e orgânico, viravam puro estilo de consumo geracional. Uma vez removidos de seu “contexto privado” por pequenos empreendedores e grandes investidores, os ruídos sonoros e visuais dos agrupamentos juvenis subordinados se tornavam codificados e compreensíveis; convertiam-se, em um só instante, em propriedade pública e mercadoria lucrativa (Freire Filho, 2007:41).

No entanto, o autor vai problematizar estas abordagens com uma interessante reflexão:

A tese de aceitação passiva e coletiva de estilos mercantizados, destituídos de coerência e substância, despreza as inúmeras possibilidades de apropriação criativa e política que os signos e o ideário subculturais *originais* podem receber em outros contextos temporais e territoriais. Uma subcultura pode ingressar na órbita comercial do entretenimento massivo, apenas para, em seguida, retornar a outros espaços subculturais (no seu foco primário de propagação ou alhures), reinvestida com pelo menos parte de seu ímpeto contestador inicial. [...] (Ibidem, 43).

Com a propagação, pela grande mídia, do movimento *hip-hop* nos anos 90, não eram poucos os comentários no início do milênio de que se tratava de mais uma cultura juvenil que a indústria da cultura havia *abocanhado*. Porém, passados alguns anos, ganhou visibilidade a cultura de periferia com poetas, vídeos, saraus, quase todos oriundos ou simpatizantes do movimento *hip-hop*, confirmando a leitura feita por Freire Filho.

Ademais, o próprio *Manifesto Comunista* apontou que a burguesia “[...] assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. [...]” (Marx e Engels, 2007:45). E mais adiante afirma que esses *poderes infernais* construirão as armas que destruirão a própria burguesia. Para além dos outros objetivos do *Manifesto*, em nossa leitura, o que é possível destacar do clássico texto de Marx e

Engels é o aspecto da *contradição do sistema*. Este é o mesmo princípio que orienta as práticas políticas de *re-apropriação* e *re-significação* desses coletivos periféricos. Aquilo que é feito pela indústria cultural para vender, iludir, falsear, os grupos juvenis utilizam para criticar, refletir, emancipar. O *biopoder* da multidão, apontado por Hardt e Negri (2005b), constitui-se, exatamente, das contradições do Império.

Uma das grandes contribuições que os estudos culturais trouxeram, a partir das pesquisas sobre as subculturas juvenis, foi uma ampliação, ao mesmo tempo, do conceito de cultura e de política.

Ao tratar com seriedade respeitosa práticas reputadas, em geral, como insignificantes ou inconsequentes, os estudos culturais britânicos dos anos 1970 contribuíram, de fato, para uma relevante reformulação tanto na agenda específica de pesquisa sobre a juventude quanto na abordagem mais geral da *vida cotidiana* – conceituada não somente como um espaço de sujeição e alienação, mas como uma plataforma de fomento e expressão de micropolíticas de resistência (Freire Filho, 2007:167).

Parece razoável supor que, como consta no *Manifesto Comunista*, se a burguesia exerce poder sobre todas as relações sociais, as contradições que podem resistir a esse poder devem emergir de todas as relações sociais, inclusive no cotidiano. Porém, é importante ressaltar que uma ação espontânea, que surge de questões imbricadas com a vida cotidiana, assim como uma série de movimentos de insurreição do século XIX ou como os movimentos populares das periferias de São Paulo, em fins da década de 70 (Sader, 1995), tem uma força incrível quando se conecta com outras experiências semelhantes desenvolvidas por outros atores. O que esta pesquisa conseguiu identificar é que algo similar está ocorrendo entre os coletivos juvenis da periferia da cidade de São Paulo atualmente.

Afirmar que há, por parte destes coletivos, uma *reinvenção da utopia* (Sousa, 1999) parece ainda precipitado. Por isso, essa não foi uma temática tratada neste trabalho. Porém, não deixa de ser uma questão importante a ser investigada. O estudo do tema da utopia (e todas as suas atualizações) pode contribuir para perceber os objetivos mais gerais destes coletivos em um futuro próximo. Com a observação de suas ações, o que é possível afirmar é que há um desejo grande de que as coisas sejam diferentes. Talvez aí resida a utopia: muito mais como um ponto de partida do que um ponto de chegada.

Por enquanto, o que é possível identificar com mais clareza são algumas características da militância deste início de milênio, como o fez Hardt e Negri:

A militância política revolucionária hoje, ao contrário, precisa redescobrir o que sempre foi a sua forma própria: atividade não representativa, mas constituinte. A militância atual é uma atividade positiva, construtiva e inovadora. Esta é a forma pela qual nós e todos aqueles que se revoltam contra o domínio do capital nos reconhecemos como militantes. [...] Essa militância faz da resistência um contrapoder e da rebelião um projeto de amor (Hardt e Negri, 2005a:437).

A militância vem, sobretudo, da ação que emana da cotidianidade, dos valores da democracia como princípios e de uma espontaneidade solidária. A militância formatada de um poder institucionalizado e constituído tem dado lugar a uma militância de um poder constituinte, por se fazer, que emana das formas mesmas de produção de resistências.

Uma ação como a do Cine-Campinho, possivelmente, não seria considerada como prática política se estivesse inserida em outro contexto sócio-histórico. O que torna esta atuação cultural uma ação política é ser ao mesmo tempo criação de uma arte periférica e produção de uma política pública para jovens na cidade. Ao surgir de forma espontânea e livre, sem quaisquer desejos de institucionalidades, o coletivo de jovens procurou alguns *aliados* para compor com a sua intervenção, ao mesmo tempo que outros *aliados* também procuraram este coletivo. Uma ação pontual e sem grandes pretensões, ao surgir neste contexto, encontrou-se com uma *rede* mais ampla *organizada* na cidade, formada por uma série de outros coletivos com semelhantes experiências de surgimento espontâneo. O coletivo que surgiu é convidado por esta *rede* (que também não é institucionalizada) a integrar esta *luta*. Esta *rede* trava, de forma *obliqua* (Canclini, 2008), disputas econômicas, políticas e simbólicas na cidade.

Em meio a uma série de estudos atuais que apontam para a participação da juventude marcada pela ausência de qualquer institucionalidade, esta pesquisa identificou que *novas institucionalidades* têm sido criadas na cidade de São Paulo pela sinergia de um duplo movimento (da sociedade civil jovem, organizada em torno do que foi chamado de cultura de periferia, e do poder público, a partir da inserção do tema *juventude* na agenda de governo). Como foi apresentado, a nova forma de atuação juvenil encontra-se nesta sinergia. Apontar a conexão deste duplo movimento foi o

objetivo da pesquisa, porém, é sabido que se faz necessário, em futuras investigações, um maior aprofundamento sobre cada um destes movimentos e suas derivações.

A efetividade das políticas públicas voltadas para a juventude, na cidade e no país, ainda é elemento a ser pesquisado com maior rigor. Aqui, destacou-se apenas um dos aspectos desta inserção na agenda pública do tema *juventude*: a participação dos jovens. Por outro lado, também se faz necessário estudo mais abrangente sobre a cultura de periferia, não só na cidade de São Paulo, mas em diversas outras regiões do país. Algumas pesquisas, citadas no percurso desta dissertação, já voltaram atenção para essas formas de atuação como instrumentos identitários ou de afirmação política. Porém, há que se desenvolver maior leque de abordagens sobre as características desta cultura periférica: Qual é o impacto deste tipo de atuação para os outros jovens da periferia que não desenvolvem atividade participativa? É possível compreender este movimento como algo mais amplo que estaria ocorrendo em diversas cidades do país onde há extensas periferias? Há alguma influência destes coletivos periféricos na elaboração e execução de outras políticas públicas voltadas para os jovens? O que de fato podem produzir estas *novas institucionalidades* para além de novas formas de participação juvenil?

Enfim, um tanto de questões emergiram no trajeto desta pesquisa, mas por escolhas metodológicas e limites diversos, o que se realizou foi apenas um aperitivo, um convite para o tema, um começo de conversa... É hora de retornar para as “etnografias militantes” que motivaram esta pesquisa, para, assim, continuar não visualizando respostas, mas outras boas perguntas.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena W. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- _____. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, Número especial, 1997.
- _____. “Espaços de Juventude”. In *Políticas Públicas - juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Friedrich Ebert, 2003.
- _____. “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: *Retratos da Juventude Brasileira*, Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- _____. “O VAI no contexto das políticas públicas para a juventude”. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *VAI – 5 anos*. Publicação comemorativa dos 5 anos do Programa VAI – Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais. São Paulo: SMC, 2008.
- ALMEIDA, Maria Isabel M.; EUGÊNIO, Fernanda (orgs). *Culturas Jovens – novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ARIÉS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas – volume 1).
- BONVILLANI, Andréa; PALERMO, A. I.; VAZQUEZ, M.; VOMMARO, P. “Aproximaciones a las relaciones entre las y los jóvenes y la política en la Argentina entre 1968 y la actualidad vistas a través de un posible estado del arte”. In *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>>. (Acesso em 20/04/2009)
- BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. M.; OLIVEIRA, R. A. *Jovens na cena metropolitana: percepções, narrativas e modos de comunicação*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BORELLI, S. H. S. (coord); DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. O. D. *Juventudes e adolescências: concepções*. Brasília: Gráfica Brasil. 2009. (lançamento outubro/09). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/projovem/caderno_de_concepcao.pdf/view>. (Acesso em 20/04/2009)
- BORELLI, S. H. S.; LARA, M. R.; OLIVEIRA, R. A.; RANGEL, L. H. V.; ROCHA, R. M. “Jovens urbanos, ações estético-culturais e novas práticas políticas: estado da arte (1960-2000)”. In: *Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina*. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). (lançamento outubro/09).
- BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. M.; OLIVEIRA, R. A. “Jovens urbanos: trajetórias partilhadas de pesquisa (2002/2008)”. In: *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>>. (Acesso em 20/04/2009)

BORELLI, S. H. S. “Cenários juvenis, adultescências, juvenilizações: a propósito de Harry Potter”. In: *Culturas juvenis no século XXI*. BORELLI, S. H. S.; FREIRE FILHO, J. (orgs). São Paulo: Educ, 2008.

BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. L. M. “Urbanas juvenilidades: modos de ser e de viver na cidade de São Paulo”. In: *Margem*. Tramas urbanas. São Paulo: EDUC/CNPq. n° 20, 2004. Disponível em: <www.pucsp.br/projetojovensurbanos/Texto_Margem.htm>. (Acesso em 10/07/2009)

BORELLI, S. H. S.; RAMOS, J. M. “Os office-boys e a metrópole: lutas, luzes e desejos”. In: *Desvios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, n° 4. Julho/1985. Disponível em: <www.pucsp.br/projetojovensurbanos/artigoofficeboys.htm>. (Acesso em 10/07/2009)

BOTERO, Patricia. “Relación juventud, historia y política desde una perspectiva literaria desde la segunda década del siglo XX”. In *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, n° 4, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>>. (Acesso em 20/04/2009)

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Antonio C & DUARTE, Milton F. *Movimentos Culturais de Juventude*. São Paulo: Moderna, 1990.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. “Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros”. In: *Retratos da Juventude Brasileira*, Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

CAMACHO, Marcio G. *Os jovens e a mídia – a formação crítica da Pastoral da Juventude*. São Paulo: Faculdade Casper Libero, 2006.

CANCLINI, Nestor G. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

_____. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas – mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

CARMO, Paulo S. *Culturas da rebeldia*. São Paulo: SENAC, 2003.

CARRANO, Paulo C. R. “A sociedade em redes”. In: *Juventude, cultura e cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

_____. “A tradição em crise”. In *Revista Onda Jovem*, 2006. pp. 38-41.

CASTRO, Mary G. & ABRAMOVAY, Miriam. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

CATANI, Afrânio Mendes e GILIOLI, Renato S. P. *Culturas Juvenis – múltiplos olhares*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COHEN, A. K. “A delinqüência como subcultura”. In: *Sociologia da Juventude*, vol. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DA JUVENTUDE. *Um ano de Juventude – relatório 2001*. Câmara Municipal de São Paulo, 2002.

COSTA, Jurandir F. “Perspectivas da juventude na sociedade de mercado”. In: *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. Instituto Cidadania. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

COSTA, Márcia Regina. “Culturas juvenis, globalização e localidades”. In: COSTA, Márcia Regina; SILVA, Elizabeth Murilho. *Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*. São Paulo, Educ, 2006.

CUBIDES, Humberto e GUERRERO, Patrícia. “Modos de agrupación y prácticas políticas de jóvenes contemporáneos en la ciudad de Bogotá”. In *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>>. (Acesso em 20/04/2009)

DELGADO, R.; OCAMPO, A.; ROBLEDO, A. “La acción colectiva juvenil. Un modelo de análisis para su abordaje”. In *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>>. (Acesso em 20/04/2009)

DUARTE, Neide. *Frutos do Brasil - histórias de mobilização juvenil*. Fundação Kellogg e Aracati, 2006.

DUTRA, Juliana Noronha. *Rap: identidade local e resistência global*. Dissertação (Mestrado em Música) - Unesp, São Paulo, 2007.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EISENSTADT, S. N. “Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas”. In: *Sociologia da Juventude*, vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ENTRETODOS. *Guia do 1º Festival de Curtas Metragens de Direitos Humanos*, 2008.

ERIKSON, Erik. *Identidade - juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FEIXA, Carles. “A construção histórica da juventude”. In: CACCIA-BAVA, Augusto; FEIXA, Carles; CANGAS, Yanko. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

_____. “Vida real: reyes y reinas latinos en Catalunã (y más allá)”. In: *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>>. (Acesso em 20/04/2009)

_____. “De las culturas juveniles al estilo”. In *Nueva Antropología*. Revista de Ciencias Sociales, nº 50, 1996, pp. 71-89. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2165702>>. (Acesso em 13/08/2009)

_____. “O quarto dos adolescentes na era digital”. In COSTA, Márcia Regina e SILVA, Elizabeth Murilho. *Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*. São Paulo, Educ, 2006.

FLITNER, Andréas. “Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude”. In: *Sociologia da Juventude*, vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FORACCHI, Marialice M. *A Juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1971.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

FREIRE FILHO, João. *Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Friedrich Ebert, 2003.

FREITAS, Maria Virgínia. “Formação de redes: a experiência da Ação Educativa”. In: NOVAES, Regina; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo (orgs.). *Juventude, Cultura e Cidadania*. Comunicações do ISER, Ano 21 – Edição Especial – 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DA CIDADE DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Juventude da Prefeitura do Município de São Paulo, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANSEN, João Adolfo. “Pós-moderno e cultura”. In: CHALHUB, Samira (org.). *Pós-moderno & Semiótica, Cultura, Psicanálise, Literatura, Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005 (a)

_____; _____. *Multidão – guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005 (b)

HERSCHMANN, Micael e GALVÃO, Tatiana. “Algumas considerações sobre a cultura hip hop no Brasil hoje”. In: BORELLI, S. H. S.; FREIRE FILHO, J. (orgs.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: Educ, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos – O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. “O jovem radical”. In *Sociologia da juventude*, vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

IBASE. “Juventude e integração sul-americana em foco”. In: *Democracia Viva*. Rio de Janeiro: março, 2008, nº 38.

IBASE e PÓLIS. “*Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*”, 2005. Disponível em: <[http:// www.juventudesulamericanas.org.br](http://www.juventudesulamericanas.org.br)>. (Acesso em julho/2008)

____ e _____. “*Juventude e Integração Sul-Americana: caracterizações de situações-tipo*”, 2007. Disponível em: <[http:// www.juventudesulamericanas.org.br](http://www.juventudesulamericanas.org.br)>. (Acesso em julho/2008)

____ e _____. “*Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional*”, 2009. Disponível em: <[http:// www.juventudesulamericanas.org.br](http://www.juventudesulamericanas.org.br)>. (Acesso em 15/08/2009)

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2004.

_____. “Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo”. In: *Novos estudos*, nº 12. São Paulo: CEBRAP, 1985.

KEHL, Maria Rita. “A juventude como sintoma da cultura”. In: *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

KOWARICK, Lúcio. *Os caminhos do encontro – reflexões sobre as lutas sociais em São Paulo*. São Paulo: CEDEC, 1983

KRISCHKE, Paulo J. “Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática”. In: *Retratos da Juventude Brasileira*, Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

LAPASSADE, Georges. “Os rebeldes sem causa”. In: *Sociologia da juventude*, vol. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LARA, Marcos R. “Desafios metodológicos de pesquisa sobre jovens no Brasil contemporâneo”. In: *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 2008 Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>>. (Acesso em 20/04/2009)

LEITE, Eleison. “Faça você mesmo: a senha da cultura jovem”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Janeiro – 2008.

LEITE, José Correa. *As invenções da política - sobre a existência da política e suas transformações*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - PUC-SP. São Paulo:, 2005.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LUDD, Ned (org.) *Urgência das Ruas - Black block, Reclaim the streets e os dias de ação global*. São Paulo: Conrad Editora, 2002 (coleção baderna).

MACHADO, Roberto. “Introdução”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2004.

MAGALHÃES, Liliane Sousa. *Participação de jovens em grupos culturais e mobilidade no espaço urbano de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação). USP, São Paulo, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese. (orgs.). *Jovens na metrópole – etnografias de circuitos de lazer*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Os circuitos de jovens urbanos*. In: Tempo Social - Revista de sociologia da USP. Volume 17, nº 02, novembro, 2005.

_____. *Festa no pedaço – Cultura e lazer na cidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

_____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Volume 17, nº 49, 2002.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos. O declínio do Individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”. In: *Sociologia da Juventude*, vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MAPA DA JUVENTUDE. *Perfil e comportamento do jovem de São Paulo*. Coordenadoria Especial da Juventude da Prefeitura de São Paulo, 2003.

MARGULIS, Mario y URRESTI, Marcelo. “La construcción social de la condición de juventud” In: MARGULIS, Mario et al. *Vivendo a toda: jóvenes, territórios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá, D. C.: Siglo del Hombre Editores, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens”. In: BORELLI, Silvia H. S.; FREIRE FILHO, João. (orgs.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC, 2008a.

_____. “Jóvenes: des-orden cultural y palimpsestos de identidad.” In: MARGULIS, Mario et al. *Vivendo a toda: jóvenes, territórios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá, D. C.: Siglo del Hombre Editores, 1998.

_____. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008b.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de Caso – uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.

- MARTINS, Aline de Carvalho. "Conselhos de direitos: democracia e participação popular". In: *Política Social, Família e Juventude*. São Paulo: ed. Cortez, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MATZA, David. "As tradições ocultas da juventude", In: *Sociologia da juventude*, vol. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MELUCCI, Alberto. "Juventude, tempo e movimentos sociais". In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, Número especial, 1997.
- MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, Número especial, 1997.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Vol. I: *Neurose*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1984.
- _____. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Vol. II: *Necrose*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2009.
- MOVIMENTO Cultural dos Guaianás. *Propostas de Cultura para Guaianases*. (documento apresentado ao Secretário Municipal de Cultura de São Paulo, Carlos Augusto Calil), 2009.
- MÜXEL, Anne. "Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem 'rótulos'". In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, Número especial, 1997.
- NCA – Núcleo de Comunicação Alternativa e WILQ Vicente. *Vídeo Popular: uma forma que pensa*. 2009.
- NASCIMENTO, Erica. P. "*Literatura Marginal*": os escritos da periferia entram em cena. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), USP, São Paulo, 2006.
- NOVAES, Regina; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo (orgs.). *Juventude, Cultura e Cidadania*. Comunicações do ISER, Ano 21 – Edição Especial – 2002.
- NOVAES, Regina; CARA, Daniel; MOREIRA, Danilo PAPA, Fernanda (orgs.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006.
- NOVAES, Regina R. "Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso". In: *Políticas Públicas - juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Friedrich Ebert, 2003.

_____. “Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença?” In: *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. “Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política”. In *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2000.

_____. “Políticas públicas para a juventude no Brasil”. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. “Os jovens e a cidade: graffittis, stickers e tags como formas de expressão e disputa simbólica”. In: *I Congresso iberoamericano de Antropologia*; Sessão de Antropologia Visual do ANTHROPOS 2007. Disponível em: <www.pucsp.br/projetojovensurbanos>. (Acesso em 31/07/2009)

_____. “Lendo a metrópole comunicacional: culturas juvenis, estéticas e práticas políticas.” *Dialogos: revista academica de la federación latinoamericana de facultades de comunicación social*. Argentina, nº 75, 2007. Disponível em: <www.pucsp.br/projetojovensurbanos/artigos>. (Acesso em 31/07/2009)

_____. “A vida (nem tão secreta) dos pixadores de São Paulo: festas, rolês, tretas, e amizades. In: BORELLI, S. H. S.; FREIRE FILHO, J. (orgs). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: Educ, 2008.

PAOLI, Maria Célia. “Dossiê: movimento estudantil hoje”. In: *Desvios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, nº 4. Julho/ 1985.

PONTUAL, Pedro. “Juventude e poder público: diálogo e participação”. In: *Políticas Públicas - juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Friedrich Ebert, 2003.

PROGRAMA JOVENS URBANOS. “Juventudes Urbanas”. In: *Cadernos Cenpec – educação, cultura e ação comunitária* – número 5 – São Paulo: primeiro semestre 2008.

PROGRAMA VAI. *VAI – 5 anos*. Publicação comemorativa dos 5 anos do Programa VAI – Valorização de Iniciativas Culturais. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2008.

PROJETO JUVENTUDE. *Documento de Conclusão*. Instituto Cidadania, 2004.

RAMIREZ, Liliana Galindo; SÁNCHEZ, Fabián Acosta. “Jóvenes en la formación de la política contemporánea en Colombia: consideraciones sobre su comprensión”. In: *Ponto e vírgula*. São Paulo: PUCSP, nº 4, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/indexn4.htm>>. (Acesso em 20/04/2009)

REBELE-SE. *Fórum Jovem*. Publicação especial da Secretaria Municipal de Juventude do PT-SP para o Fórum Jovem. São Paulo: Ago/Out 2003.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO – Cine-Campinho, 2009. (Relatório enviado ao Programa VAI sobre o desenvolvimento do projeto no último período de 2008).

RIBEIRO, Renato Janine. “Política e juventude: o que fica da energia”. In: *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. Instituto Cidadania. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROCHA, Rose de Melo; SILVA, Josimey Costa. “Cultura juvenil, violência e consumo: representações midiáticas e percepções de si em contextos extremos”. In: BORELLI, S. H. S.; FREIRE FILHO, J. (orgs). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: Educ, 2008.

ROCHA, Rose de Melo. Cenas urbanas e culturas juvenis: cidade, consumo e mídia no Brasil de 60 e 70. In: *IX Congresso da ALAIC*, Monterrey, 2008. Disponível em: <<http://blog.pucsp.br/jovensurbanos/>> (Acesso em 22/08/2009)

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANDOVAL, Mario. “La relación entre los cambios culturales de fines de siglo y la participación social y política de los jóvenes”. In: BALARDINI, Sergio (compilador) *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). *Território – globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

SILVA, Elisabeth Murilho da Silva. “Trajetórias violentas e origem social dos jovens: o caso da Turma do Barão”. In: COSTA, Márcia Regina; SILVA, Elisabeth Murilho. *Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*. São Paulo, Educ, 2006.

SILVA, Josimey Costa. *No limite da traição – comunicação de massa, cinema e vínculos sociais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC-SP, São Paulo, 2004.

SILVA, Lourival Rodrigues. *Juventude, religião e a utopia da civilização do amor*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte. *Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. Tese (Doutorado em Sociologia), USP, São Paulo, 2006.

SORIANO, Raúl Rojas. *Manual de pesquisa social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SPOSITO, Marília. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSATI, Aldáisa (coord.). *Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de São Paulo 2000: Dinâmica social dos anos 90*. Instituto Pólis, INPE, NEPSAS, PUCSP, 2000 (CD-ROM).

TEIXEIRA, Carmem Lucia. *O grupo de jovens: espaço de formação da identidade política*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

TELLES, Vera da Silva. “Debates: a cidade como questão”. In: TELLES, V. e CABANES, R. (orgs.) *Nas tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

VAZ, Sergio. *Manifesto de Antropofagia Periférica*. 2007 Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2007-10,a1967>> (Acesso em 13/06/2008)

VENTURI, Gustavo & BOKANY, Vilma. “Maiorias adaptadas, minorias progressistas”. In: *Retratos da Juventude Brasileira*, Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

VIANNA, Hermano (org.). *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: 2003.

YOUSSEF, Alexandre. “Políticas públicas e a juventude”. In: NOVAES, Regina; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo (orgs.). *Juventude, Cultura e Cidadania*. Comunicações do ISER, Ano 21 – Edição Especial – 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. “A particularidade da questão social na América Latina”. In: *Serviço Social e Sociedade* - Estado e regulação social, nº 76, ano XXIV – novembro, 2003.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ZALUAR, Alba. “Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência”. In: *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: 2003.

Referências Videográficas

PANORAMA - Arte na Periferia. Arte na periferia produções..São Paulo 2007.

BOTINADA. Direção de Gastão Moreira. Brasil, 2006.

ALÉM dos jogos – uma mudança a partir do cine-campinho. Produção do Cine-campinho. São Paulo, 2007.

VAGUEI nos livros e me sujei na m... toda. Edições Toró. São Paulo; 2007.

IMAGENS de uma vida simples. NCA – Núcleo de Comunicação Alternativa.. São Paulo; 2006.

VAI 5 ANOS. Programa VAI.– Secretaria Municipal de Cultura – São Paulo; 2008.

Páginas e *blogs* visitados

<http://www.pucsp.br/projetojovensurbanos/> (Acesso em julho de 2009)

<http://blog.pucsp.br/jovensurbanos/> (Acesso em julho de 2009)

<http://www.ipejota.org.br> (Acesso em julho de 2009)

<http://nsae.acaoeducativa.org.br/agendadaperiferia/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://www.juventudesulamericanas.org.br> (Acesso em agosto de 2009)

<http://viradacultural.org/programacao> (Acesso em julho de 2009)

<http://www.fepabrasil.org.br/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/> (Acesso em julho de 2009)

<http://www.nabil.org.br/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://programavai.blogspot.com/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://escuta.estudiolivres.org/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://artenaperiferia.blogspot.com/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://www.edicoestoro.net/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://tenda-literaria.blogspot.com/> (Acesso em julho de 2009)

<http://ncanarede.blogspot.com/> (Acesso em agosto de 2009)

<http://coleccionadordepedras.blogspot.com/> (Acesso em agosto de 2009)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)